

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
NÍVEL DOUTORADO

JONI JOSSELITO JOHANN

POR UMA SOCIOLOGIA PARA OS ESTUDOS DE TRADUÇÃO:

Reflexões a partir da estratégia DRS do Banco do Brasil

SÃO LEOPOLDO

2016

Joni Josselito Johann

POR UMA SOCIOLOGIA PARA OS ESTUDOS DE TRADUÇÃO:

Reflexões a partir da estratégia DRS do Banco do Brasil

Dissertação ou Tese apresentada como
requisito parcial para obtenção do título de
Doutor em Ciências Sociais, pelo
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais da Universidade do Vale do Rio
dos Sinos - UNISINOS

Orientadora: Prof(a). Dra. Marília Veríssimo Veronese

Co-orientador: Prof. Dr. Solon Eduardo Annes Viola

São Leopoldo

2016

J65p

Johann, Joni Josselito.

Por uma sociologia para os estudos de tradução : reflexões a partir da estratégia DRS do Banco do Brasil / Joni Josselito Johann. – 2016.

230 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2016.

"Orientadora: Prof(a). Dra. Marília Veríssimo Veronese ; co-orientador: Prof. Dr. Solon Eduardo Annes Viola."

1. Trabalhos de tradução. 2. Hegemonia. 3. Heterotopia e contra-hegemonia. 4. Economia solidária e cooperação. 5. Desenvolvimento sustentável. I. Título.

CDU 3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecário: Flávio Nunes – CRB 10/1298)

Joni Josselito Johann

POR UMA SOCIOLOGIA PARA OS ESTUDOS DE TRADUÇÃO

Reflexões a partir da estratégia DRS do Banco do Brasil

Dissertação ou Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Banca de Defesa em (30) (08) (2016)

BANCA EXAMINADORA

Dra Marília Veríssimo Veronese – UNISINOS

Dr Solon Eduardo Annes Viola – UNISINOS

Dr José Odelso Scheneider – UNISINOS

Dr Alex Pízzio da Silva – UFT

Dr Rodrigo Marques Leistner – FURG

Dedico esta Tese e minha diplomação doutoral aquele que, também
Mestre das Classes, me foi protetor, professor, parceiro.

Que sempre será meu Mestre nas Artes da integridade e da dedicação.

Que desde sempre me inspirou à aventura do conhecimento, e que ainda
agora, quando a dificuldade se apresenta, me motiva à verdade e a coragem.

Obrigado Prof. Nelson Johann, obrigado Pai.

AGRADECIMENTOS

A Capes e a Fapergs, co-patrocinadoras da bolsa que possibilitou este doutorado.

Ao CNPq, pela bolsa sanduíche que nos permitiu grande aprendizado junto a Universidade de Coimbra em Portugal.

A minha orientadora Marília Veríssimo Veronese e ao orientador no sanduíche, Pedro Hespanha.

Ao co-orientador Solon Eduardo Annes Viola, que ousou entender minhas particulares angústias.

A Maristela Simon, secretária do PPG, pela amizade e paciência, no que incluo as demais funcionárias da secretaria da Pós-graduação em Humanidades.

Aos demais professores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, onde sei que deixo e sempre terei boas amizades.

Especialmente a minha família:

A Eunice Johann pelo amor incondicional, pelo cuidado e pela fibra em todos os momentos.

A Cristiane Angelita Johann e Karoline Luciane Johann, que compartilharam das dificuldades e angústias, sobretudo destes últimos anos, e que também me foram fonte de alegria e apoio.

E a minha companheira Anelise Schutz, que nos momentos mais difíceis sempre esteve ao meu lado, me ajudando a encontrar, na linguagem suprema e universal do Amor, a força para concluir esta Tese sem abdicar do cuidado dos meus: **um olhar que traduz mais que mil palavras!**

RESUMO

A Tese desenvolve a ideia do *trabalho de tradução* proposta por Boaventura de Sousa Santos. O concebemos como a simbiose de dois processos, um de inteligibilidade e outro de articulação. Refletimos sobre como entendê-lo, uma vez que a conceituação original é aberta; em como estudá-lo ou analisá-lo, mas também em como realizá-lo no universo concreto das práticas sociais. Os dois principais articuladores teóricos são o próprio Santos, a partir da reflexão sobre a transição paradigmática, da *sociologia das ausências e emergências* e da compreensão epistêmica para a reinvenção da emancipação social; e Antonio Gramsci, a partir da interpretação superestrutural da dialética de dominação marxista, contida nas reflexões sobre *hegemonia, sociedade civil e estado ampliado*. Também foram utilizadas elaborações sobre o *senso comum* e os *intelectuais orgânicos*, resignificados na figura dos *tradutores*. Especificamente para a reflexão sobre o pensamento de Gramsci, valemo-nos das leituras de seus comentadores Perry Anderson, Norberto Bobbio e Carlos Nelson Coutinho. A reflexão se estabeleceu, sobretudo, nas aproximações possíveis entre Santos e Gramsci. Além dos dois pensadores centrais, nos valem da ideia de *campos sociais* e dos conceitos de *capitais sociais e culturais* de Pierre Bourdieu; também da tipificação das lógicas da *identidade, totalidade e oposição* de Alain Touraine. Empiricamente, empreendemos um estudo de caso sobre três planos da estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil – DRS. Atuamos nesse programa entre os anos de 2007 e 2012. O estudo entende os processos de *Concertação*, fundamento do DRS, como um processo de tradução aplicada. As principais conclusões são: a proposição da ideia de *Capitais de Tradução*, de sua relevância para além dos antagonismos; dos benefícios da adição de um *Conteúdo Opositor Comum – COC* – para as Traduções; e da indicação do uso de metodologias de trabalho-educação a partir da Cooperação e da Economia Solidária. Também estabelecemos uma tripla tipificação para os Trabalhos de Tradução: *Traduções Emancipatórias; Traduções Emancipadoras e Traduções Diretivas e Ampliadas*. Neste caso, estabelecemos a necessidade de identificação da função diretiva da hegemonia como um COC.

Palavras-chave: Trabalhos de Tradução. Hegemonia. Heterotopia e Contra-hegemonia. Economia Solidária e Cooperação. Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

The thesis develops the idea of *work of translation* proposed by Boaventura de Sousa Santos. We understood it as the symbiosis of two processes, one of intelligibility and other of articulation. We reflect on how to understand it, since the original concept is open; how to study it or analyze it, but also in how to accomplish it in the concrete world of social practices. The two main theoretical articulators are Santos himself, by the reflection on the paradigmatic transition, the *sociology of absences and emergencies*, and the epistemic understanding of the reinvention of social emancipation; and Antonio Gramsci, from superstructural interpretation of Marxist dialectics domination contained in the reflections on *hegemony, civil society and expanded state*. We also used his elaborations on *common sense* and *organic intellectuals*, reinterpreted in the figure of *Translators*. Specifically for the reflection on the thought of Gramsci, we made use of the readings of his commentators Perry Anderson, Norberto Bobbio and Carlos Nelson Coutinho. The reflection was conducted mainly on possible approaches between Santos and Gramsci. In addition to these two central thinkers, we followed Pierre Bourdieu's idea of *social fields* and his concepts of *social and cultural capital*; we also used Alain Touraine's classification of the logics of *identity*, and *opposition*. Empirically, we undertook a case study and focused on the three planes of the Regional Sustainable Development Strategy of the Bank of Brazil – DRS. We operate in this program between 2007 and 2012. The study considers the *Concertation process*, foundation of DRS, as applied *translation* process. The main conclusions are: the proposition of the idea of *Translation Capital* and its relevance beyond the antagonisms; the recognition of the benefits of adding a *Common Resister Content - COC* - for translations; and the indication of the use of work-education methodologies from the *Cooperation and Solidarity Economy*. We have also established a triple classification for the work of translation: *Emancipatory Translations*; *Emancipators Translations* and *Expanded Directional Translations*. In the case of the latter, we established the need for identification of the directional function of hegemony as a COC.

Key-words: Work of Translation. Hegemony. Heterotopia and Counter-Hegemony Solidarity Economy and Cooperation. Sustainable Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Visão Participativa DRS	17
Figura 2 Cadeias Produtivas DRS.....	Erro! Indicador não definido.
Figura 3 O Tríplice Pilar da Sustentabilidade	20
Nenhuma entrada de índice de ilustrações foi encontrada. Figura 5 Metodologia DRS – Concertação	25
Figura 6 Arranjos Produtivos DRS	31
Figura 7 Organograma Plano de Ação.....	36
Figura 8 Hermenêutica em Profundidade.....	110

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Demonstrativo de evolução da estratégia DRS.....	15
Quadro 2 – Padrões de Crescimento	22
Quadro 4 – Imagens Históricas Bairro Guajuviras - Canoas.....	Erro! Indicador não definido.

LISTA DE SIGLAS

A DRS	Estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável
O DRS	Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável
ONG	Organização Não-Governamental
OCIP	Organização Civil Interesse Público
BB	Banco do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
UNU	Universidade das Nações Unidas,
SESC	Serviço Social do Comércio
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
MBA	Master in Business Administration
PCI	Partido Comunista Italiano
PSI	Partido Socialista Italiano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 O OBJETO EMPÍRICO – A DRS DO BANCO DO BRASIL	14
1.1 VISÕES	16
1.1.1 Visão Participativa – Define a Metodologia	16
1.1.2 Visão de Cadeia de Valor – Aspecto Econômico	17
1.1.3 Visão de Abrangência	18
1.2 O TRÍPLICE PILAR DE SUSTENTABILIDADE	20
1.3 MÓDULO DE PREPARAÇÃO.....	24
1.3.1 Concertação	24
1.3.2 Etapa de Sensibilização/Capacitação	27
1.3.3 Etapa de Escolha da Atividade Produtiva	30
1.3.4 Etapa de Formação da Equipe Gestora	33
1.4 MÓDULO DE ESTRUTURAÇÃO	34
1.4.1 Etapa do Diagnóstico	34
1.4.2 Etapa do Plano de Negócios	36
1.4.3 Projeções	38
1.4.4 Orçamento	38
1.4.5 Análises e Pareceres	39
1.5 MÓDULO DE GESTÃO.....	40
2. OS TRABALHOS DE TRADUÇÃO E A SOCIOLOGIA DE SANTOS	41
2.1 O PARADIGMA MODERNO E A TRANSIÇÃO PARADIGMÁTICA	42
2.1.1 A Dupla Ruptura Epistemológica	45
2.2 A CRÍTICA DA RAZÃO INDOLENTE	47
2.3 A SOCIOLOGIA DAS AUSÊNCIAS	53
2.4 A SOCIOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS.....	58
2.5 UMA CARTOGRAFIA DA TRANSIÇÃO SOCIETAL	61
2.6 O NOVO SENSO COMUM EMANCIPATÓRIO.....	66
2.7 OS TRABALHOS DE TRADUÇÃO	69
A HEGEMONIA EM GRAMSCI E OUTROS CONSTRUTOS RELEVANTES	76
3.1 O PENSAMENTO DE ANTONIO GRAMSCI.....	77
3.1.1 O Conceito de Hegemonia em Gramsci	78

3.1.2 Sociedade Civil e Estado Ampliado em Gramsci	86
3.1.3 Bloco Histórico e o Partido como Príncipe Moderno.....	92
3.1.4 A questão dos Intelectuais e o Senso Comum.....	95
3.2 OUTROS CONSTRUTOS PARA UMA SOCIOLOGIA DAS TRADUÇÕES	102
3.2.1 Bourdieu: Capitais de Tradução e o Campo de (cada) Tradução	103
3.2.1.1 O Capital Social em Bourdieu	103
3.2.1.2 As Formas de Capital Cultural	105
3.2.1.3 O conceito de Campo em Bourdieu.....	108
3.2.2 Touraine e o Conteúdo Opositor Comum para as Traduções.....	111
OS TRABALHOS DE CONCERTAÇÃO-TRADUÇÃO DENTRO DOS DRS.....	114
4.1 SOBRE O MÉTODO	114
4.2 OS PLANOS DRS INVESTIGADOS	120
4.2.1 Campo 1: O DRS dos Profissionais da Beleza de Porto Alegre/RS.....	121
4.2.2 Campo 2 - Caravelas/BA: DRSs de Apicultura e Oleoginosas	132
4.2.3 Campo 3 - DRS de Reciclagem de Canoas/RS	146
PROBLEMATIZANDO A TRADUÇÃO: CONCLUSÕES E CONTRIBUIÇÕES	163
5.1 A CONCERTAÇÃO NO DRS COMO TRADUÇÃO	163
5.2 AS TRÊS FORMAS FUNDAMENTAIS DE TRADUÇÃO.....	166
5.2.1 Traduções Emancipatórias.....	167
5.2.2 Traduções Emancipadoras – Traduções em Disputa	176
5.2.3 Traduções Ampliadas e Diretivas	184
5.3 A FIGURA DO TRADUTOR	189
5.4 CONCLUSÕES	195
5.5 ESTUDOS FUTUROS.....	198
REFERÊNCIAS.....	199
ANEXO A: MAPA SOCIEDADES CAPITALISTAS NO SISTEMA MUNDIAL	203
ANEXO B: JORNAL ZERO HORA – GUAJUVIRAS – CANOAS/RS.....	204
ANEXO C: BOLETIM DA OCUPAÇÃO – GUAJUVIRAS – CANOAS/RS.....	205
ANEXO D: ASSEMBLÉIA DE OCUPAÇÃO – GUAJUVIRAS – CANOAS/RS.....	206
ANEXO E: EXEMPLO DE PLANO DE NEGÓCIOS DRS	207
ANEXO F: FORMULÁRIO DIAGNÓSTICO DRS	209

INTRODUÇÃO

Esta tese é fruto das reflexões e da associação do conhecimento adquirido já a partir do mestrado em ciências sociais, onde tomamos contato com a teoria de Boaventura de Sousa Santos; com a experiência acumulada no campo empírico durante nossa atuação como facilitador do projeto de DRS – Desenvolvimento Regional Sustentável – iniciada logo após a conclusão do mestrado.

Cabe, de imediato salientar, que em nenhum momento procuramos estabelecer uma análise aprofundada da estratégia DRS em si. O objetivo aqui é o de aproximar o conceito de tradução de Santos da concepção envolta nos processos de *concertação* dentro do DRS, para contribuir na elaboração reflexiva sobre a ideia original de Santos. Para realizar este trabalho, empreendemos uma aproximação com a teoria superestrutural marxista de Antonio Gramsci e nos valem de outros teóricos das ciências sociais, escolhidos a partir da reflexão originária no campo.

Nosso contato com a teoria de Santos se estabeleceu ainda durante o mestrado, quando investigamos o campo da Educomunicação, formado da interdisciplinaridade entre Comunicação e Educação, voltado ao Cooperativismo. Nossa formação de origem na comunicação social e nosso interesse pela educação motivou-nos a esse estudo, da mesma forma que nosso interesse a respeito dos trabalhos de tradução como apresentados por Santos, se estabeleceu na identificação da riqueza da abordagem educacional para o desenvolvimento das traduções.

Objetivando a pluralidade das lutas emancipatórias, Boaventura constrói e defende a necessidade de abdicarmos das teorias gerais, tão características da modernidade, de forma a não cairmos nas mesmas armadilhas regulatórias em que aquela sucumbiu. Segundo ele, ainda precisamos de uma teoria geral da negação de teorias gerais, e esta alternativa é, são, os trabalhos de tradução.

No primeiro capítulo faremos uma apresentação da estratégia DRS, seus princípios e preceitos norteadores e estratégicos. Como a frente detalhado, iniciada no ano de

No segundo capítulo apresentaremos a sociologia de Santos, com ênfase na sua análise da racionalidade moderna ocidental, nas sociologias das ausências e emergências, e findando por apresentar o que vem a ser o objetivo teórico de desta tese – uma contribuição ao desenvolvimento dos Trabalhos de Tradução.

No terceiro capítulo apresentaremos a reflexão superestrutural de Antonio Gramsci, nos valendo também de alguns de seus principais comentadores, para, atualizando suas reflexões, aproximar a teoria gramsciana das ideias de Santos, que demonstraremos ter lastro no italiano. Abordaremos o conceito de hegemonia, de direção hegemônica em particular, e de bloco histórico, entre outros, para empreender um contraponto parcial e necessário a pluralidade das emancipações de Santos, visando, especificamente, o aperfeiçoamento da reflexão sobre os trabalhos de tradução. Apresentaremos também, ao fim do terceiro capítulo, alguns outros construtos sociológicos teóricos que julgamos, com a experiência em campo, serem relevantes para a explicação dos fenômenos observados.

No quarto capítulo abordaremos em pormenor cada um dos três campos DRS investigados, detalhando suas dinâmicas e os processos de concertação observados. Ao final, fazemos uma aproximação entre o observado em campo e entre as teorias de Gramsci e Santos, para, então, contribuir para a construção de uma sociologia para os estudos de tradução.

1 O OBJETO EMPÍRICO – A DRS DO BANCO DO BRASIL

Iniciamos nossa tese com uma descrição detalhada da estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS – tal como ela é apresentada pela instituição promotora – o Banco do Brasil. Não objetivamos neste momento a problematização dos processos, o que será desenvolvido, na perspectiva do relato do experimentado, no quarto capítulo, onde descreveremos e analisaremos cada uma das três experiências de campo com as quais tivemos maior e sistemático contato durante o tempo em que atuamos junto à estratégia.

Este capítulo se destina a apresentação da DRS, que não vem a ser o objeto desta Tese. Como dito, nosso objeto de análise é o processo de concertação ocorrido dentro dos planos DRS – nosso campo empírico – que visamos aproximar com o conceito de Trabalhos de Tradução de Boaventura de Sousa Santos; visando, a partir desta experiência empírica, o desenvolvimento e a teorização da prática destes trabalhos. Neste capítulo, apresentamos a concepção do campo empírico, sobre o qual nos debruçaremos mais tarde.

A estratégia de “Desenvolvimento Regional Sustentável” – DRS – do Banco do Brasil consiste numa *estratégia comercial* de amplitude nacional iniciada no ano de 2003, ainda no primeiro mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Assumidamente abordada e planejada para tanto, trata-se de uma estratégia que visa atuar como um “catalisador das potencialidades locais e dos diferentes agentes existentes nas regiões de forma a promover o desenvolvimento sustentável”.

É uma **estratégia comercial** que busca impulsionar o desenvolvimento regional sustentável onde o BB está presente, por meio da mobilização de agentes econômicos, sociais e políticos, apoiando atividades produtivas economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas, sempre observada e respeitada a diversidade cultural (Apostila DRS, 2013, p. 03 – grifos nossos).

A estratégia foi gradualmente ganhando importância dentro do ordenamento estratégico global da instituição, culminando por instituir-se com gerências estaduais e se tornar item obrigatório nos planejamentos individuais de

todas as mais de 5000 agências espalhadas pelo país. Pode-se afirmar que se tratou de uma das principais ações de iniciativa governamental no sentido do desenvolvimento local de seu período. Alguns autores chegam a classificá-la como uma política pública indireta de governo, ponto que não vemos razão para problematizar neste estudo.

Atualmente em declínio no número de planos ativos, a estratégia implementou cerca de 5.300 planos de desenvolvimento, e estima-se que aproximadamente 1,3 milhão de famílias tenham sido beneficiadas, em mais de 4.700 municípios brasileiros, em todos os Estados da Federação. Os dados são do próprio Banco do Brasil, que aqui abreviaremos como BB. Estes dados por si só, revelam a relevância do programa e a sua pertinência como um objeto empírico para estudos mais detalhados.

Dada sua amplitude, mas também pela metodologia e pelos resultados alcançados, essa estratégia foi reconhecida como exemplo de ação privada de desenvolvimento sustentável pela UNU – Universidade das Nações Unidas, sediada no Japão. Abaixo um quadro demonstrativo da evolução do DRS por trimestres entre anos 2008 e 2009, disponível no site da instituição.

Quadro 1: Evolução da estratégia DRS

	3T08	2T09	3T09
DRS - Negócios realizados (R\$ milhões)	3.177	5.858	7.112
DRS - Crédito programado (R\$ milhões)	5.036	5.355	5.278
Planos de Negócio em implementação	4.205	4.612	4.475
DRS - Famílias Atendidas	1.014.987	1.188.749	1.175.597
Contas Correntes abertas em comunidades beneficiadas pelo DRS (*)	104.327	140.522	149.837

(*) Posição Acumulada. Acompanhamento iniciado a partir de 2008.

A estratégia DRS fundamenta-se nos aspectos “participativo e construtivista de sua metodologia, em que organizações privadas do setor produtivo, associações, cooperativas, governos, universidades, entidades religiosas, ONGs, entre outros”, se associam no planejamento, coordenação e acompanhamento de todo o processo do plano, visando o desenvolvimento territorial global, a partir da seleção de uma ou mais atividades produtiva e sua cadeia de valor.

Além da metodologia, cabe de imediato apresentar as visões, no jargão corporativo, ou as linhas mestras de orientação do programa dentre as quais detalhamos sucintamente três que julgamos relevantes para o trabalho. As visões norteadoras são quatro: Visão participativa, Visão de Cadeia de Valor, Visão de Futuro, Visão de Abrangência e Visão Negocial.

1.1 VISÕES

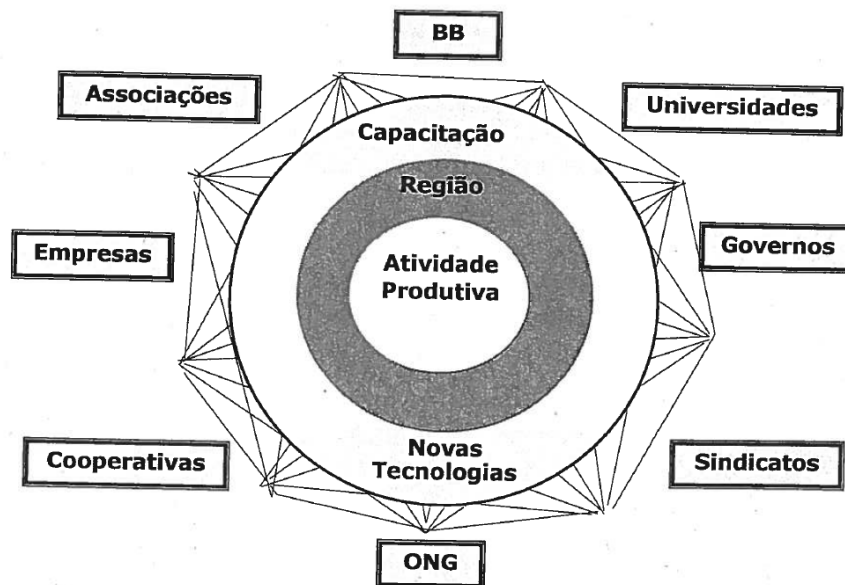
1.1.1 Visão Participativa – Define a Metodologia

Sucintamente, a visão de participação que possibilita a adoção da metodologia participativa e construtivista do DRS se fundamenta no entendimento institucional de que a promoção do desenvolvimento, e especificamente do regional, “não é tarefa exclusiva de governos, empresas, ou qualquer outra organização, de forma individual, mas sim do conjunto da sociedade em todas as suas formas de manifestação”.

O que parece óbvio no âmbito das ciências sociais merece, todavia, o destaque de ser expresso em se tratando de uma visão corporativa. Esse entendimento nem sempre é corroborado por todos os setores sociais da mesma forma, sobretudo no que tange o protagonismo de determinado(s) agente(s). Aqui, expressamente, o protagonista é estabelecido como o “conjunto da sociedade em todas as suas formas”.

Essa expressividade formalmente apresentada dentro de uma instituição financeira do porte do Banco do Brasil possui alguma relevância, talvez não percebida nos grandes centros urbanos, mas determinante nas pequenas comunidades do interior de nosso país. Evidentemente que a prática poderá trazer desvios, que abordaremos a frente na descrição dos três casos abordados entre nossas várias experiências com a estratégia durante nossa atuação de mais de quatro anos como Agente de DRS em diferentes localidades do país. A seguir, uma figura encartada no material de formação para o DRS produzido pelo BB que resume esta visão participativa:

Figura 1: Visão Participativa DRS – (Caderno DRS Módulo I, 2007, p. 27)



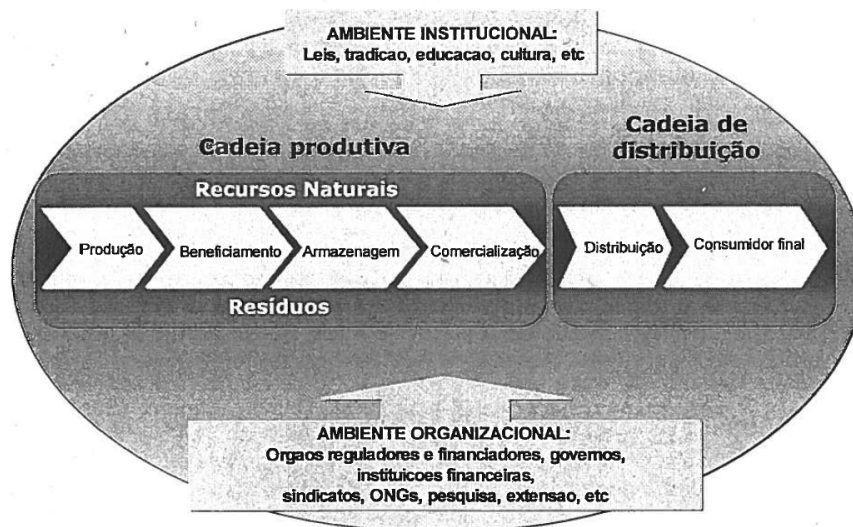
1.1.2 Visão de Cadeia de Valor – Aspecto Econômico

Não temos aqui a pretensão de adentrar na teorização econômica acerca deste conceito, apenas a apresentamos, pois se trata de um tema tratado nos processos de formação e nas reuniões das equipes gestores do DRS, que abordaremos adiante. A visão de Cadeia de Valor que norteia o DRS é a de que o parâmetro de competitividade que deve hoje nortear os negócios e mesmo o desenvolvimento da economia não é mais o da competição segmentada, da melhoria dos processos individuais e da busca da qualidade, isoladamente.

Com a competitividade internacional, verifica-se, cada vez mais, que a ineficiência de uns contribui para o insucesso de outros ou todos. A baixa qualidade de um produto primário torna pouco competitivo o derivado industrializado. Da mesma forma, se o derivado é mal processado, o produtor sofre no preço que a indústria está disposta a lhe pagar. Agreguem-se a este raciocínio as condições de armazenagem, transporte e logística, condições de financiamento, etc.

Para nós a relevância de expressar esta visão está no fato de que é sob esta argumentação que muitas vezes foi possível dar fim a conflitos locais de interesse, sobretudo na discussão da prioridade dos objetivos. Os primeiros consensos, na nossa experiência, de ideias, se estabeleciam de forma relativamente mais simples, mas com o avanço das discussões para o estabelecimento de objetivos e prioridades, na prática, adentrando nos interesses particulares concretos, conflitos e divergências eram mais comuns. A visão de Cadeia de Valor associada a idéias como a de território algumas vezes foram decisivas no estabelecimento contínuo dos consensos possíveis.

Figura 2: Cadeias Produtivas DRS (Caderno DRS Módulo I, 2007, p. 20)



1.1.3 Visão de Abrangência - Território

A visão de abrangência dentro da perspectiva organizacional da entidade promotora da estratégia utilizada como objeto de análise das traduções propostas por Santos é a uma síntese das discussões acerca da idéia de Território, amplamente debatidas no âmbito das ciências sociais.

Não temos aqui intenção de abarcar essa discussão, mas apenas de, apresentando a visão do Banco do Brasil sobre a temática, enfatizar que o conceito é também chave para a formação e a manutenção dos processos de concertação dentro dos planos DRS.

Originalmente nascida de planificações governamentais de intervenção para o desenvolvimento, relativamente enfraquecida nas últimas décadas do século passado, a noção de território renasceu nos últimos 15 ou 20 anos com grande força dentro das agendas de desenvolvimento e não só, sob diferentes vieses e por percursos de teorização diversos. Neste novo cenário a cultura e as identidades locais ganham destaque e igualdade de relevância a questões geográficas e econômicas, entendidas agora como indissociáveis dentro de um território.

Nos materiais e cursos de formação do DRS do Banco do Brasil as perspectivas de território e de abrangência aparecem como elementos de elaboração de três processos que se definem como essenciais para que um plano de desenvolvimento produzido com a participação dos atores locais possa ter a sua aderência de forma a catalisar o desenvolvimento de dado território.

Estes processos são assim nomeados: a competitividade com cooperação; a mediação dos conflitos pela participação; e a combinação dos conhecimentos locais e práticos com o conhecimento científico. Abaixo reproduzimos uma acerca da conceituação de território constante de um dos materiais de formação referidos.

A idéia de território refere-se à parcela geográfica apropriada por um grupo humano ou animal, ou por um indivíduo, visando assegurar sua reprodução e a satisfação de suas necessidades vitais. Há vários sentidos figurados da palavra território; todos conservam a idéia de domínio pessoal ou coletivo, remetendo a diferentes contextos e escalas: a casa, o escritório, o bairro, a cidade, a região, a nação, o planeta. Cada território é, portanto, moldado a partir da combinação de condições e forças internas e externas, devendo ser compreendido como parte de uma totalidade espacial (LASTRES e CASSIOTO, apud Caderno DRS Módulo I, 2007, p. 31).

Ainda segundo a abordagem utilizada pela instituição, sem estes elementos que concedem um sentido de pertencimento não só ao território, mas ao plano de desenvolvimento para este território, sem que estejam contempladas as perspectivas ambiental, econômica, sócio-política, simbólica e mesmo cognitiva, não haverá aderência nem comprometimento e o plano dificilmente prosperará.

1.2 O TRÍPLICE PILAR DE SUSTENTABILIDADE

Julgamos necessário descrever, todavia sem necessariamente problematizar a fundo a diversidade teórica sobre o tema, a visão institucional da entidade promotora da estratégia DRS sobre o que vem a ser a base de sustentação do programa – o Tríplice Pilar da Sustentabilidade, apresentado na figura abaixo, e que nas análises problematizaremos como uma **primeira tradução** dentro do programa, e como uma “base comum” fundamental para *concertar* os conflitos que possam surgir.

Figura 3: O Tríplice Pilar da Sustentabilidade (Caderno DRS Módulo I, 2007, p. 13)



O itálico sobre a expressão “concertar” é proposital. No decorrer deste trabalho discutiremos a necessidade de se pensar a regulação social sobre um paradigma multicultural, e abordaremos a utilidade e viabilidade de se questionar o discurso econômico entendido como diretriz da hegemonia como estratégia de concertação visando às traduções propostas por Santos.

A questão da sustentabilidade começa a ganhar relevância já em meados do século XX. Grupos ambientalistas surgem já a partir da década de 60. Posteriormente, com a emergência do campo da ecologia e dos movimentos ecológicos, a preocupação com a sustentabilidade vem gradativamente ganhando corpo. Atualmente a tematização ecológica tem abarcando praticamente todas as instâncias do pensamento social, econômico e mesmo ético e filosófico.

Sendo nosso campo iniciativa de uma instituição financeira, as inferências históricas utilizadas nas formações do DRS sobre a sustentabilidade de certa forma enfatizam fontes de mesma natureza. O banco apresenta a sustentabilidade dos negócios em longo prazo, que está intrinsecamente relacionada a sustentabilidade que ele nomeia como *latu sensu*, mais abrangente, complexa, relevante e central, que diz respeito a preservação da vida na terra.

Essa menção faz-se importante para desviarmo-nos das discussões a respeito dos conflitos entre os entendimentos do economicamente eficiente e viável, que pressupõe a lógica capitalista de “crescimento econômico”, de outra gama de pensamentos que estabelece no polo oposto a teoria do decrescimento, para citar uma.

Seguindo a ordem das relevâncias apresentadas pelo banco e que formam o entendimento da sustentabilidade no DRS, foi em 1992 com a divulgação de um relatório do Banco Mundial que concluiu que a degradação ambiental e a pobreza estavam intimamente ligadas, e que se deveria caminhar para a um desenvolvimento econômico ecologicamente saudável, que a temática da sustentabilidade alça ao status de preocupação mundial. Este relatório, ao unir ecologia e economia, teve, e esse agora é o nosso entendimento, forte impacto no sentido de pela primeira vez fissurar o cristal, até então impenetrável, do pensamento econômico do novo liberalismo de Margareth Thatcher.

Com a Rio-92, conferência da ONU também conhecida como Cúpula da Terra, consolidou-se o conceito de Desenvolvimento Sustentável, incorporando-se ao binômio economia-ambiente a necessidade de tratar o desenvolvimento como uma preocupação também social, passando pela equidade.

A agenda 21 que surge desta conferência propõe uma mudança no padrão ou paradigma de desenvolvimento. E em 1995, na Conferência de Copenhague, foram finalmente validados os três pilares do Desenvolvimento Sustentável: o Economicamente Viável (e eficiente – posteriormente acrescentado); o Socialmente Justo; e o Ambientalmente Correto. O BB adere à formulação de

Ignacy Sachs e apresenta em suas formações para o DRS quatro distintas concepções acerca das formas de crescimento/desenvolvimento:

- o que foca apenas os aspectos econômicos, gerando impactos negativos ao ambiente ecológico e ao ambiente humano, denominado “**Crescimento Desordenado**”.

- o que contempla as dimensões econômica e social, sem preocupação com os impactos negativos que possam causar ao ambiente ecológico, denominado “**Crescimento Social Benigno**”.

- o que contempla as dimensões econômica e ecológica, sem observância das questões sociais, denominado de “**Crescimento Ambientalmente Sustentável**”.

- e finalmente o que se preocupa com as três dimensões da sustentabilidade: a econômica, a do ambiente humano e a do ambiente ecológico, denominado “**Desenvolvimento**” (SACHS apud Caderno DRS Módulo I, 2007, p.11).

Quadro 2: Padrões de Crescimento (Caderno DRS Módulo I, 2007, p. 11)

	Impactos		
	Econômicos	Sociais	Ecológicos
Crescimento Desordenado	+	-	-
Crescimento Social Benigno	+	+	-
Crescimento Ambientalmente Sustentável	+	-	+
Desenvolvimento	+	+	+

Consideramos assertiva, linguística e discursivamente, em termos de potência, a adoção do termo *Desenvolvimento* isolado como uma perspectiva que defina a contemplação das três instâncias da sustentabilidade. Tudo o que não contemplar tais premissas, deixa de ser entendimento como Desenvolvimento. Esta racionalidade nos parece necessária. Apreciamos a concepção de Amartya Sen (2000) do *Desenvolvimento como Liberdade*, que aplacaria, além da questão social, o desenvolvimento da individualidade humana. Não vamos aqui problematizar nem nos aprofundar na questão, apenas o mencionamos como justificativa da utilização do termo *desenvolvimento* de forma isolada.

A formação oferecida também adota para seu modelo de sustentabilidade, base para sua estratégia e para todos os planos de DRS, uma conceitualização dimensional, e adota como nomenclatura as dimensões da *Equidade Social*, *Conservação Ambiental* e *Eficiência Econômica*.

Figura 4: Organograma Desenvolvimento Sustentável (Caderno DRS Módulo I, 2007 p. 12)



Como último construto das elaborações sobre Sustentabilidade dentro do programa, apresentamos a inclusão de um quarto elemento, fora do tríplice pilar de sustentabilidade, incluído na Agenda 21 da Cultura, resultante do IV Fórum de Autoridades Locais para a inclusão Social de Porto Alegre. Trata-se da incorporação da(s) cultura(s), das particularidades e da multiculturalidade dentro do processo de desenvolvimento, como bem sintetizado no trecho abaixo:

A valorização do patrimônio natural e cultural constitui uma das áreas mais novas nas iniciativas locais de desenvolvimento, que supõe uma visão sobre o meio ambiente e o patrimônio cultural e histórico como ativos de desenvolvimento. Com efeito, o patrimônio natural e cultural permite incorporar elementos de diferenciação nos processos produtivos e produtos locais, alavancando iniciativas consistentes na produção ecológica, ao mesmo tempo em que favorece uma aposta territorial pela qualidade (ALBUQUERQUE e ZAPATA, apud Caderno DRS – Módulo I, p. 12).

O respeito à diversidade cultural se aglutina ao tríplice pilar de sustentabilidade para formar a *base mínima* de entendimento comum que conforma o DRS, orienta a concertação e que, como buscaremos mostrar, é determinante

para o entendimento, para a articulação, para as Traduções, nos termos em que, adiante aprofundado, trabalha Boaventura de Sousa Santos: “o trabalho de tradução visa criar inteligibilidade, coerência e articulação” a esta enriquecida diversidade (SANTOS, 2005, p. 78). Dito isso, detalhemos as etapas da metodologia DRS.

1.3 MÓDULO DE PREPARAÇÃO

A Metodologia DRS pode ser dividida em: Módulo de Preparação, onde se encontram as etapas de Sensibilização/ Capacitação, Escolha da Atividade Produtiva e Formação da Equipe Gestora; Módulo de Estruturação, onde se encontram as etapas da formulação do Diagnóstico, estruturação do Plano de Negócios e Análises e Pareceres; e o Módulo de Gestão, onde se encontram as etapas de Implementação e Monitoramento do Plano de Negócios DRS (Apostila DRS, 2013, p.11).

Apresentada rapidamente a estratégia e as visões que a conduzem, passemos a apresentar a metodologia que efetivamente constitui a estratégia. A primeira fase de um Plano de DRS consiste no Módulo de Preparação. É quando se procura congrega os atores que participarão do desenvolvimento da estratégia DRS local. É nesse momento que um primeiro trabalho de tradução deve ser realizado, o trabalho de entendimento a cerca do conceito de sustentabilidade entendido sob os três pilares do economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto. Estes pilares configurariam um conjunto de topoi a ser traduzido, segundo a teorização de Santos, a frente apresentada.

1.3.1 Concertação – A Tradução Aplicada

Na estratégia DRS é utilizada a idéia de concertação, com o sentido de orquestração. É através deste processo que os diferentes atores trabalharão visando o desenvolvimento de uma dada atividade. Ela tem início quando da primeira reunião em que os principais atores locais são apresentados a estratégia DRS e são

então convidados a analisar e determinar qual a atividade produtiva será foco do trabalho.

A partir já deste primeiro contato, tem-se início o processo de relacionamento, de **concertação**, que associaremos ao conceito de tradução, e cuja boa condução é a chave da metodologia. Como menciona o material oficial do banco, nossos entrevistados e nossa experiência pessoal, a arte de conduzir os eventuais conflitos que possam se estabelecer é a chave para o sucesso dos objetivos traçados. A concertação, assim como a tradução, nunca pode ser abandonada. Não se trata de um momento de, mas de um processo de, e que deve ser contínuo para ser eficaz.

Figura 5: Metodologia DRS – Concertação (Caderno DRS Módulo I, 2007, pg. 21)



A Concertação é, então, uma ação integrada, harmônica e compartilhada de diversos parceiros (agentes econômicos, sociais e políticos) e os beneficiários finais. Na sua origem, o termo remete, segundo o dicionário Aurélio Online, a “arte” de aplicar princípios de instrumentação a uma orquestra de modo que a obra musical executada pelos diferentes instrumentos, expressas de diversas formas em suas respectivas partituras, possam produzir o melhor efeito sonoro e “artístico” final.

Na sua utilização dentro da estratégia DRS, a concertação promove a articulação entre pessoas e grupos para que estes atuem com sinergia em prol do desenvolvimento sustentável do território, envolvendo todas as partes interessadas no desenvolvimento de atividades produtivas existentes na jurisdição. Baseia-se no princípio participativo e contribui para a mitigação de riscos e alcance de resultados positivos.

Buscando referências na história, o termo concertação surge, ou ressurgiu com força, na década de 1990 na Europa. Diante da unificação europeia, as nações se indagam a respeito da necessidade de repactuar algumas questões de regulação nas esferas produtivas e no mundo do trabalho de forma a promover o desenvolvimento local e regional subnacionais (TAPIA, 2005). Impulsionadas por políticas de incentivo elaboradas pela União Europeia, passa-se a estabelecer estratégias de regulação descentralizada, ou de governança local como forma de dinamizar as economias regionalmente.

Os atores, associações diversas e sindicatos, são chamados a elaboração desses pactos sociais de segunda geração e, portanto, para muitos, passam a desempenhar um papel de policy makers, de produtores de políticas públicas de rearranjo e regulação das relações.

Há críticas a esse respeito que relacionam o que inicialmente foi entendido como uma estratégia de ganha-ganha, como uma posição estratégica equivocada por parte dos sindicatos que, ao comprarem a ideia da concertação e da busca do consenso visando a solução do desemprego, acabaram embarcando numa espécie de neocorporativismo e enfraquecendo a perspectiva do embate social, que mais tarde culminaria em perdas para os trabalhadores.

O que nos interessa é o lastro da ideia de concertação como produção dos consensos possíveis visando o desenvolvimento local. Trataremos como um conceito aplicado e que nos servirá como base para a discussão sobre as possibilidades e limites de aproximação das experiências do DRS com o conceito de tradução de Santos.

1.3.2 Etapa de Sensibilização/Capacitação

Voltando ao programa, após está rápida explanação do conceito chave da concertação, que perpassará todo o processo, o primeiro movimento do módulo de preparação do DRS consiste num importante movimento de formação e sensibilização dos agentes internos, dos funcionários do Banco do Brasil para a atuação dentro do DRS.

Um curso de formação constituído de dois módulos, um mais teórico e o segundo mais ligado a operacionalização do processo são ministrados. Os cursos acontecem nas superintendências estaduais do banco, o que obriga o deslocamento físico dos participantes, mas por outro lado permite o distanciamento das demais atividades do funcionário possibilitando uma imersão necessária para a introspecção e o aprofundamento na temática.

É importante salientar que o funcionário do banco responsável pela gestão dos DRS locais é o Gerente de Agência local. Além dele, outro funcionário é capacitado, inicialmente para o trabalho operacional. Nossa experiência foi como este funcionário. Teoricamente caberia ao gestor local do banco o trabalho da articulação do DRS. Todavia, como esta é apenas uma das atividades do gestor local, poderia se presumir, então, que, a princípio, o funcionário da base, igualmente capacitado em formação de DRS, ficaria específica ou exclusivamente dedicado ao DRS.

Na prática raramente foi assim. Nossa experiência e algumas das entrevistas realizadas apontaram que a dedicação empregada pela figura representativa da instituição promotora foi especialmente relevante para o bom andamento da concertação, que por sua vez era determinante do sucesso ou não dos planos.

Capacitado o público interno, a etapa de sensibilização do DRS prossegue através do convite para a apresentação da estratégia aos atores locais. O Gestor local deve convidar as lideranças das mais variadas representações da comunidade: empresariais, sindicais, de organizações sociais, religiosas, de ao

menos uma faculdade/universidade, ou outra instituição de ensino e do poder público.

Essas pessoas são apresentadas à estratégia por meio, normalmente, de uma ou mais reuniões onde são passados os pilares do DRS, já apresentados, e a ideia da concertação para o desenvolvimento através da escolha de inicialmente uma atividade produtiva com necessidades e potencial para o seu desenvolvimento e para o desenvolvimento local como um todo. Várias reuniões podem ser necessárias para essa escolha. Nossa experiência revelou que pequenas reuniões com uma posterior reunião mais ampla, ainda de sensibilização, revelaram-se mais produtivas. É difícil colocar antagonistas frente a frente, sob uma ótica de cooperação, sem antes prepará-los para tanto.

Também é importante ressaltar que mesmo após aderirem ao DRS, não há, necessariamente, uma capacitação pedagógica específica para a disseminação da metodologia, e que o curso de DRS em si, condição para atuar na estratégia para os funcionários do banco, não era disponibilizado aos parceiros. Cabe aos profissionais do banco a função de multiplicar este conhecimento durante a etapa de sensibilização, e também, nas etapas seguintes, aos demais parceiros, uma vez formada a Equipe Gestora do DRS, a seguir descrita.

Também não há uma formação específica para a condução da concertação. O que existe é um roteiro para a apresentação da estratégia, do papel do banco como catalisador, do aspecto democrático e participativo, do conteúdo da sustentabilidade. Não existe na estratégia uma formação pedagógica específica para o concertar ou para traduzir

Acreditamos que cabe aqui já uma rápida referência a nossas entrevistas, ao mencionarmos essa lacuna pedagógica. Ao mesmo tempo em que podemos apontar esta lacuna, devemos registrar que, ao longo do desenvolvimento dos planos locais, a metodologia do DRS se aperfeiçoou e muito, fundamentalmente em dois sentidos, conforme nossos entrevistados, destacando-se o segundo.

Primeiramente, houve uma adequação e uma flexibilização burocrática, de requisitos para o acesso a linhas de crédito para financiamento da produção das entidades beneficiárias do DRS, ao que se ressalta que não houve a criação de uma linha de crédito específica para o DRS, nem para pessoas físicas, nem para as jurídicas.

Segundo, os parceiros atuaram proativamente com seus conhecimentos pedagógicos e com seu know-how específico em suas áreas de atuação para criar uma grande diversidade de atividades de formação e capacitação. Ou seja, embora não tenham sido previstas ações de formação pedagógica para a condução dos processos, a metodologia participativa e construtivista da estratégia acabou por amenizar esta lacuna na medida da participação de muitas entidades de cunho formativo e de seus representantes com experiências pedagógicas diversas.

Ao longo do desenvolvimento dos planos, diversos cursos e mesmo publicações específicas foram surgindo no decorrer das necessidades e êxitos das experiências. Os primeiros planos com efetivo sucesso passaram a servir de modelo para a condução de outros planos de mesma atividade econômica escolhida.

Inúmeros cursos e oficinas de associativismo foram criadas, algumas com especificidades para os públicos beneficiários das atividades escolhidas; cursos de entidades parceiras como as do Sistema S (SESC, SENAI, SEBRAE), do INCRA, da Emater, entre outros, também foram adaptados; processos de formação gerencial, na produção e de vendas foram construídos, adaptados e supervisionados pelas faculdades e universidades parceiras – sobretudo por seus departamentos de extensão (alguns destes departamentos, em pequenas faculdades, mesmo surgiram a partir da participação destas instituições no DRS).

Nesse sentido, destacamos ainda a criação de uma rede de MBAs em Desenvolvimento Regional Sustentável em parcerias com Universidades parceiras, a exemplo do que ocorreu com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Abaixo, algumas das ações de capacitação desenvolvidas pelo Banco do Brasil dentre as inúmeras criadas pelo conjunto de atores parceiros:

- Curso de Estratégia Negocial DRS; público: funcionários e parceiros
- Curso de Gestão da Estratégia DRS: funcionários
- Oficina de Educadores Sociais – Pão e Beleza; público: funcionários e parceiros
- Introdução ao Voluntariado; público: funcionários e parceiros
- MBA em Gestão e Negócios do DRS – especialização desenvolvida em consórcio com diversas instituições de ensino parceiras; público interno e externo ao BB, não necessariamente ligado a um plano DRS.
- Cadernos para as atividades DRS nas áreas de bovinocultura do leite; fruticulturas do açaí, da banana e do caju; apicultura; aquicultura, de Tilápias e outras espécies; ovinocaprino cultura; e de reciclagem – todas disponíveis no Portal da estratégia DRS no site do BB.

1.3.3 Etapa de Escolha da Atividade Produtiva

Realizada a sensibilização, despertado o interesse inicial dos atores locais, o passo seguinte é o da escolha da atividade produtiva. É este um primeiro momento em que podem acontecer conflitos e que, surgindo, necessitam ser concertados de forma a impedir prejuízos futuros e mesmo a inviabilidade do prosseguimento das atividades. Deter-nos-emos com mais cuidado a este momento no capítulo da análise dos campos. Faremos aqui uma breve descrição, sem pormenorizar os conflitos possíveis e até esperados. Neste momento, apresentamos o tipo ideal do processo descrito pelo banco com as premissas por ele elencadas para a escolha da atividade a ser enfocada no território.

Se na etapa anterior a concertação se preocupava em inicialmente separar antagonismos, nesta a concertação precisa dar conta das disputas de interesses naturais de qualquer associação de pessoas, mas com um detalhe:

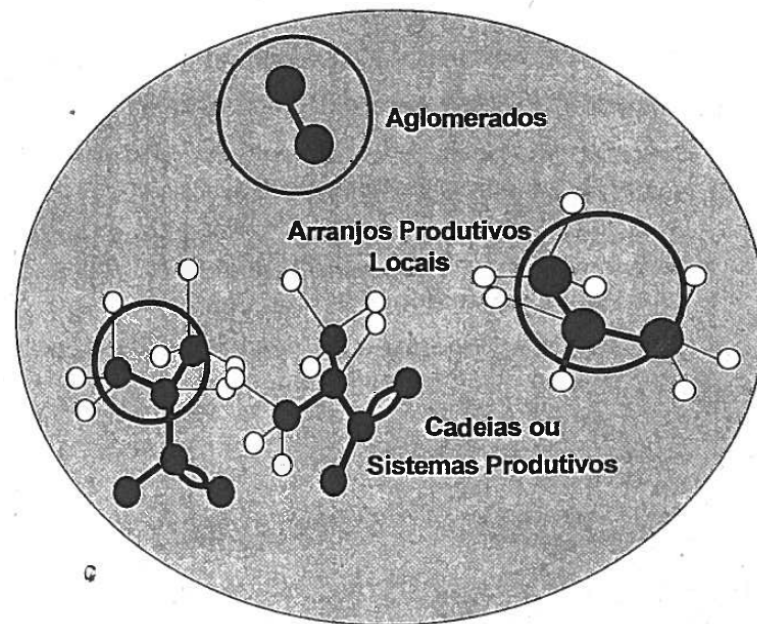
precisa produzir um consenso, não só de prioridade, mas de escolha de uma atividade que, por certo, muitas vezes redundaria no afastamento de alguns atores. Como proceder na concertação de interesses? Como transformar uma dinâmica do eu ou ele em uma dinâmica do: “ok, ele primeiro e eu depois, desde que estejamos juntos”?

Teoricamente falando o banco apresenta como a diretriz principal para a escolha da atividade econômica do DRS o grau ou nível, atual, latente e possível, ou seja, as necessidades e potencialidades, das atividades em termos da sua visão de cadeia de valor. A idéia é que se deveria optar por uma atividade que, já existente, mesmo que não a mais desenvolvida, pudesse envolver mais pessoas diretamente como beneficiários e a maior quantidade possível de atores locais e regionais. Para tanto o banco apresenta, no material e curso de formação do DRS, as associações em três graus.

O primeiro grau de associação seria o dos Aglomerados, compostos por diferentes agentes econômicos, políticos e sociais de uma dada comunidade, que atuam em diversas fases do processo produtivo, mas com “vínculos frágeis de interação, cooperação, aprendizagem e pouca sinergia” (Caderno DRS Módulo I, 2007, p. 37). O segundo estágio de relacionamento seria o dos Arranjos Produtivos Locais, que são agrupamentos de agentes de uma mesma região ou território, e que operam atividades produtivas correlacionadas, e que demonstram “vínculos expressivos de interação, cooperação e aprendizagem”(Ibidem).

O Terceiro nível de associação, considerado ideal, desejado e assim relevante na escolha da atividade produtiva, diz respeito à possibilidade de desenvolvimento de Cadeias ou Sistemas Produtivos, que vem a ser amplos conjuntos de todas as etapas de produção de um dado produto ou serviço, composto até por vários aglomerados e, quiçá, alguns arranjos locais de forma que constituam “redes complexas com altos índices de articulação, cooperação e aprendizagem, sem limitação territorial”(Ibidem). Abaixo um esquema demonstrativo.

Figura 6: Arranjos Produtivos DRS (Caderno DRS Módulo I, 2007, p. 37)



Dito isso, registre-se que também é explícito no material institucional que essas características não devam ser, isoladamente, determinantes para a escolha da atividade; e que ainda que o trabalho possa ser facilitado pelo maior grau prévio de organização, são os “menos organizados que mais necessitam de apoio para sua estruturação” (ibidem). O material oficial apresenta ainda outros dois conjuntos de fatores a serem observados na escolha da atividade econômica foco do DRS. São elas:

1) maior número de condições favoráveis:

- viabilidade econômica;
- vocação da região;
- potencial de geração de trabalho e renda;
- condições para aumentar a produção/productividade;
- mercado identificado e capaz de absorver aumento de produção e/ou novos produtos;
- a existência de parceiros capazes de atenderem as demandas para o desenvolvimento das atividades;
- existência de organizações sociais atuantes;
- existência de experiências de desenvolvimento regional ou desenvolvimento sustentável em andamento.

2) Pressupostos para o sucesso dos planos:

- capacidade de absorção de novas tecnologias com ampliação dos níveis de ocupação;
- capacidade de agregação de valor a produtos e serviços;
- preocupação com a proteção dos recursos naturais;

- preocupação com a preservação dos saberes locais e aproveitamento dos ativos culturais;
- predisposição dos agentes envolvidos para a realização de ações compartilhadas, visando fortalecer o desenvolvimento da atividade e aumentar o nível de organização;
- possibilidade de geração de negócios para todos os envolvidos no processo, direta ou indiretamente (Caderno DRS – Módulo I, 2007, p. 38).

1.3.4 Etapa de Formação da Equipe Gestora

A descrição desta fase será rápida, como é a sua definição. Todavia, sua função é de fundamental relevância no transcorrer do DRS, ao longo de todo o Módulo seguinte, de Implantação, e, também, no Módulo de Gerenciamento, nas previsíveis correções de rumo e na continuidade da concertação do processo.

Esta fase na verdade já começa a acontecer desde a etapa de sensibilização, na medida em que os atores convidados vão aderindo ao projeto. Também se pode afirmar que, de certa forma, ela começa a se definir na escolha da atividade econômica a ser trabalhada, uma vez que em razão desta, alguns atores deverão compor a equipe principal. Nem todos os atores precisam compor a equipe, que deve funcionar em forma de colegiado, e com o andamento do processo, as entidades representadas, bem como seus representantes, podem ser substituídos, se necessário.

O ideal é que representantes e organismos ligados diretamente a cada um dos pilares da sustentabilidade componham o grupo, de forma a melhorar as potencialidades do seu equilíbrio: uma ONG ambiental, um representante da associação empresarial, um líder comunitário, para dar um exemplo de cada pilar. É essencial que o Poder Público esteja representado.

Também de forma ideal é importante que os representantes das instituições que componham a Equipe Gestora tenham comprometimento e disponibilidade para participar das reuniões do processo. Muitas vezes, o melhor é que os membros efetivamente participantes das reuniões não sejam dos “primeiros

escalões” de suas instituições, de forma a poder dedicar-se intensamente as atividades.

Outros atores aparecem como sugestão para compor a equipe: um comunicador (de rádio, jornal locais) para ajudar na divulgação e engajamento da população; um religioso ou clérigo, sempre buscando evitar confrontos e objetivando a concertação e tendo em vista agora o público beneficiário, definido pela atividade escolhida.

A Equipe Gestora deverá ser capaz de realizar um bom diagnóstico – tratado a seguir – e estabelecer um bom Plano de Negócios para o desenvolvimento do DRS. Para tanto, poderá convidar outros atores e instituições, delegar tarefas para estes, mas será ela que deverá supervisionar as suas realizações e o cumprimento das metas e dos objetivos propostos. Caberá também a Equipe Gestora a distribuição das tarefas, começando pelo levantamento de dados necessário a primeira etapa do *Módulo de Estruturação: a etapa do Diagnóstico*.

1.4 MÓDULO DE ESTRUTURAÇÃO

Montada a equipe gestora e escolhida a atividade produtiva a ser desenvolvida, passa-se ao Módulo de Estruturação composto pelas etapas de Diagnóstico, Plano de Negócios e de Análises e Pareceres. A primeira destas etapas consiste na elaboração do diagnóstico de todas as variáveis que podem influenciar na cadeia de produção e na ampla cadeia de valor que envolve toda atividade.

1.4.1 Etapa do Diagnóstico

O Diagnóstico DRS é feito por meio de levantamento de informações que contemplem tanto os processos internos (forças e fraquezas) quanto os externos (ameaças e oportunidades) da atividade produtiva escolhida (Apostila DRS, 2013, p. 12)

Percebe-se no trecho acima a utilização de uma metodologia de Pontos Fortes e Fracos, e é seguindo esta metodologia que, além de uma descrição textual

sucinta, os dados do diagnóstico são inseridos dentro do programa de informática do Banco do Brasil. Esta plataforma que vai servir como ferramenta de registro descritivo e histórico para o gerenciamento das atividades e ações a serem desenvolvidas por parte dos agentes DRS do banco. Não há objeções a que os parceiros dos planos realizem os seus próprios registros.

Nesta etapa o objetivo é construir o retrato mais fiel possível da realidade, pensando na atividade escolhida, na visão de cadeia de valor, de forma a identificar as potencialidades, problemas para, e soluções possíveis para estes problemas. A idéia é que, na etapa seguinte, do Plano de Negócios, se possam planificar objetivos e ações para a solução dos problemas. Nesta etapa não são previstos tantos possíveis conflitos, mas ela é essencial para o sucesso do plano. Quanto mais completa for, mais completo e abrangente será o Plano de Negócios. Um modelo que apresenta as questões elencadas pela instituição para a construção do diagnóstico pode ser observado nos anexos. Lembrando que toda e qualquer informação ou situação relevante poderia ser cadastrada dentro das questões abertas deste modelo.

Para a elaboração deste amplo diagnóstico, sugere-se que a Equipe Gestora divida-se, cada um ficando responsável pelas informações que mais próximas lhe sejam, como deixar a cargo das cooperativas ou entidades de classe os levantamentos de mercado e a situação das famílias envolvidas; ao representante do poder público, as questões fiscais da atividade e os levantamentos socioeconômicos gerais do município; ao órgão técnico rural membro da equipe, por exemplo, compilar os dados de área cultivada, custos, recursos logísticos, carências técnicas, etc.

Não há oposição a que mais de um integrante da equipe levante alguns dados, ou mesmo que terceirize para algum outro parceiro seu, exterior a Equipe Gestora. Mas é importante que o levantamento de cada parte das informações seja gerenciada por alguém da Equipe. Feito isso, reuniões devem acontecer para a discussão dos dados e identificação dos pontos fracos e fortes, dos problemas e das

potencialidades que comporão o construto textual dos últimos dois campos do diagnóstico conforme disposto no sistema do banco.

Dentro do sistema geral do BB, o subsistema do DRS está estruturado nos seguinte subcampos no que tange a descrição do diagnóstico: Identificação da atividade / Aspectos econômico-financeiros / Aspectos Técnicos / Infraestrutura / Mercado / Aspectos sociais / Aspectos ambientais / Identificação de ameaças / Identificação de pontos fortes / Identificação de pontos fracos / Identificação das fontes consultadas; e por fim: **Análise das informações e Identificação de carências, soluções alternativas e potencialidades a serem exploradas** (Caderno DRS Módulo I, 2007, p. 42 e 43 – grifos nossos). É este rico mapeamento que irá nortear toda a etapa seguinte, de elaboração do Plano de Negócios do DRS.

1.4.2 Etapa do Plano de Negócios

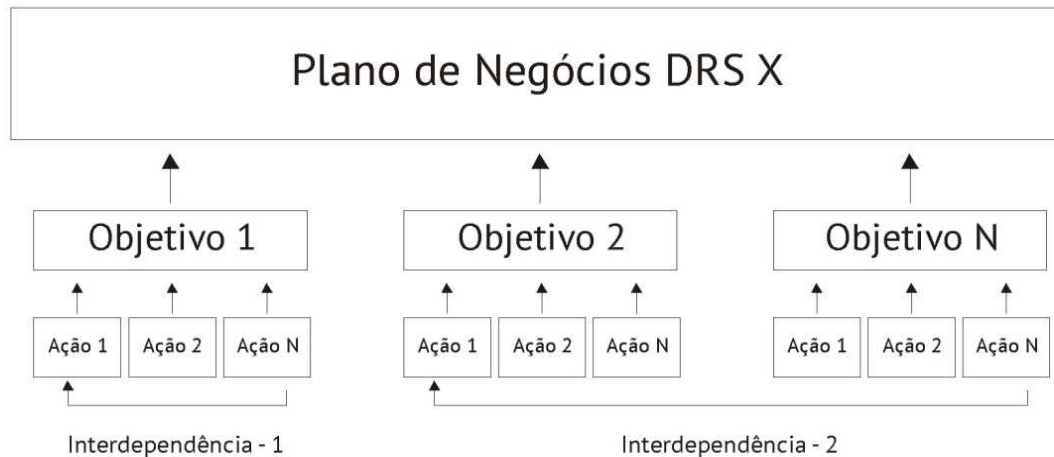
O Plano de Negócios é a descrição do Cenário, **Objetivos**, Orçamento, Projeções, Beneficiários e **ações** a serem realizadas para promover o desenvolvimento sustentável da atividade produtiva escolhida. Sua elaboração é feita a partir das questões centrais identificadas, que traça o retrato atual da cadeia produtiva da atividade, e deve ser participativa, pactuada com os agentes da atividade e com os parceiros (Apostila DRS, 2013, p. 13).

O plano DRS é organizado por objetivos a serem alcançados conforme as necessidades apontadas no diagnóstico. Para tanto são pensadas uma série de ações cronologicamente elaboradas para atingir cada objetivo. Para facilitar o planejamento os objetivos podem ser aglomerados em grupos. A Equipe Gestora deve acompanhar a evolução de cada objetivo, podendo destacar um responsável específico pelo monitoramento de cada objetivo ou grupo de, no Módulo seguinte, de Gestão. Nos anexos incluímos um exemplo de como é organizado o Plano de Negócios.

Sendo ou não destacado um responsável por objetivo, cada ação orquestrada fica sobre responsabilidade de um dos intervenientes. A definição desta responsabilidade é coletiva e segue um critério de associação com a área de

atuação de cada ator. Por exemplo, mas não necessariamente, ações de formação podem ficar a cargo de instituições universitárias, ações de infraestrutura a cargo do poder público, ações de cidadania a cargo de ONGs.

Figura 7: Organograma Plano de Ação (Caderno DRS Módulo I, 2007, p. 47)



Havendo a necessidade, os membros da equipe gestora podem avaliar a possibilidade de acionar novos parceiros para tanto. Isso se daria no **Módulo de Gestão e Monitoramento** que consiste na implementação do Plano de Negócios DRS. É nesta fase que eventuais correções de prazos, novas ações e objetivos e o redimensionamento de metas devem ser feitos. Os planos DRS são dinâmicos e estão sempre abertos a alterações.

Para o melhor acompanhamento da evolução futura, são condições também da etapa do Plano de Negócios a elaboração de *Cenários*. Trata-se de uma elaboração sobre o Diagnóstico a fim de construir uma ideia de cenário atual e do cenário almejado para a atividade. A esta descrição textual, aconselha-se o desenvolvimento de Metas, que devem estar organizadas em relação com os Objetivos e Ações definidos. Sugerimos a observação dos anexos exemplificativos que acompanham este trabalho.

Para finalizar este tópico de apresentação, faz-se importante lembrar, até porque evitamos pormenorizar a visão negocial do Banco com a estratégia, que

compõem também o Plano de Negócios outros dois campos de informações para acompanhamento posterior: projeções e orçamento.

1.4.3 Projeções

No campo Projeções, devem ser registradas as projeções de receitas, de aumento de receitas dos beneficiários e demais parceiros com o plano, os custos envolvidos e suas variações esperadas e a produtividade projetada. Estes dados ajudam os parceiros a medir a relevância do plano e a legitimar seu dispêndio de capitais com o projeto – descritos no campo Orçamento.

Neste campo o Banco também registra internamente, sua expectativa, suas projeções de negócios com os parceiros pessoas físicas e jurídicas envolvidos na atividade. Lembrando que, para o banco, a DRS é uma *estratégia comercial* a qual, além de cumprir sua missão como banco público de ajudar no desenvolvimento do país, tem como “principal interesse a expansão da sua base de clientes e, na sua esteira, o crescimento da captação, das aplicações e da venda de produtos e serviços” (Caderno DRS – Módulo I, 2007, p. 35).

1.4.4 Orçamento

Já no campo Orçamento, como antecipado acima, são registrados os desembolsos relativos às ações a serem realizadas durante a implementação do Plano de Negócios. A existência, a alocação, e a previsão de recursos dos parceiros para as ações são fundamentais e merecem especial atenção no planejamento. Falamos aqui de um orçamento financeiro, mas que visa dar conta de todos os recursos, de todos os desembolsos dos parceiros com o plano.

Trata-se de um levantamento de custos com recursos humanos, infraestruturais, tecnológicos e recursos materiais diversos com as ações de formação, onde são exemplos: custo hora-técnica, hora-aula, locação de salas de formação, transporte, maquinário, alimentação, etc.

1.4.5 Análises e Pareceres

Finalizando o Módulo de Preparação ou Estruturação se encontra a etapa de Análises e Pareceres. Eminentemente técnica, é realizada internamente pelo Banco do Brasil. Trata-se de uma análise pelo corpo técnico do banco, nas suas mais diversas áreas especializadas como agronomia, zootecnia, varejo, de micro-empresas, etc. Este corpo técnico da área rural, por exemplo, a bem da verdade hoje em dia muito reduzido em comparação as décadas passadas, pode ser inclusive solicitado a auxiliar nas etapas anteriores, e/ou a ajudar a refazê-las caso problemas importantes sejam detectados. Trata-se de uma etapa interna do Banco, que legitima a aprovação do Plano de Negócios e dá o aval para o seu prosseguimento.

Aprovadas as análises, emitidos os pareceres, o Plano de Negócios coletivamente criado, aprovado no âmbito interno do BB, segue para a sua formalização conjunta com os parceiros, uma vez que algumas adequações podem ter sido realizadas na etapa de análises e pareceres.

Esta formalização se dá através da assinatura de um Termo de Compromisso, e dá início, efetivamente, a etapa de Implementação do DRS, que inicia o **Módulo de Gestão** do mesmo.

1.5 MÓDULO DE GESTÃO

O Módulo de Gestão do DRS constitui-se como a denominação do gerenciamento da implementação do plano pactuado com os parceiros no âmbito do sistema do BB e para fins dos materiais e cursos sobre a estratégia DRS como um todo. Na prática, consiste na dinâmica de gestão da Equipe Gestora para que o planejamento realizado se concretize, seja flexibilizado ou mesmo modificado visando o sucesso do DRS local.

Como se trata de um processo vivido, não há muito que descrever sobre seu funcionamento a priori. Ressaltamos, contudo, que se até agora apontamos dois momentos distintos de *Concertação*, o primeiro na etapa de *Sensibilização* até a *Escolha da Atividade Econômica*, e o segundo no âmbito do *Diagnóstico* e da elaboração do *Plano de Negócios*; um terceiro momento de concertação se inicia agora. Outras formas de Tradução precisarão ser realizadas, agora não mais nos âmbitos do planejamento, mas no âmbito da realizável.

Neste sentido, são passíveis de se estabelecer conflitos no sentido de cobranças pelo não cumprimento de metas e cronogramas. Não existe, a priori, um ordenamento sobre estas cobranças, nem uma forma de funcionamento. Se elas deverão ser feitas nas reuniões ou de forma privada. Trata-se de um momento em que cada Equipe Gestora deve desenvolver sua forma de gestão e concertação.

CAPÍTULO 2

2. OS TRABALHOS DE TRADUÇÃO E A SOCIOLOGIA DE SANTOS

Apresentado nosso campo empírico, passamos neste capítulo a trabalhar com um contendo das ideias centrais do pensamento de Boaventura de Sousa Santos, sobretudo naquilo que julgamos mais relevante para analisar os processos de Concertação dentro de nosso objeto empírico e relacioná-los ao conceito de Tradução do autor, adiante apresentado – relação essa que vem a constituir-se no objeto de reflexão teórica desta tese.

Caracterizaremos rapidamente o paradigma moderno, para então apresentar a visão de transição paradigmática do autor, adentrar em alguns de seus conceitos chaves, como os da sociologia das ausências e das emergências, e da dupla ruptura epistemológica. Apresentaremos, também, a cartografia societal construída pelo autor de forma a definir os diferentes espaços-tempo-estruturais da vida social na transição paradigmática.

Finalmente, focaremos o conceito de Tradução, ou dos Trabalhos de Tradução, que, como dito, relacionaremos aos processos de Concertação vivenciados nos nossos campos de empiria. Neste capítulo, optamos por uma abordagem mais descritiva permeada por algumas observações indicativas das questões as quais voltaremos no momento das análises, onde interligaremos suas ideias as dos demais autores que serão apresentados no terceiro capítulo.

2.1 O PARADIGMA MODERNO E A TRANSIÇÃO PARADIGMÁTICA

Segundo Santos, vivemos numa época de transformações sociais que configuram rupturas com o paradigma moderno. Vários autores têm procurado caracterizar e conceituar esta transição adotando diferentes nomenclaturas: pós-modernidade, modernidade líquida, hiper-modernidade. Cada conceituação salienta determinados aspectos. Uns a apontando, de fato, como ruptura paradigmática, outros a caracterizando como transformação, transmutação, trabalhando as mudanças de forma menos peremptória quanto à constituição de um novo paradigma. Não nos cabe aqui caracterizar e adentrar nas diferenças entre estas conceituações. Cabe-nos, sim, relatar a visão do autor deste novo paradigma, procedimento fundamental para apresentar o seu pensamento sociológico.

Antes, todavia, iniciemos por uma rápida descrição do paradigma moderno. O surgimento do paradigma moderno, da modernidade ocidental, pode ser rastreado desde meados do século XVI, iniciando-se pelo movimento renascentista nas artes, e acentuando-se pelo século XVII, com o surgimento do pensamento iluminista. Em comum, a instauração de uma relevante ruptura sociocultural com o paradigma anterior – o antropocentrismo.

Uma vez instituído o homem como centro da narrativa paradigmática, ideias emancipatórias surgem no sentido da liberdade e da igualdade vindo, conjuntamente ao crescimento de uma burguesia comercial, a culminar na revolução francesa. A crença na ciência humana substitui a fé, e a ideia de que o progresso científico levará a cabo os demais desejos e necessidades humanas determina as diretrizes dos matizes de pensamento que passam a surgir, melhor exemplificados no pensamento positivista. Segundo o próprio Santos:

No projeto da modernidade podemos distinguir duas formas de conhecimento: o conhecimento-regulação cujo ponto de ignorância se designa por caos e cujo ponto de saber se designa por ordem e o conhecimento-emancipação cujo ponto de ignorância se designa por colonialismo e cujo ponto de saber se designa por solidariedade (SANTOS, 2002, p. 29).

Para ele, o paradigma moderno se constitui sobre um binômio de constância e dinâmica entre forças de regulação: de contenção, de regramento social; e de emancipação: de liberdade individual que se consolida ao convergir para o então juvenil e promissor sistema capitalista do século XIX; e de justiça social, que podemos afirmar levará ao surgimento do ideário socialista, primeiro com os socialistas utópicos e mais tarde com o socialismo científico.

Deixemos aqui, de imediato, uma primeira observação, para uma questão a qual voltaremos adiante. Esta tensão entre regulação e emancipação surge apenas na modernidade? Ou poderíamos afirmar que muito antes da modernidade esta tensão também existia, com a diferença que o determinante tanto na regulação, quanto na emancipação simplesmente estava num domínio fora do humano, num domínio da crença religiosa, da fé, da crença na salvação, na emancipação pela salvação e na regulação dada pela condição de nascimento, na plebe ou na nobreza, tudo isso “determinado” por uma figura divina?

Não é a regulação algo intrínseco ao social? Algo que deve ser posto como pólo a ser sempre suavizado, de forma a permitir as mais diferentes formas e perspectivas de vida, mas que, justamente para que assim o seja, não deve ser desconsiderado, ou tido como eliminável. Lembremo-nos da coercitividade dos fatos sociais elencada por Emile Durkheim.

Abordaremos esta questão ao discutirmos sobre uma de nossas hipóteses, a de que a questão econômica, independentemente de hoje existirem uma ampla gama de questões emancipatórias, sempre esteve presente, ao longo dos diferentes paradigmas, no centro das tensões entre regulação e emancipação, visto que a sobrevivência humana é a primeira de todas as necessidades de

emancipação, ao mesmo tempo em que também são as questões econômicas ordinárias da legitimação das regras de regulação.

Feito este parêntesis, iniciemos por transcrever abaixo um trecho de nossa dissertação de mestrado em que também trabalhamos com este autor, onde apresentamos uma síntese de sua percepção do momento de transição paradigmática que vivenciamos – as formas usuais de emancipar se converteram numa regulação do como se emancipar, e, assim, numa nova regulação:

A ideia central do sociólogo português para explicar a contemporaneidade e mesmo apresentá-la na transição paradigmática que fundamenta é de que o pilar emancipatório encontra-se em colapso, com suas fundações rachadas, como as de uma casa invadida por raízes de uma imensa figueira em seu quintal. As forças emancipatórias encontram-se sufocadas. A emancipação não é mais o avesso da regulação, mas um seu duplo, uma nova modalidade de regulação. Toda a intenção de agir do braço emancipatório é contida, no início de seu movimento, de sua liberação, pelo abraço do coirmão regulatório. De braços cruzados, a modernidade não tem mais como se reinventar e afogar-se-á no mar da história. É preciso reinventar a emancipação social! (JOHANN, 2007, p. 71)

Dentre as várias possibilidades de se identificar e trabalhar a transição paradigmática, Santos se debruça, sobretudo em duas, por considerá-las como principais: a epistemológica e a societal, na qual inclusa a instância cultural. Podemos apontar a transição societal como mais perceptível para a população em geral. Vemo-la diariamente nas ruas e até na mídia, e que podemos rapidamente caracterizar na pluralidade de expressões de identidade e de uma diversidade de movimentos e lutas emancipatórias. Abordaremos a questão societal ao apresentar a cartografia dos espaços-tempo-estruturais de Santos.

A passagem epistêmica “do paradigma dominante – sociedade patriarcal; produção capitalista; consumismo individualista e mercadorizado; identidades-fortaleza; democracia autoritária; desenvolvimento global desigual e excludente” (SANTOS, 2002, p. 15), se dá de forma mais lenta para um novo, ou para um conjunto de novos paradigmas de que ainda não conhecemos, nas palavras do autor, senão as vibrations ascendentes (vibrações ascendentes). Santos nomeia

este novo paradigma epistemológico, que surgiria no lugar do convencional da ciência moderna, de “conhecimento prudente para uma vida descente”.

2.1.1 A Dupla Ruptura Epistemológica

Apesar de ainda não identificarmos, na visão de Santos, nada além das primeiras vibrações do novo paradigma, o autor aborda uma ideia que julga imprescindível: a ideia da necessária Dupla Ruptura Epistemológica. Além de sua contribuição para o entendimento da transição paradigmática, Santos introduz, no campo da transição epistêmica, a ideia de uma dupla ruptura epistemológica a partir da tradição ocidental.

Para ele, a modernidade caracterizada por sucessivos rompimentos políticos e culturais, evoluções em certa perspectiva, sempre incorreu, fossem quais fossem os erros e acertos do “novo” que se instaurava, no mesmo erro: o desprezo total pelo paradigma epistêmico anterior.

O domínio da ciência, moderna e ocidental, necessitou, mesmo para efetivamente suplantar o paradigma anterior, se estabelecer como único e absoluto. Todo conhecimento não fundamentado no método científico moderno e ocidental não era digno de crédito, era “ultrapassado”.

Se na necessidade primeira de suplantar o paradigma anterior essa perspectiva de um novo epistêmico focado na nova racionalidade antropocêntrica talvez fosse inevitável naquele momento; Santos propõe que, ao realizarmos a ruptura com o paradigma moderno, não devemos jogar fora suas conquistas e acertos. “Não há porque jogar o bebê fora com a água do banho”, é uma expressão que comumente se ouve nas ruas. Santos propõe que rompamos com a ideia de que é assim, simplesmente rompendo, que se avança. É preciso romper com a perspectiva epistêmica unívoca da modernidade e romper com a ideia de que um rompimento implica em condenar e abandonar tudo.

Na constituição do paradigma moderno, o âmbito do espiritual, do transcendente, das sabedorias tradicionais concebidas fora do método científico, como o convívio com a natureza, foram completamente inibidas de validades. Todavia, as religiosidades e espiritualidades permaneceram vivas, por vezes mais, por vezes menos. Por vezes até perseguidas e caracterizadas como “ópio do povo”; por vezes incorporadas e distorcidas por lógicas de fé como mercadoria. O fato é que essas instâncias de conhecimento foram banidas do “campo científico”, do válido, do confiável. O transcendente foi banido para fora do digno de crédito.

O que Santos propõe nesta ideia de dupla ruptura, se conjuntura com a sua premissa de incorporação de novas epistemologias, de novas formas de conhecimento à ciência moderna – mas sem, evidentemente, abandonar a ciência e seus métodos por completo.

Trata-se de uma proposição interessante. Seja para em parte explicar a crise da modernidade, que teria rompido completamente, em sentido epistêmico, com o paradigma anterior, e assim deixado de considerar a natureza, o transcendente, elementos fundamentalmente presentes na vida humana; seja para se questionar se estamos a viver realmente uma mudança de paradigma.

Para Santos, o novo conjunto paradigmático caminha para a multiplicidade de epistemologias, para uma constelação de saberes, dentro dos quais se manteria a racionalidade moderna. Embora essa questão seja polêmica, e não seja o foco de nossa tese, seria interessante imaginar uma pluralidade epistêmica que englobe a perspectiva científica, tal como a conhecemos. Em que medida o múltiplo, as constelações seriam preponderantes e o uno do método da racionalidade moderna um complementar? Ou, o que parece mais credível, como se construiria a racionalidade moderna como central e a pluralidade a sua volta como complementar? Como ponto de partida para estas questões Santos trabalha a descrição da racionalidade moderna como sendo indolente.

2.2 A CRÍTICA DA RAZÃO INDOLENTE

Passemos agora a detalhar um pouco as críticas acerca da razão ocidental predominante. Na nomenclatura Razão Indolente, Santos segue a Leibniz, estabelecendo-a a partir de três conclusões ou constatações fundamentais. A primeira constatação é que “a experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece” (SANTOS, 2001, p. 778), e, principalmente, considera relevante.

A segunda conclusão é de que esta pluralidade social está sendo desperdiçada, e que é deste desperdício que se nutrem as ideias que proclamam a falta de alternativas, entre elas o “fim da história” de Francis Fukuyama, e de toda uma abordagem de inevitabilidade, invocada sob muitos aspectos, mas, sobretudo, pela racionalidade da globalização neoliberal, que submete a vida global ao regime da livre circulação de capitais.

A terceira constatação é que para se combater este desperdício da experiência, para dar visibilidade e credibilidade a ampla gama de iniciativas e movimentos alternativos, de pouco serve recorrer à ciência social moderna. Nas palavras do autor:

não basta propor um outro tipo de ciência social.(...)é necessário propor um modelo diferente de racionalidade. Sem uma crítica do modelo de racionalidade ocidental dominante pelo menos durante os últimos duzentos anos, todas as propostas apresentadas pela nova análise social, por mais alternativas que se julguem, tenderão a reproduzir o mesmo efeito de ocultação e descrédito (SANTOS, 2004, p. 778).

Com base nestas conclusões, Santos elabora conceitualmente as constituintes da racionalidade indolente, hegemônica no ocidente, e, quiçá, por todo o globo, que se quer única e total. Para tanto, descreve que a indolência da racionalidade ocidental se estabelece de quatro formas distintas: a razão impotente, a arrogante, a metonímica e a razão proléptica. Esta racionalidade indolente está, segundo o autor, tão intrinsecamente arraigada à nossa forma de entender a vida, que simplesmente não a percebemos.

A razão indolente subjaz, nas suas várias formas, ao conhecimento hegemônico, tanto filosófico como científico, produzido no Ocidente(...)a consolidação do Estado liberal(...), as revoluções industriais e o desenvolvimento capitalista, o colonialismo e o imperialismo constituíram o contexto sócio-político em que a razão indolente se desenvolveu (SANTOS, 2004, p. 780).

A primeira dessas formas de indolência é a razão impotente. A razão impotente é aquela que “não se exerce porque pensa que nada pode fazer contra uma necessidade concebida como exterior a ela própria”(Ibidem). É a constituinte da razão que se considera externa à realidade, que não imagina que a realidade influa no seu pensar, e que este, portanto, nada deve a realidade.

A segunda forma que constitui e na qual por vezes se transmuta a indolência é a razão arrogante. O motivo de sua arrogância é a sua presunção de liberdade total. Ela “não sente necessidade de exercer-se porque se imagina incondicionalmente livre e, por conseguinte, livre da necessidade de demonstrar a sua própria liberdade”(Ibidem).

A terceira e a quarta formas de indolência da racionalidade ocidental parecem ser as mais incisivamente abordadas por Santos. As duas primeiras “são aparentemente mais antigas e têm suscitado muito mais debate [o debate sobre o determinismo ou livre arbítrio; o debate sobre realismo ou construtivismo]” (SANTOS, 2004, p. 781). Já as duas últimas formas de indolência, talvez justamente pela falta de discussão, a que então o autor se propõe, permanecem absolutas na sua não identificação.

A terceira persona em que atua nossa indolência é a razão proléptica, “que não se aplica a pensar o futuro, porque julga que sabe tudo a respeito dele e o concebe como uma superação linear, automática e infinita do presente”(Ibidem). A prolepse: o conhecimento do futuro está dado no presente.

Para Boaventura, faz-se necessário desenvolver, para dar visibilidade e força aos movimentos de emancipação, foco de suas reflexões, atuações, militância e da maioria de seus principais seguidores, um trabalho de crítica às racionalidades metonímica e proléptica, de forma a desconstruir a ideia de que a história teve seu

fim. Mostrar que, aqueles que assim pensam, o fazem por viverem aprisionados em um ínfimo espaço de tempo entre um passado cartesiano-dicotômico e um futuro dado como certo, infinitamente jogado a um progredir linear de tempo e da tecnologia.

Por isso não houve nenhuma reestruturação do conhecimento. Nem podia haver (...) a indolência da razão manifesta-se, entre outras formas, no modo como resiste a mudança das rotinas, e como transforma interesses hegemônicos em conhecimentos verdadeiros (SANTOS, 2004, p. 781).

Santos acredita serem dois os desafios para a racionalidade por ele concebida como “conhecimento prudente para uma vida decente”. Primeiramente, é preciso combater toda uma racionalidade personificada no avanço tecnológico, da infinitude do futuro (racionalidade proléptica). É preciso trazer o futuro para perto, para o amanhã senão para o ainda hoje. Um amanhã tangível fruto de um devir da ação humana hoje.

Por outro lado, faz-se necessário também um alargamento do espaço do presente, fazendo emergir das ausências do discurso científico moderno todas as experiências alternativas, sejam econômicas, de organização política, de democracia direta, sejam quais sejam, de formar e revigorar a criatividade na teoria crítica. Ao que copiamos as palavras de Franz Kafka, transcritas pelo próprio Santos, sobre a adversidade com que vive o homem moderno:

Ele tem dois adversários. O primeiro empurra-o de trás, a partir da origem. O segundo impede-o de seguir adiante. Ele luta contra ambos. Na verdade, o primeiro apoia-o na luta contra o segundo, porque quer empurrá-lo para frente, e, da mesma forma, o segundo apoia-o na luta contra o primeiro, já que quer forçá-lo a retroceder.(...)De todo o modo, o seu sonho é poder, num momento de desatenção – mas para isso é precisa uma noite tão escura como nunca houve nenhuma –, saltar para fora da linha de combate e, por causa da sua experiência de luta, ser promovido a juiz dos seus adversários que se batem um contra o outro (KAFKA, apud SANTOS, 2004, p. 785-786).

A quarta roupa, e talvez o mais poderoso disfarce que veste a razão indolente, é a metonímia. A razão metonímica “se reivindica como a única forma de racionalidade e, por conseguinte, não se aplica a descobrir outros tipos de

racionalidade” ou, fazendo-o, o faz apenas para torná-las matéria-prima (SANTOS, 2004, 780).

Trata-se da expressão maior da unicidade da razão ocidental, que, mesmo quando se debruça sobre outras epistemologias, racionalidades, ou formas de conhecimento, sejam as orientais ou quais forem, as investiga sobre seus próprios patamares. Ela se tem como a única racionalidade científica, as demais são apenas formas de pensar não científicas, e, portanto, indignas de crédito. A metonímia é a parte que se entende pelo todo, figura linguística expressa na frase “ele é só coração”, por exemplo.

Para Santos, a crítica da razão metonímica se faz urgente. “Obcecada pela ideia da totalidade sob a forma da ordem”, esta constituinte não concebe nenhuma forma de “compreensão nem ação que não seja referida a um todo e o todo tem absoluta primazia sobre cada uma das partes” (SANTOS, 2004, p. 782). Essa visão compreende que só há uma lógica que governa tanto o todo como suas partes. Nessa lógica, o comportamento particular de dada parte não afeta o todo.

A forma mais acabada desta totalização é uma dicotomia que combina, “do modo mais elegante, a simetria com a hierarquia”. Na simetria, na horizontalidade entre as partes, ocultam-se relações verticais desiguais de dominação, inclusas. Segundo o autor, é este falso entendimento que faz possível que o todo seja visto como mais que o conjunto das partes, quando na verdade, o todo é bem menos que o conjunto delas. O todo não é mais que os indivíduos. A diversidade dos indivíduos supera o todo.

Concordamos com o autor em parte, completamente na crítica a ideia de todo hegemônica e na sua demonstração da metonímia. Mas o todo pode ser concebido como a soma de todas as diversidades dos indivíduos, mesmo incluindo as diversidades dentro de cada indivíduo, e das relações, em diferentes escalas, entre os indivíduos. Como não objetivamos a problematização de toda a teoria de Santos, e nos debruçamos nesta tese sobre um de seus conceitos, não julgamos necessário aprofundar aqui esta questão.

Já no próximo capítulo, quando abordarmos o pensamento de Gramsci e, em particular, o seu entendimento de hegemonia, veremos que se existem várias formas de domínio ou dominação no âmbito das partes e da diversidade das diferentes relações humanas; todavia a função de direção da hegemonia tem uma perspectiva de generalidade de direção do todo hegemônico nela contida, a nosso ver, fundamental de ser considerada e comprovadamente útil nos processos de concertação estudados. Segue trecho de Santos onde fica clara sua ordenação entre o todo e a parte para fins da explicação da metonímia:

Na verdade, o todo é uma das partes transformada em termo de referencia para as demais. É por isso que todas as dicotomias sufragadas pela razão metonímica contem uma hierarquia: cultura científica/cultura literária; conhecimento científico/conhecimento tradicional; homem/mulher; cultura/natureza; civilizado/primitivo; capital/trabalho; branco/negro; Norte/Sul; Ocidente/Oriente (SANTOS, 2004, p. 782).

Segundo Boaventura, a razão pela qual esta “racionalidade tão limitada veio a ter tamanha primazia nos últimos duzentos anos”(Ibidem), é que surgiu a partir de uma necessidade de legitimação do Ocidente sobre sua matriz originária, esta, na percepção do autor, mais sim robusta – o Oriente. O pensamento oriental, longe de totalizá-lo e recairmos no mesmo erro, possui em comum a “multiplicidade de mundos (terrenos e extraterrenos) e uma multiplicidade de tempos (passados, presentes, futuros, cíclicos, lineares, simultâneos)” (SANTOS, 2004, p. 783).

Para Santos, é este pensamento, fundado na multiplicidade, que lhe efetiva uma totalidade sem, entretanto, necessitar submeter suas partes a um todo terrenamente compreensível. O todo oriental transcende o todo terreno (todo ocidental), de forma que respeita a diversidade e a individualidade das partes terrenas. O todo do ocidente é terreno e temporalmente limitado, e assim condiciona suas partes.

Ainda segundo este autor, o Ocidente, em resposta a matriz oriental, “recupera dela apenas o que pode favorecer a expansão do capitalismo”, a multiplicidade aplicada ao consumo(ibidem). Também aqui, não se trata de

desprezar ou abandonar “junto à água do banho” tudo o que seja ocidental e/ou incorporar totalmente o pensamento oriental. Estamos procedendo à descrição do entendimento do pensamento ocidental por Santos.

A versão abreviada do mundo foi tornada possível por uma concepção do tempo presente que o reduz a um instante fugaz entre o que já não é e o que ainda não é. Com isto, o que é considerado contemporâneo é uma parte extremamente reduzida do simultâneo (SANTOS, 2004, p. 783).

Hoje já é evidente que esta racionalidade metonímica “diminuiu ou subtraiu o mundo tanto quanto o expandiu ou adicionou de acordo com as suas próprias regras”. Nisto reside “a crise da ideia de progresso e, com ela, a crise da ideia de totalidade que a funda” (SANTOS, 2004, p. 785).

A contração do presente esconde, assim, a maior parte da riqueza inesgotável das experiências sociais no mundo.(...) A pobreza da experiência não é expressão de uma carência, mas antes a expressão de uma arrogância, a arrogância de não se querer ver e muito menos valorizar a experiência que nos cerca, apenas porque está fora da razão com que a podemos identificar e valorizar (SANTOS, 2004, p. 783).

O que o autor propõe, então, é “pensar os termos das dicotomias fora das articulações e relações de poder que os unem”. Santos afirma ser esse o primeiro passo para libertar as partes destas relações, para assim “revelar outras relações alternativas que têm estado ofuscadas” pelo pensamento hegemônico (SANTOS, 2004, p. 786).

Concordamos com o autor que o agir e o pensar emancipatórios não necessitem obrigatoriamente e, em alguns casos, não devam referenciar-se num dualismo com o elemento regulatório que ordena a necessidade de emancipação; mas, como veremos, isso não afasta a necessidade, e não vemos contradição nesse sentido com o pensamento de Santos, de se pensar a regulação em si.

2.3 A SOCIOLOGIA DAS AUSÊNCIAS

A epistemologia dos conhecimentos ausentes parte da premissa de que as práticas sociais são práticas de conhecimento. As práticas que não assentam na ciência não são práticas ignorantes, são antes práticas de conhecimentos rivais, alternativos. Não há nenhuma razão apriorística para privilegiar uma forma de conhecimento sobre qualquer outra. Além disso, nenhuma delas, por si só, poderá garantir a emergência e desenvolvimento da solidariedade. O objetivo será antes a formação de constelações de conhecimentos orientados para a criação de uma mais valia de solidariedade. É esta mais uma via de acesso à construção de um novo senso comum (SANTOS, 2002, p.247).

Na tentativa de revigorar a perspectiva crítica dentro das ciências sociais no paradigma que se instaura, Santos elabora e define três procedimentos sociológicos a serem realizados: a sociologia das ausências, a sociologia das emergências e o trabalho de tradução, este último aquele que relacionaremos a concertação dentro dos planos DRS.

Para Santos, na fase de transição em que vivemos, onde a razão metonímica “apesar de desacreditada, é ainda dominante”, a “ampliação do mundo e a dilatação do presente” devem começar por um procedimento que ele chama de sociologia das ausências (SANTOS, 2004, p. 786).

O que Santos propõe é algo impossível nos termos da razão metonímica: “pensar os termos das dicotomias fora das articulações e relações de poder que os unem”. Ele não concede a este procedimento nenhum status unicidade de, ou de “salvação” das partes oprimidas nas relações de poder, apenas o define como necessário para “os libertar dessas relações” como um primeiro passo, incompleto, mas sem o qual, não se pode ir adiante: pensar a mulher como se não houvesse o homem, pensar o negro como se não houvesse o branco (ibidem). Acreditamos que nossa tese se insere na construção de um segundo passo, não apontado por Santos.

Trata-se de uma investigação que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, activamente produzido como não existente, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe.(...) O objetivo da sociologia das ausências é transformar objectos impossíveis em possíveis e com base neles

transformar as ausências em presenças (SANTOS, 2004, p. 786).

Segundo Boaventura, com este movimento epistêmico se pode identificar aquilo que existe de específico nos “fragmentos da experiência social não socializados pela totalidade metonímica” (SANTOS, 2004, p. 786). São as experiências que existem no Sul, no feminino, na medicina “natural”, na economia solidária, etc; que podem ser entendidas, fora da relação com o par dominante, e que podem ser convertidas em alternativas críveis e inspirar teorizações críticas, outras alternativas e por fim renovar a esperança.

Santos adverte, contudo, que a não-existência e a invisibilidade não se dão de forma unívoca, são várias as lógicas e os processos através dos quais elas se produzem: “há produção de não-existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada indivisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível” (SANTOS, 2004, p. 787). O sociólogo português distingue cinco lógicas ou modos de produção de não-existência.

A primeira lógica de não-existência deriva da monocultura do saber e do rigor do saber. Ele o considera o mais poderoso. Consiste em transformar a ciência moderna e a alta cultura nos únicos critérios de verdade e de qualidade estética. “A não-existência assume aqui a forma de ignorância ou de incultura”, respectivamente (ibidem).

A segunda destas lógicas é a já mencionada monocultura do tempo linear. “A história tem sentido e direcção conhecidos” (SANTOS, 2004, p. 787). Esta lógica assumiu diversas formas nos dois últimos séculos: progresso, revolução, modernização, desenvolvimento, crescimento, globalização e porque não, terceirização, reestruturação. Somente aquilo que acontece nos países centrais é contemporâneo, os demais são resíduos de tempos passados: primitivo, tradicional, pré-moderno, simples, camponês, subdesenvolvido, obsoleto.

A terceira forma de pensamento que permite e leva à não-existência, é a classificação social assentada na monocultura da naturalização das diferenças. A

humanidade é dividida por categorias que naturalizam uma hierarquia. As classificações racial e sexual estão entre as mais salientes.

De acordo com esta lógica, a não-existência é produzida sob a forma de inferioridade insuperável porque natural. Quem é inferior, porque é insuperavelmente inferior, não pode ser uma alternativa credível a quem é superior (SANTOS, 2004, p. 788).

A quarta lógica de produção do não-existir é a da escala, ou escala dominante. Segundo esta lógica, nada que não tenha “relevância” na escala global importa ou é credível de mérito. Todas as outras escalas são irrelevantes. No ocidente, esta escala dominante, total, assume duas formas: universal e global. Tudo o que é local e regional não é digno de crédito perante as entidades de alcance global.

Esta lógica apareceu muitas vezes em evidência nos processos de DRS. Sobretudo nos impasses nas escolhas das atividades produtivas a serem abordadas. Como um dos fundamentos da estratégia é a ideia de Cadeia de Valor, muitas vezes a lógica da escala surgiu como elemento de legitimação da vontade de uma parte ou conjunto de agentes do DRS, para tentar dissuadir a vontade de escolha de outra atividade produtiva, como no caso da Cidade de Caravelas, na Bahia, adiante apresentado.

A quinta lógica é a produtivista e se estrutura na monocultura dos critérios da produtividade capitalista. Intrinsecamente ligada à lógica da escala e também muito presente nos problemas dos planos de DRS. Trata-se da ideia de que o crescimento econômico é inquestionável, da mesma forma como são inquestionáveis todos os critérios e procedimentos que bem o sirvam. “A não-existência é produzida sobre a forma do improdutivo que, aplicada a natureza, é esterilidade e, aplicada ao trabalho, é preguiça ou desqualificação profissional” (SANTOS, 2004, p. 789).

No pensamento do autor, a produção social destas ausências resulta, em última análise, no desperdício da experiência social. Tornar presentes estas

experiências significa torná-las alternativas consideráveis às experiências hegemônicas, significa “a sua credibilidade poder ser discutida e argumentada e as suas relações com as experiências hegemônicas poderem ser objecto de disputa política”(Ibidem). Perceba-se que Santos se utiliza do termo hegemonia, em Gramsci apresentado a frente.

Para tanto, Santos recomenda colocar em questão cada um dos modos de produção mencionados acima. No lugar de cada uma destas cinco lógicas excludentes, não uma contra-lógica, mas uma ecologia de lógicas. Para cada modo de produção de não-existência, uma ecologia de produção da totalidade das existências.

Defende o autor que, no lugar da monocultura do saber, ou do rigor do saber, se imponha uma ecologia de saberes, cuja ideia central é de que não há ignorância em geral nem saber em geral. “Toda ignorância é ignorante de certo saber e todo o saber é a superação de uma ignorância particular” (SANTOS, 2004, p. 790).

Da mesma forma, ao invés de uma monocultura do tempo linear, faz-se necessário instrumentar uma ecologia das temporalidades. Instaurar a ideia de que o tempo linear é uma entre muitas concepções de tempo, e de que, “se tomarmos o mundo como nossa unidade de análise, não é sequer a concepção mais praticada” (SANTOS, 2004, p. 791).

O domínio do tempo linear não resulta da sua primazia enquanto concepção temporal, mas da primazia da modernidade ocidental (...)a partir da secularização da escatologia judaico-cristã (SANTOS, 2004, p. 791).

Em vez da naturalização das diferenças, uma ecologia dos reconhecimentos. Um colegiado de concepções que permita confrontar a confusão dentre diferença e desigualdade, instaurando “uma nova articulação entre o princípio da igualdade e o princípio da diferença”. Buscando a igualdade entre os diferentes: “uma ecologia das diferenças produzidas a partir de reconhecimentos recíprocos”

(SANTOS, 2004, p. 792). Aqui se percebe a relevância aos Trabalhos de Tradução adiante apresentados.

A solidariedade como forma de conhecimento é o reconhecimento do outro como igual, sempre que a diferença lhe acarrete inferioridade, e como diferente, sempre que a igualdade lhe ponha em risco a identidade (SANTOS, 2002, p. 246).

Confrontando a quarta lógica de não-existência, no lugar da lógica de escala, uma ecologia das trans-escalas. Trata-se de recuperar o que no local não é efeito da globalização hegemônica, é preciso que o local seja conceitualmente desglobalizado. É preciso também identificar com clareza o que no local não foi assimilado pela globalização. Faz-se necessário diferenciar o autenticamente local do que Santos chama de globalismo localizado – os efeitos transformantes da globalização – o local transformado pelo global.

Ao desglobalizar o local relativamente à globalização hegemônica, a sociologia das ausências explora também a possibilidade de uma globalização contra-hegemônica. Em suma, a desglobalização do local e a sua eventual reglobalização contra-hegemônica ampliam a diversidade das práticas sociais ao oferecer alternativas ao globalismo localizado (SANTOS, 2004, p. 792).

Por último, mas de grande importância dentro dos DRS, é preciso contrapor a lógica produtivista, própria do sistema capitalista, por uma ecologia de produtividade. Esta constituinte da não-existência se firma num binômio de exploração da natureza e do trabalho. Nas próprias palavras do autor, “este é talvez o domínio mais controverso da sociologia das ausências”. E por quê? Porque põe em cheque todo o paradigma desenvolvimentista, “do crescimento econômico infinito e a lógica da primazia dos objectivos de acumulação sobre os objectivos de distribuição que sustentam o capitalismo global” (SANTOS, 2004, p. 793).

Em resumo, em cada um destes domínios, do saber, do tempo, das diferenças, das escalas e da produção, “o objectivo da sociologia das ausências é revelar a diversidade e multiplicidade das práticas sociais e credibilizar esse

conjunto por contraposição a credibilidade exclusivista das práticas hegemônicas” (SANTOS, 2004, p. 793). A ideia de multiplicidade, possível a partir de relações não-destrutivas entre os agentes é o que compõe a nomenclatura “ecológica” utilizada por Santos:

Comum a todas estas ecologias é a ideia de que a realidade não pode ser reduzida ao que existe.(...)O exercício da sociologia das ausências é contrafactual e tem lugar através de uma confrontação com o senso comum científico tradicional (SANTOS, 2004, p. 793).

Abordamos até aqui, através da sociologia das ausências, como expandir o horizonte das experiências sociais existentes, fazendo-as emergir da ausência de consideração da metonímia. Todavia, além de tornar visíveis estas experiências, faz-se necessário expandir o horizonte do pensamento também para aquelas experiências possíveis, habitantes do domínio do ainda-não, mas que podem surgir em razão do que já foi tornado presente, visível. Este é o trabalho da sociologia das emergências.

2.4 A SOCIOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS

É importante salientar de imediato que os dois procedimentos sociológicos que agora apresentamos estão interligados, estando o que agora abordamos, muitas vezes, em relação de consequência com o primeiro. Quanto mais experiências estiverem hoje disponíveis, mais experiências serão possíveis no futuro. Esse é o pensamento de Santos, e concordamos inteiramente neste ponto. No entanto é importantíssimo apontar que a visibilidade proporcionada pela sociologia das ausências não necessariamente, nem isoladamente, conduz a uma maior diversidade no futuro. Os movimentos criativos da sociologia das emergências também são fundamentais.

Quanto maior for a multiplicidade e diversidade das experiências disponíveis e possíveis [conhecimentos e

agentes], maior será a expansão do presente e a contracção do futuro (SANTOS, 2004, p. 799).

A sociologia das emergências se revelaria “por via da amplificação simbólica das pistas ou sinais” colhidos no presente, nas experiências visíveis, ou tornadas visíveis pela sociologia das ausências, e que podem estabelecer uma ideia de possibilidade que, apesar de ainda-não ser, pode vir a ser.

Este ponto é muito importante para a análise dos DRS a partir do pensamento deste autor. Como apresentaremos a frente, ao mesmo tempo em que era imprescindível ter planejamento para que os processos de DRS frutificassem no futuro, era também necessário ter resultados em um intervalo previsível de tempo.

Fundamentalmente porque se tratava da subsistência das pessoas. Isto muitas vezes surgiu como paradoxo para algumas decisões e quando não respeitada uma harmonia mínima entre projeto e a “necessidade no agora”, também fundamentalmente econômica, todos os participantes e, sobretudo, os beneficiários, por vezes, abandonavam os trabalhos pela necessidade do sustento pessoal e familiar.

Não se trata, como trabalharemos nas análises, de apontar a supremacia absoluta do econômico, e muito menos do discurso da hegemonia, sobre as outras esferas da vida, mas sim de encarar o fato de que as necessidades econômicas, quando não satisfeitas, tornam-se imperativas. Trata-se de apontar que ninguém vai querer aprender a pescar se estiver com fome e alguém oferecer o peixe, ou outro alimento. O ainda-não do DRS precisava se entender com as necessidades do hoje dos beneficiários.

A sociologia das emergências consiste em proceder a uma ampliação simbólica dos saberes, práticas e agentes de modo a identificar neles as tendências de futuro (o Ainda-Não) sobre os quais é possível actuar para maximizar a probabilidade de esperança em relação à probabilidade da frustração (SANTOS, 2004, p. 799).

A ideia de ainda-não é peça chave da sociologia das emergências. Santos o importa do pensamento do filósofo Ernst Bloch. Ele chama a atenção ao fato da filosofia ocidental ser aficionada aos conceitos de Tudo e Nada, “nos quais tudo parece estar contigo como latência, mas donde nada novo pode surgir” (SANTOS, 2004, p. 794). Para Bloch, no que Santos concorda, é este o motivo para a estática da filosofia ocidental. “Para Bloch, o possível é o mais incerto, o mais ignorado conceito da filosofia ocidental”(Ibidem). Ao tempo em que, só nos seus domínios se pode revelar a inesgotabilidade do mundo.

O Ainda-Não é a categoria mais complexa, porque exprime o que existe apenas como tendência, um movimento latente no processo de se manifestar. O Ainda-Não é o modo como o futuro se inscreve no presente e o dilata.(...) Objetivamente o Ainda-Não é, por uma lado, capacidade (potência) e, por outro, possibilidade(potencialidade) (SANTOS, 2004, p. 795).

Segundo Santos, os campos sociais onde estas possibilidades provavelmente mais se revelarão são as experiências de conhecimentos; de desenvolvimento, trabalho e produção; experiências de reconhecimento; de democracia; e as experiências de comunicação e informação. Nosso campo empírico recai sobre o campo social do trabalho.

Antes de adentrarmos no terceiro procedimento apontado por Santos para a reinvenção da emancipação social – a Tradução, ou os Trabalhos de Tradução – que vem a ser, como já referido, o conceito chave do autor que associaremos a Concertação nos planos DRS; abordaremos o seu mapa de estruturação das sociedades na transição paradigmática. Deixamos para abordar o procedimento de Tradução ao fim deste capítulo. O referido mapa consta dos anexos desta tese.

2.5 UMA CARTOGRAFIA DA TRANSIÇÃO SOCIETAL

Temos apresentado até aqui os movimentos epistêmicos propostos por Boaventura visando à construção de um novo senso comum emancipatório – o conhecimento prudente para uma vida decente. Fazemos uma pausa antes de adentrar no procedimento de Tradução para apresentar a cartografia de análise apresentada por Santos em que se processa a transição societal no novo paradigma que se instaura na visão do autor. Na construção deste mapa, Santos parte de uma premissa tripla, o poder, o direito e o conhecimento. Não abordaremos a análise do direito por falta de aplicabilidade em nosso objeto.

Santos concebe que “as sociedades capitalistas são formações ou constelações políticas constituídas por seis modos básicos de produção de poder” (SANTOS, 2002, p. 272), que, interagindo sempre, levam a constituição de seis formas básicas de poder. Da mesma forma, estas sociedades são formações ou constelações epistemológicas constituídas de seis modos de produção de conhecimento que geram seis formas básicas de conhecimento. Para o autor, construir a emancipação é compreender como as diferentes formas de conhecimento corroboram para a perpetuação das diferentes formas de poder. Para Santos, “o poder é qualquer relação social regulada por uma troca desigual” (SANTOS, 2002, p. 266).

Entender estas relações de trocas desiguais é fundamental para o conhecimento-emancipação. Como estas relações de poder não acontecem isoladamente, mas sim “como uma constelação de diferentes formas de poder combinadas” (SANTOS, 2002, p. 265); conceber esta constelação de saberes e ações emancipatórias combinadas é para o autor a forma mais acertada, quiçá a única, para guiar o desenvolvimento do conhecimento prudente para uma vida decente.

Para chegar a estas afirmativas e depois explorá-las, Santos concebe as sociedades como a articulação de seis modos ou espaços estruturais de produção da prática social conectados uns aos outros. “Um modo de produção de prática social é um conjunto de relações sociais cujas contradições internas lhe conferem uma dinâmica endógena específica” (SANTOS, 2002, p. 277).

Os seis espaços estruturais identificados por Santos são o espaço doméstico, o da produção, o espaço do mercado, o espaço da comunidade, o da cidadania e o espaço mundial. Santos reconhece nestes espaços os “conjuntos mais elementares e mais sedimentados de relações sociais nas sociedades capitalistas contemporâneas”(Ibidem).

Ele chama atenção para o fato de que a distinção entre estes espaços, bem como as suas autonomias frente aos demais se apresentam de formas diferentes no centro, na periferia e na semiperiferia do sistema mundial, devido, “em grande medida, as diferentes trajetórias históricas em direção a modernidade ocidental” (SANTOS, 2002, p. 274).

Isso quer dizer que as formas como os diferentes modos de poder agem e são produzidas nos diferentes espaços estruturais são diferentes em cada espaço nacional e até, em certo ponto, regional e, por que não dizer, local – o que se torna relevante para afirmar a particularidade de cada uma das relações de concertação dentro de cada plano DRS. Para Santos, o poder nunca é exercido numa forma exclusiva, mas sim “como uma constelação de diferentes formas de poder combinadas” (SANTOS, 2002, p. 265).

Dito isso, apresentamos o quadro 3, ao final deste capítulo, onde reproduzimos na íntegra o mapa de estrutura-ação das sociedades capitalistas no sistema mundial de Santos, para então apresentarmos a caracterização destes espaços.

O espaço doméstico é o conjunto de relações sociais de produção e reprodução da domesticidade e do parentesco (...) e pode ser considerado entre as relações de conjugalidade, entre pais e filhos, entre estes últimos, e com os demais parentes (SANTOS, 2002, p. 277).

O espaço da produção é “o conjunto de relações sociais desenvolvidas em torno da produção de valores de troca econômicos e de processos de trabalho” (SANTOS, 2002, p. 277). Trata-se das relações entre os diferentes setores da economia, entre trabalhadores e gestores de dada empresa, entre diferentes grupos de trabalhadores, entre diferentes formas de organização do trabalho, etc.

Santos sustenta que é neste espaço onde o modelo de exploração da natureza, chave para a cultura moderna, é reproduzido. Além disto, neste espaço as relações desiguais de poder se expressam, com alguma generalidade, de forma mais clara que nos demais espaços. Assim sendo, abordar alternativas neste espaço é chave para toda uma série de questões ligadas a ideias de qualidade de vida que insurgem na contemporaneidade com força, como a perspectiva do Bem-Viver. É este o espaço, evidentemente, que ocupa o lugar central na análise dos planos de DRS.

O espaço do mercado é “o conjunto de relações sociais de distribuição e consumo de valores de troca” (SANTOS, 2002, p. 277). Para Santos, é neste âmbito que se produzem e reproduzem a “mercadorização das necessidades” e a “cultura do consumismo”: a “ideologia do consumismo sem a prática do consumismo” que caracteriza vastos grupos sociais, sobretudo, nas nações periféricas e semi-periféricas (SANTOS, 2002, p. 271). É nesse espaço que necessitamos centrar a discussão gramsciana da hegemonia.

O espaço da comunidade, como vemos na citação abaixo, é onde os DRS acontecem – no âmbito do local. Desta forma, conjuntamente com o espaço da produção, forma-se um binômio de centralidade que conforma, no caso do DRS, o que apontaremos como fundamental para os estudos e o sucesso dos trabalhos de tradução – a identificação de um ou mais espaços, que se configurem como um espaço de tradução.

Esse espaço privilegiado para as traduções dependerá de cada tradução específica, e, em tese, é neste que mais facilmente se instalará um topoi de entendimentos comuns, e que se estabelecerá, muitas vezes, numa relação dialética

com a identificação de um Conteúdo Opositor Comum. Detalharemos essas duas ideias no capítulo das análises de campo.

O espaço da comunidade é constituído pelas relações sociais desenvolvidas em torno da produção e da reprodução de territórios físicos e simbólicos e de identidades e identificações com referência a origens ou destinos comuns (SANTOS, 2002, p, 278)

Já o espaço da cidadania é dado no conjunto das relações sociais da “esfera pública”. Trata-se de do espaço apropriado para trabalhar o conceito gramsciano de sociedade civil. Pode-se afirmar, a priori, que se trata do espaço onde potencialmente se localizariam as traduções mais relevantes da sociedade. Onde as questões dos espaços familiar e da comunidade ganhariam repercussão e poderiam ser problematizadas conjuntamente a dos espaços da produção e do mercado.

Finalizando, o espaço mundial é “a soma total dos efeitos pertinentes internos das relações sociais por meio das quais se produz e reproduz uma divisão global do trabalho”(SANTOS, 2002, p. 278).

Apresenta-se aqui o sistema mundial, sob a forma de espaço mundial, ou seja, como uma estrutura interna das sociedades nacionais. O espaço mundial é o conjuntos das relações sociais locais ou nacionais em que o sistema mundial se inscreve através de efeitos pertinentes (SANTOS, 2002, p. 275).

Esta conceitualização da dinâmica global dentro de uma dada sociedade (nacional ou regional) é que, segundo Boaventura, compatibiliza teoricamente as interações entre as dinâmicas globais e a diversidade das dinâmicas locais. Seria o espaço para os estudos do global-local. Podemos argumentar que essa dinâmica está diretamente ligada aos espaços da produção e do mercado, e é através da mídia que ela se manifesta nos espaços doméstico e da cidadania.

Teríamos um enorme desejo de abordar aqui a necessária reflexão midiática, sua ausência na abordagem de Santos, e sua relação com todos os processos de tradução; mas não se tratando de nosso objeto aqui, apenas o faremos no momento de apontar, já nas conclusões e possibilidades de estudos

futuros, como essa questão se relaciona com a função de direção da hegemonia. Para entender como se articulam estes espaços, precisamos apresentar rapidamente as três dimensões de referência e reflexão que o autor concebe para tanto. São elas: a unidade de prática social, a dimensão institucional e a dinâmica de desenvolvimento.

A unidade de prática social é a dimensão ativa do espaço estrutural, é o princípio que organiza as ações, sejam coletivas ou individuais. É o “principal critério de identidade e identificação dos indivíduos e grupos sociais envolvidos em relações sociais agregadas em torno de cada espaço estrutural particular” (SANTOS, 2002, p. 279-280). É onde se dá o processo de construção da parte mais relevante para a identidade dos indivíduos dentro de cada espaço específico. É algo de grande importância de ser identificada e trabalhada, sobretudo nos processos, e estudos de tradução: qual a unidade de prática social comum aos grupos ou indivíduos que se deseja envolver numa tradução específica? É nessa dimensão que se poderá utilizar o conteúdo opositor comum – ou simplesmente COC – para a facilitação das traduções.

A dinâmica de desenvolvimento trata da direcionalidade da ação social, do “princípio local de racionalidade que define e gradua a pertença” das relações a um determinado espaço particular. É este processo também que define os movimentos de mudança, a forma como cada movimento social, entidade sindical ou etc, vai trabalhar dentro do seu espaço estrutural chave.

A dinâmica de desenvolvimento do espaço doméstico é, de entre as orientações emocionalmente investidas, uma das mais centrais na sociedade.(...)Pelo contrário, a dinâmica de desenvolvimento do espaço da produção parece ser a menos investida emocionalmente (SANTOS, 2002, p. 282).

Já a dimensão institucional refere-se “a organização da repetição na sociedade”; as formas, processos, aparatos, contratos e “esquemas” que organizam as relações sociais em seqüências rotinizadas e normatizadas. Através destes procedimentos que “os padrões de interação são desenvolvidos e ‘naturalizados’ como normais, necessários, insubstituíveis e de senso comum”(SANTOS, 2002, p.

281). No caso dos DRSs essa dimensão pode ser identificada certamente na metodologia da DRS, já apresentada, e, de certa forma, com a institucionalidade do Banco do Brasil. Abaixo apresentamos a definição do autor do papel institucional nas sociedades.

As instituições são instrumentos de controle do risco e da imprevisibilidade; é através delas que as sociedades estabilizam as expectativas dos indivíduos e dos grupos sociais. (SANTOS, 2002, p. 282).

Dito isso, encerramos a apresentação da cartografia societal que Santos propõe para a análise da transição societal que vivenciamos e sugerimos uma nova visualização do quadro de representação esquemática da cartografia desenvolvida pelo próprio autor, disponível no anexo “A” desta tese. A seguir, voltamos a abordar a perspectiva epistêmica, apresentando a ideia de Topoi, a sua proposição de um novo senso comum emancipatório; e, finalizando, o conceito de Tradução de Boaventura de Sousa Santos.

2.6 O NOVO SENSO COMUM EMANCIPATÓRIO

Assim como Gramsci que fala da “superação do senso comum”, Boaventura centra na criação de um “novo senso comum emancipatório” a renovação da emancipação social. É este seu correlato contemporâneo da ideia gramsciana da luta contra-hegemônica. Ao iniciar este subcapítulo, antecipamos a aproximação principal que faremos nos próximos capítulos: a sociologia de Santos e as reflexões de Gramsci.

Santos defende que para pensarmos a renovação da emancipação social, afogada na modernidade, faz-se necessário recorrermos a uma nova forma de pensar: o conhecimento prudente para uma vida decente. Para a efetivação desta renovação, o autor defende que as ideias e os atores devam desenvolver-se de forma a gerarem um novo senso comum. Para que isto aconteça, segundo o autor, é preciso alterar e superar os elementos que fundamentam, solidificam e sustentam o

atual senso comum. Estes elementos formam as bases do senso comum de uma dada sociedade.

Os topoi ou loci são “lugares-comuns”, pontos de vista amplamente aceitos, de conteúdo muito aberto, inacabado ou flexível, e facilmente adaptável a diferentes contextos de argumentação (SANTOS, 2002, p.99).

O topoi de uma dada sociedade, ou seu conjunto de topos, pode ser identificado em todas as áreas das diferentes culturas. Segundo o autor, eles geralmente surgem agrupados em pares de elementos opostos. Na medida em que estes opostos se confrontam e os vencedores se articulam, nasce, estabelece-se a referência, solidifica-se a sustentação de uma dada sociedade. Há aqui uma questão relevante de ser destacada, de imediato, para a discussão posterior: o dualismo ocidental é criticado por Santos, todavia ele o mantém na multiplicidade de dicotomias. Voltaremos a esse ponto adiante.

O conjunto dos topoi dominantes nos diferentes pares, num determinado tempo e lugar, constitui a constelação intelectual hegemônica desse período e introduz-se, de uma maneira ou de outra, em todas as áreas de conhecimento (SANTOS, 2002, p. 102).

Ressalta-se que, não necessariamente, os topos “vencidos” são extintos. Podem permanecer ausentes, ou marginalizados. Muitas vezes, alterar o senso comum implicará em recuperá-los (sociologia das ausências); outras vezes se fará necessário redefini-los na superação das relações, dicotomias segundo Santos, que os instituíram.

Somente a experiência poderá nos guiar nestas construções. Para Santos, construir esta experiência, da recuperação ou redefinição do conjunto dos topos no novo senso comum emancipatório; ou, naquilo que, no nosso entender é fundamental, na construção de um topoi comum de contra-hegemonia – é a tarefa dos Trabalhos de Tradução. Adentramos nesta tese com a hipótese da compatibilidade de articulação de um topoi comum de contra-hegemonia com a pluralidade propositiva e emancipatória de Santos.

Muitos pontos deste novo topoi já se apresentam na sociedade. Para ilustrar, tomemos um exemplo dos mais pujantes, que nos remete a um topoi vencido, e cuja derrota foi fundamental para a vitória da ciência moderna e para a ideia hegemônica de desenvolvimento na modernidade: a relação entre a harmonia com a natureza e a qualidade de vida.

As ideias, por assim dizer ancestrais, de qualidade de vida sobreviveram relativamente ocultas nos indivíduos e pela percepção individualista da modernidade, onde se aproximaram de concepções hedonistas, para hoje ressurgir, em nível social, a partir do esgotamento de certa perspectiva quantitativa de vida, vencedora do embate travado na modernidade, que findou por constituir-se no consumismo. Atualmente, perspectivas diversas que apregoam o viver a vida, parecem se desconectar e contrapor as ideias de ter, possuir ou acumular coisas como referência de vida.

O processo se vislumbra mesmo a partir de lugares nunca dantes imagináveis, como na medicina, representante “de excelência” do pensamento científico ocidental. Que outra explicação teríamos para a mudança de abordagem contemporânea da questão da saúde que abre seus horizontes para outros saberes, deixa de focar unicamente a longevidade numa perspectiva de conquista de, de quantidade de anos; para enfocá-la numa perspectiva de consequência de, de qualidade de vida?

Não nos cabe aprofundamento. O que chamamos a atenção é que o topos da qualidade, do ter o necessário, apesar de suprimido do discurso moderno, sobreviveu e agora ressurge. As ideias da preservação e do convívio com a natureza passam, na medida da ineficácia e do esgotamento do modelo do seu total domínio, a serem fundamentais no novo topos de qualidade de vida.

Voltando, para a construção deste novo senso comum emancipatório, Santos afirma, como vimos, ser necessária uma dupla ruptura epistemológica. Segundo Boaventura a “ciência moderna constitui-se em oposição ao senso comum”. Para construir um novo senso comum emancipatório teríamos que reatar a

ciência aos conhecimentos tidos como não-científicos, de forma a construir um novo senso comum capaz de reinventar a emancipação social, nas palavras de Santos, ou reinventar o próprio senso comum, que possui outro sentido, como veremos, em Gramsci.

Santos propõe que para sair do “beco-sem-saída” em que nos colocamos na Modernidade, precisamos “romper com a primeira ruptura epistemológica”, que representa a mera separação por distinção, “a fim de transformar o conhecimento científico num novo senso comum”, que reinvente a emancipação social (SANTOS, 2002, p. 107).

Seguindo já na aproximação com Gramsci, o conhecimento-emancipador, aquele que objetiva organicamente a emancipação social, precisa romper com o senso comum existente. Não se trata de criar “uma forma autônoma e isolada de conhecimento superior, mas transformar a si mesmo num senso comum novo e emancipatório” (SANTOS, 2002, p. 107).

Em outras palavras, o conhecimento daqueles que buscam a emancipação precisa deixar de referendar-se unicamente no conhecimento científico moderno para aproximar-se do que Gramsci chama de bom senso, algo que possa substituir na sociedade o senso comum anterior.

A ciência moderna ensinou-nos a rejeitar o senso comum conservador, o que em si é positivo, mas insuficiente. Para o conhecimento-emancipação, esse ensinamento é experienciado como uma carência, a falta de um novo senso comum emancipatório. O conhecimento-emancipação só se constitui enquanto tal na medida em que se converte em senso comum. Só assim será um conhecimento claro que cumpre a sentença de Wittgenstein: ‘tudo o que pode dizer-se, pode dizer-se com clareza (SANTOS, 2002, p. 108).

2.7 OS TRABALHOS DE TRADUÇÃO

Mas como se proceder neste trabalho hercúleo? Para Santos, o “procedimento de Tradução é complementar a sociologia das ausências e das

emergências, e essencial a revitalização da emancipação social no novo paradigma” (SANTOS, 2004, p. 807). As primeiras visam enriquecer o mundo, o segundo possibilitar o surgimento de um outro mundo. As primeiras seriam procedimentos epistêmicos, os trabalhos de tradução, exercícios sociais de entendimento, inclusive o epistêmico.

“O trabalho de tradução é, simultaneamente, um trabalho intelectual e um trabalho político” (SANTOS, 2004, p. 808). A abordagem do político voltará em Gramsci. A tradução não é somente a técnica de traduzir. Obviamente que esse elemento é relevante, esta tese como um todo, de se certa forma, se releva na busca de elementos para esta técnica. Mas é também um trabalho político, de construção de consensos, de compromisso e de atitudes, de inconformismo.

Pressupõe o inconformismo perante uma carência decorrente do carácter incompleto ou deficiente de um dado conhecimento ou de uma dada prática (Ibidem).

Para Santos, apesar de plural em suas premissas, a Tradução necessita impor uma negativa: a da impossibilidade de uma teoria geral. A única teoria geral é a “teoria geral da impossibilidade de uma teoria geral”(ibidem). Sem este pressuposto, argumenta Santos, a tradução fatalmente se desenvolveria como mais uma instância regulatória.

Mas para além da discussão teórica do o que seja a Tradução, que somente se desenvolverá no tempo, outras perguntas surgem como, por exemplos: o que se deve traduzir? Como devemos fazê-lo? Quem deve traduzir? Em que momento e espaços isso deve ser feito? A quem se destinam e para quem devem voltar-se os estudos de Tradução? Somente para os movimentos sociais, ou entorno destes?

A resposta inicial de Santos para estas questões é de que a elas devemos responder caminhando. Santos afirma que “cabe a cada saber ou prática decidir o que é posto em contato com quem”. Para fazer isso ele nos coloca à luz do conceito de zona de contato. As zonas de contato são “campos sociais onde

diferentes mundos da vida normativos, práticas e conhecimentos se encontram, chocam e interagem” (SANTOS, 2004, p. 808-809).

Podemos denotar desta afirmação que as traduções não devem se limitar a realizar-se somente entre os movimentos emancipatórios. E que devam se dar no contato, no espaço do contraditório, sejam entre os sujeitos de diferentes emancipações, sejam com outros segmentos sociais.

Santos aborda estes espaços como lugares fronteiriços às margens dos processos hegemônicos. Seria do convívio nestas zonas que, gradualmente, os sujeitos, sejam pensadores e/ou atores, adquiririam o aprendizado do que é realmente relevante de ser posto em contato. A experiência ensinaria o que, o como e o quando traduzir.

O autor também chama a atenção que nem tudo que necessita ser traduzido será selecionado. Adverte ainda que nenhuma cultura ou micro-cultura é monolítica. Várias interpretações podem surgir no momento de definir o que traduzir, ou na interpretação de uma tradução. Estas decisões devem provir da experiência do contato e não dos pressupostos de uma ou outra parcela dos grupos. O processo de tradução terá, normalmente, uma etapa de tradução interna.

Este ponto foi bastante relatado nos estudos sobre o processo de concertação dentro dos planos DRSs que pesquisamos para este trabalho, a maioria deles como trabalhos finais dos MBAs relatados no primeiro capítulo. A concertação dentro dos grupos beneficiários do DRS era muito importante. Todavia, não será abordado neste estudo.

Ao falar de tradução interna, evidentemente que Santos está a falar do âmbito interno dos movimentos emancipatórios, que podemos inferir sejam os novos movimentos sociais. Embora Santos afirme que os espaços apropriados para as traduções sejam as fronteiras do hegemônico, portanto, em contato com a regulação, acreditamos que o tipo de tradução que objetiva o autor é aquela realizada entre os diferentes grupos emancipatórios, visando o seu fortalecimento.

Ainda segundo Santos, os atores necessitarão criar experiência no sentido de entender e buscar a “conjugação de tempos, ritmos e oportunidades” para a tradução (SANTOS, 2004, p. 811). Nesta passagem se percebe um espaço para se pensar estratégias de tradução. É este, em excelência, o aspecto político da tradução. Ele também adverte que é igualmente importante que sejam os atores os sujeitos da tradução. Este trabalho não pode ser destinado à academia.

Os intelectuais que desejarem fazê-lo não poderão reclamar exclusividade, e deverão estar “fortemente enraizados nas práticas e saberes que representam, tendo de uns e de outras uma compreensão profunda e crítica” (SANTOS, 2004, p. 812). Como podemos observar na escrita do autor, os intelectuais deverão estar envolvidos com os sujeitos e com suas questões no sentido orgânico apontado por Gramsci para que a tradução leve a construção de topoi emancipatórios.

Enunciado o caráter aberto dos trabalhos de tradução, passemos a apresentar algumas percepções de Santos sobre as traduções em um caso empírico específico, dentro do Fórum Social Mundial – FSM – do qual o autor é um dos fundadores, por assim dizer, e uma das principais inspirações.

Ao abordar a experiência do Fórum Social Mundial, Santos o enaltece ao mesmo tempo em que apresenta uma preocupação fundamental, e aponta os procedimentos de tradução como o caminho para o desenvolvimento de nova etapa de articulação que ele denomina de “alta intensidade”.

Segundo Santos, o FSM concentra a maior multiplicidade e variedade de práticas sociais de contra-hegemonia que ocorrem em todo o mundo. A sua força deriva de ter correspondido ou um desejo de “agregação e de articulação dos diferentes movimentos sociais e ONGs, uma aspiração que apenas tinha sido latente até essa altura” (SANTOS, 2005, p. 79).

Santos afirma que a multiplicidade de movimentos cria, cada um da sua forma, suas próprias formas e estilos de resistência, “e especializam-se em certos tipos de prática e de discurso que os distinguem dos outros movimentos e

organizações. A sua identidade é, por isso, criada na base daquilo que os separa de todos os outros”. Prossegue o autor: “É daqui que resulta a fragmentação e a atomização que são o lado negativo da diversidade e da multiplicidade” (SANTOS, 2005, p. 79).

O autor aponta que a primeira etapa do FSM se estabeleceu a partir do entendimento da pluralidade inesgotável do mundo. E que esta foi essencial para o desenvolvimento do fórum, mas estabeleceu-se como uma articulação de baixa intensidade:

Há que admitir, contudo, que a agregação/articulação possibilitada pelo FSM é ainda de baixa intensidade. Os objetivos são limitados, muitas vezes circunscritos ao conhecimento recíproco ou, na melhor das hipóteses, a reconhecer as diferenças e a torná-las mais explícitas e mais bem conhecidas (SANTOS, 2005, p 80)

O tempo em que vivemos, cujo passado recente foi dominado pela ideia de uma teoria geral, é talvez um tempo de transição que pode ser definido da seguinte maneira: não precisamos de uma teoria geral, mas ainda precisamos de uma teoria geral sobre a impossibilidade de uma teoria geral (SANTOS, 2005, p. 78)

Segundo ele, este primeiro movimento foi essencial para a assunção da pluralidade sobre a unicidade e para o estabelecimento da impossibilidade de uma teoria geral. Como advoga na passagem abaixo, Santos aponta a necessidade de um universalismo negativo nesse sentido. Nossa hipótese nesta tese vai de encontro, em parte, a esse movimento da impossibilidade de uma teoria geral total – grifo intencional.

Mas na medida em que se pressupõe um universalismo negativo, por que também não conceber a necessidade de um universalismo destrutivo da direção da hegemonia, que concebemos seja geral e comum por todo o globo, embora nunca total, e sempre com suas particularidades.

Nas próprias palavras de Santos, o desafio que a globalização contra-hegemônica enfrenta agora é que as “formas de articulação possibilitadas pelo FSM foram suficientes para atingir os objetivos da fase que estará agora, provavelmente, a chegar ao fim”(SANTOS, 2005, p. 80). Para se prosseguir e aprofundar os objetivos dos FSM, nesta nova segunda fase, Santos afirma que se:

Requer formas de agregação e articulação de mais alta intensidade. Esse processo inclui a articulação de lutas e de resistências, bem como a promoção de alternativas cada vez mais abrangentes e consistentes. Tais articulações pressupõem combinações entre os diferentes movimentos e ONGs que estejam decididos a questionar a sua identidade e autonomia tal como foram concebidas até agora (SANTOS, 2005, p. 80).

É para responder a esta necessidade que mergulhamos em nosso objeto de pesquisa. Antes, certamente, apresentemos outros construtos teóricos que contribuam para tanto. Finalizando este capítulo de apresentação da obra de Santos, salientamos que não temos a intenção de resumir sua ampla produção. O objetivo aqui foi o de apresentar pressupostos, para que, nos capítulos seguintes, ao apresentarmos outros pressupostos, de outros autores, possamos construir um conjunto de elementos para entender o que observamos no nosso campo empírico para explicar os processos de concertação do DRS como processos de Tradução; e, na medida do possível, sugerir elementos para outros estudos de tradução. Encerrando este capítulo, um trecho de uma entrevista em que Santos aborda a aproximação de seu pensamento sobre o senso comum com o de Gramsci:

Há, sem dúvida, afinidades. A grande diferença é que Gramsci está fundamentalmente convencido de que este senso comum é um senso comum que vai emergir das práticas da classe operária, e eu penso que nós hoje temos uma subjetividade bastante mais ampla. De maneira nenhuma descarto a importância da classe operária, mas ela hoje é muito fragmentada, e assistimos, nos últimos 50 anos, à emergência de muitos movimentos sociais, de movimentos de mulheres, de movimentos ambientalistas, de movimentos de direitos humanos. Passamos a conhecer muitas formas de discriminação – discriminação racial, discriminação sexual – que não entravam nestas teorias, ou entravam lateralmente. Portanto, se Gramsci estivesse aqui hoje, ou Marx, certamente que eles dariam conta dessas coisas. Naquela altura, não eram muito visíveis. Também, a ideia de criar uma nova hegemonia através de um novo senso comum não é ancorada numa ideia de práxis, digamos assim, da própria classe operária –

a formulação de Gramsci –, mas numa práxis muito mais ampla, em que estão envolvidos, naturalmente, a classe operária como todos os demais oprimidos. Nós hoje temos uma visão mais ampla dos sistemas de opressão e de poder na sociedade. Parece-me ser esta a diferença (SANTOS, in MENESES e MENESES, 2006).

CAPÍTULO 3

A HEGEMONIA EM GRAMSCI E OUTROS CONSTRUTOS RELEVANTES

Neste capítulo apresentaremos os conceitos do italiano Antonio Gramsci que consideramos mais relevantes para os estudos de tradução, objeto teórico-analítico desta tese; e que configuram certo lastro teórico para Santos, a frente analisado. A redação se apresentará, assim como no capítulo anterior, sobretudo como uma descrição dos conceitos do autor, intercalados com alguns pontos de introdução de relações possíveis entre seus conceitos e os pressupostos teóricos do pensamento de Santos.

Dada a característica de muitos dos escritos de Gramsci, compacta, inclusos os Cadernos do Cárcere, estes nem mesmo por ele organizados, faz-se necessário estabelecer interpretações de forma a traçar uma continuidade no seu pensamento e na associação com Santos. Para fazer isso, sempre retornando aos originais, nos apoiaremos em alguns de seus comentadores como Perry Anderson, Carlos Nelson Coutinho, Luciano Gruppi, Giovanni Semeraro e Giuseppe Staccone.

Enfocaremos, com maior destaque, o conceito de Hegemonia para, entre outras questões, problematizar a ideia de *Heterotopia* de Santos e a necessidade/utilidade do trato contra-hegemônico comum no aspecto econômico e a função de direção da hegemonia. Abordaremos a seguir, também com especial atenção, o pensamento gramsciano acerca da Sociedade Civil e Estado Ampliado; bem como o conceito de Bloco Histórico.

Trataremos também de seu entendimento sobre o Senso Comum que, como veremos, está intrinsecamente conectado na formulação do Novo Senso Comum Emancipatório de Santos; da questão dos Intelectuais servindo como subsídio para analisar a questão do “quem traduz”; e a questão da educação ligada

ao trabalho – ao *laboro*, que aproximaremos dos processos de tradução no nosso objeto empírico – o DRS do Banco do Brasil.

Fechando o capítulo, abordaremos alguns aspectos do pensamento de Pierre Bourdieu e Alain Touraine, especificamente a discussão a respeito de Capitais, sociais e culturais e de Campo do primeiro; e a caracterização tripartite da Identidade, Oposição e Totalidade do segundo a respeito dos novos movimentos sociais.

3.1 O PENSAMENTO DE ANTONIO GRAMSCI

Nascido na Sardenha em 1891, aos 20 anos Gramsci migra pra Turim onde ingressa na faculdade de direito. Em 1913 ingressa no Partido Socialista Italiano – PSI – e dois anos depois começa a trabalhar como jornalista e logo se torna o principal articulista no jornal do partido. Essa vivência, de articulista, de escrever para meios jornalísticos em conjunto a vida político partidária ativa, é em alguma medida relevante para o seu pensamento e percepção das questões superestruturais da hegemonia, e de elementos como o senso comum e o papel dos intelectuais orgânicos. Na sequência, em 1919, o italiano funda o semanário “Ordine Nuovo”. E é também, dois anos mais tarde, um dos fundadores do Partido Comunista Italiano – PCI.

Nesse ínterim de dois anos ganha força na Itália o movimento fascista de Mussolini. Em 1924 Gramsci eleger-se deputado nacional pelo PCI. Em 1927 é preso, julgado um ano depois, e “em 1929 começa a escrever as suas reflexões sobre vários assuntos ligados ao projeto revolucionário. Nasciam os *Cadernos do Cárcere*” (STACONNE, 1987, p. 07). Consideramos essas informações importantes para a introdução do autor.

3.1.1 O Conceito de Hegemonia em Gramsci

Antônio Gramsci faz uma crítica à interpretação que se tornou hegemônica dentre os marxistas, de que é na esfera da dominação material, exclusivamente, na posse dos meios de produção, que tão somente se dá a dominação da classe burguesa frente às demais. Ele não nega a determinação econômica, a questão chave do materialismo histórico acerca da posse dos meios de produção como fator de determinação, mas constrói a sua concepção interpretativa da dialética de dominação marxista, como análise histórica, baseada na hegemonia do poder ideológico-político-cultural. Gramsci inova neste sentido toda a tradição marxista até então e sua abordagem desta dialética, bem como sua conceitualização de hegemonia, permanecem atuais. Diz-nos que:

A hegemonia é capacidade de direção, de conquistar alianças, capacidade de fornecer uma base social ao Estado proletário. Nesse sentido, pode-se dizer que a hegemonia do proletariado realiza-se na sociedade civil, enquanto a ditadura do proletariado é a forma estatal assumida pela hegemonia (GRAMSCI, apud GRUPPI, 1978, p.. 5)

Na passagem acima, talvez a apresentação da ideia mais disseminada de hegemonia em Gramsci. Nele o poder da hegemonia, de direção e domínio, acaba consentido pelos dominados. Ideologicamente, essa dominação é introjetada pela cultura, pela moral e pelo senso comum, através, sobretudo, da educação. Os homens passam a ter a dominação como normal. A base desta dominação é o senso comum. Este conceito é fundamental para o entendimento do pensamento de Gramsci. Mudar o conjunto da sociedade implica em modificar o conjunto ideológico-cultural formado pelo senso comum, que constitui a hegemonia.

Na citação acima se pode apontar, em parte, o lugar temporal de onde Gramsci começa a escrever. De acordo com Perry Anderson, Gramsci está situado no momento de transição entre a primeira geração do marxismo e o marxismo

ocidental (ANDERSON, 1989). Insere-se nas tentativas de explicar o porquê da revolução proletária não ter acontecido no ocidente; e, nesse esforço, percebe como elemento fundamental a diferença no grau de organização e desenvolvimento da sociedade civil ocidental frente à russa pré-revolucionária, já apontada por Lênin. Em Anderson (1989, p. 46) temos:

Oriente	Occidente
Estado	Sociedad Civil
Sociedad Civil	Estado
Coerción	Consenso
Dominación	Hegemonia
Maniobra	Posición

Dessa diferença, Gramsci parte para a elaboração de suas formulações a fim de identificar os elementos que possibilitam a formação e a manutenção de uma dada hegemonia e que, particularmente, contribuiriam para a criação de uma hegemonia do proletariado.

Enquanto que no oriente a guerra de movimentos possibilitou a tomada do poder estatal e a formação da União soviética; no ocidente, o poder do proletário só seria concebível a partir de uma guerra de posições, cujas fronteiras estariam na Sociedade Civil, casos das experiências socialistas da Alemanha, França e Espanha pós I guerra. Estas experiências, devidamente articuladas, segundo o autor, poderiam vir a consolidar-se num novo bloco histórico.

A principal influência nas análises marxistas de Gramsci vem de Lênin. Segundo seus comentadores, é evidente que o arcabouço original principal do italiano está em Marx, assim como seu conceito de Sociedade Civil provém de Hegel, mas é a Lênin, primeiro a utilizar o termo *hegemonia* dentro do marxismo, que Gramsci busca desenvolver:

Marx estabeleceu para ele os supostos epistemológicos da sua reflexão e, sobretudo, a teoria do modo de produção capitalista. Gramsci não seria inteligível sem essa externalidade a conformar seu marco de referência conceitual, que nele surge como um dado, um patamar já conquistado sobre o qual constrói sua contribuição.(...)não é a Marx que esse intelectual italiano visa desenvolver, e sim a Lênin, precisamente o pensador que determinou o campo e a forma de ação do príncipe moderno (VIANNA, in GRUPPI, 1978, p. IX).

As ideias de Lênin seriam, segundo Vianna, o “patamar teórico-concreto do qual Gramsci partirá para edificar sua própria obra”(Ibidem), e nesse sentido, também segundo este autor, o trabalho de Gramsci poderia ser sintetizado nesta breve passagem extraída de seu livro *Maquiavel e o Estado Moderno*: “é preciso estudar com profundidade quais são os elementos da sociedade civil que correspondem aos sistemas de defesa na guerra de posição” (GRAMSCI, 1976, p. 74). Para Gruppi, “a hegemonia é o ponto de confluência de Gramsci com Lênin” (GRUPPI, 1978, p. 01). E ainda:

Tais elementos estariam localizados nas superestruturas da sociedade civil, e sua valorização para a práxis política reclamava uma análise histórico-concreta da cultura, das instituições, dos valores sociais, em particular a observação das suas relações com o aparelho do Estado (VIANNA, in GRUPPI, 1978, p. XI).

O termo “‘hegemonia’ aparece em Lênin, pela primeira vez, num escrito de janeiro de 1905, no início da revolução” (GRUPPI, 1978, p. 11). Sua ideia de hegemonia está diretamente arraigada, primeiro, a ideia da tomada do poder do estado, legitimando o uso da força. O objetivo é a sociedade política. Lênin se refere à ditadura do proletariado ao falar de hegemonia, enfatizando seu caráter coercitivo mesmo após a tomada do poder (GRUPPI, 1978).

A visão leninista deve, para o bem de sua compreensão, ser entendida em oposição às visões social-democratas ou mencheviques que apontavam que a função de direção da revolução devia caber à burguesia liberal e democrática; enquanto que Lênin e os bolcheviques a imaginavam e desejavam nas mãos do proletário. Caberia “ao proletário a sua direção e cabe ao proletário tornar-se protagonista da mesma” (GRUPPI, 1978, p. 6).

Já em Gramsci, a conquista e a manutenção de uma dada hegemonia sobre o conjunto de uma dada sociedade se estabelecem, como já dito, no âmbito da sociedade civil, da ideologia e da cultura. Gramsci destaca a importância de formar uma classe dirigente que se mantenha pelo consentimento das massas e não apenas pela força coercitiva. “A hegemonia gramscista é a primazia da sociedade civil sobre a sociedade política” (PORTELLI, 1977, p. 65). Ainda segundo Portelli:

O problema essencial para ele [Lênin] é a derrubada, pela violência, do aparelho de Estado: a sociedade política é o objetivo e, para atingi-lo, uma prévia hegemonia política é necessária: hegemonia política porque a sociedade política é mais importante, em suas preocupações estratégicas, do que a civil [...] Gramsci, ao contrário, situa o terreno essencial da luta contra a classe dirigente na sociedade civil: o grupo que a controla é hegemônico e a conquista da sociedade política coroa essa hegemonia, estendendo-a ao conjunto do Estado (sociedade civil mais sociedade política) (PORTELLI, 1977, p. 65).

A diferenciação grosseira das duas principais linhas mestras do pensamento na Rússia pré-revolucionária serve também para apontar algo a que voltaremos no capítulo final, ao aproximar Gramsci de Santos. Gramsci teria seguido a Lênin, optado por esta linha de pensamento, certamente mais “radical” que a menchevique, por ter um pensamento totalitário?

Isso não parece coerente com a concepção de hegemonia que constrói centrada na sociedade civil e que objetiva uma aproximação da sociedade civil com a sociedade política – o *Estado Ampliado*. Em Gramsci, sociedade civil e sociedade política possuem suas próprias estruturas de convencimento (direção) e de coerção (dominação), distintas e complementares entre si.

Em Gramsci a hegemonia se estabelece e perdura de duas formas: por dominação e por direção. A força ou as relações de dominação da hegemonia em Gramsci se estabelecem sobre os segmentos da sociedade civil adversários do bloco histórico hegemônico instaurado: em última análise, na sociedade capitalista na qual Gramsci vivia, da burguesia sobre o proletário.

Já a função de direção hegemônica se estabelece em relação ao conjunto dos segmentos aliados de um determinado projeto ou bloco. Trata-se de uma função

de estabelecimento de consenso, que diverge do consentimento fruto das relações e das forças de dominação. Por direção, entende-se uma relação de domínio por consenso dos seus partidários ou apoiadores. Neste caso cabe, impreterivelmente, como veremos, pensar a função de direção num bloco contra-hegemônico, mesmo que esse “bloco” seja pensado na esfera ou amplitude de constelações de saberes e práticas, ou especificamente no âmbito dos Trabalhos de Tradução.

A dominação das massas se estabelece pelo consentimento do conjunto ideológico reinante, que por sua vez, por vezes, possui alguma diversidade, mas é sempre orquestrado, concertado, dirigido pela esfera dirigente e por uma ideologia determinante de uma dada hegemonia.

O conjunto de crenças de uma dada época, ou *sensu comum*, é determinado por esta hegemonia, que deve se fundamentar numa ideologia específica, de forma a predominar por consenso sobre os demais pensamentos constitutivos do bloco hegemônico. Foi assim com a Igreja Católica, era o que afirmava Maquiavel, foi como prevaleceu a ideologia da liberdade sobre a da justiça social na Guerra Fria. É o que acontece com a ideologia e a ortodoxia neoliberal atualmente.

Em Gramsci, a função maior de direção da sociedade civil deve ser do Partido. É ele o Príncipe Moderno. Mas não através da dominação de uma massa acéfala, mas através do enriquecimento, do esclarecimento em superação do *sensu comum*, através da ação de sujeitos concebidos por Gramsci como *Intelectuais Orgânicos*.

Por dominação se entende a relação de controle sobre os grupos sociais antagônicos, contra-hegemônicos, opositores ou não-alinhados a direção da hegemonia, que se estabelece de forma coercitiva, seja com o uso da força, seja pela cultura. Como hoje sabemos, a toda uma ampla gama de relações de dominação que os estudos sobre os novos movimentos sociais trouxeram à luz a partir das décadas de 50 e 60. Muitas vezes não creditada, a conceitualização gramsciana foi fundamental para o desenvolvimento destes movimentos.

O conceito de hegemonia é central em Gramsci. Na verdade, é sua grande contribuição. Apresentada até aqui a ideia primordial do conceito, passemos a apresentar, como forma de interligar o texto ao item seguinte que aborda o conceito de Sociedade Civil em Gramsci, certa característica dos seus escritos no Cárcere: a antinomia do conceito de hegemonia.

Em Gramsci, muitas vezes, a apresentação ou a utilização de um conceito aparece aparentemente em contradição. Em sua obra “Las antinomias de Antonio Gramsci”, Perry Anderson nos ajuda a entender algumas delas, e assim, as discussões e os problemas de entendimento da obra de Gramsci.

Antinomia: reunião de um par de proposições que simultaneamente parecem contradizer-se e serem provadas, sendo em realidade a contradição apenas aparente ou a prova, no mínimo, de uma das proposições, não contundente. (MICHAELIS, 2016)

O que apresentaremos adiante, entre a heterotopia de Santos e o necessário trato de uma contra-hegemonia dirigida pelo **conteúdo opositor comum** à ideologia do neoliberalismo econômico pode ser entendido como uma antinomia, uma aparente contradição, mas fundamentalmente, como veremos, trata-se de uma perspectiva epistemológica, ou, ao menos, um oxímoro útil para as traduções.

Em Anderson temos a explicitação de três “variantes” do trato do conceito de hegemonia ao longo, especificamente, dos Cadernos do Cárcere de Gramsci. Um inicial, apriorístico, que se traduz unicamente na esfera da Sociedade Civil, ou seja, no âmbito da direção e do consenso. O segundo, que apresentamos em pormenor acima. E uma terceira, que se pode atribuir a um momento de maior compromisso com a ação que com a reflexão. Desta preocupação, embora utilizemos o segundo entendimento nesta obra, nossa admiração a Gramsci – um intelectual orgânico por excelência, e conectado com as condições de bloco histórico de seu tempo.

Anderson é muito didático na apresentação das diferentes apresentações de Gramsci do conceito de hegemonia, bem como da sua perspectiva superestrutural como um todo. Inicialmente estabelece o pensamento gramsciano dentro da matriz abaixo (ANDERSON, 1989, p. 40). Tenhamo-la presente para a

aproximação com Santos e sua Matriz dos conhecimentos Regulação e Emancipação:

Fuerza	Consentimiento
Dominación	Hegemonia
Violência	Civilización

Já na matriz apresentada abaixo (ANDERSON, 1989, p. 42), a primeira apresentação que Gramsci da à ideia de hegemonia é a de que ela se estabelece unicamente por “consentimiento”. Trata-se da concepção predominante nos Cadernos do Cárcere, talvez a mais difundida, porém, na nossa interpretação, não é a que melhor traduz a verdadeira intenção do autor, e muito menos, é a mais adequada para este estudo. É uma concepção mais apriorística, e que serviu, talvez, como passagem da perspectiva epistêmica acima apresentada, para outra mais complexa.

Hegemonia	Dominación
=	=
Consentimiento	Coerción
=	=
Sociedad Civil	Estado

Nesta visão, nos afirma Anderson, está presente, sobretudo o trabalho e a ênfase na diferenciação das esferas de dominação e direção, tão importantes para a análise posterior da construção da contra-hegemonia. Trata-se talvez, como veremos no item subsequente deste capítulo, de um primeiro movimento da ideia de hegemonia, ligado a distinção da sociedade civil da compreensão tradicional marxista que a aponta vinculada a infraestrutura. Como nos aponta Anderson:

Sin embargo, ya se há visto que Gramsci no utilizaba univocamente los antónimos de estado y sociedad civil. Tanto los términos como las relaciones entre ellos sufrieron diferentes cambios en sus escritos. Exactamente lo mismo es aplicable al término #hegemonia#. Porque los textos arriba citados contrastan con otros en los que Gramsci habla de hegemonia no como de un pólo de #consentimiento# en contraposición a otro de #coerción#, sino como de una síntesis en si misma de consentimiento y coerción (ANDERSON, 1989, p. 42).

Na segunda apresentação da ideia de hegemonia por Gramsci, segundo Anderson aponta (ver matriz abaixo) não há possibilidade de conciliação com a ideia anterior. Enquanto que na primeira Gramsci contrapõe hegemonia à sociedade política ou ao Estado, “myentras que, em la segunda, el estado mismo se convierte em um aparato de hegemonia” (ANDERSON, 1989, p.. 43).

Estado	Sociedad civil
=	=
Hegemonia política	Hegemonia Civil

Nesta interpretação Gramsci já não atribui uma preponderância da sociedade civil sobre o Estado. “Por el contrario, la sociedad civil se presenta como contrapesada o equilibrada com el estado, y la hegemonia se reparte entre el estado – o sociedad política – y la sociedad civil” (ANDERSON, 1989, p. 55).

Segundo Anderson, Gramsci é enfático quando “advoga” por este entendimento sobre a ideia de hegemonia e é perceptível “la incomodidad de Gramsci com su primera version, y su viva conciencia – apesar y contra ella – del papel ideológico central del estado”(ibidem). Ainda segundo Anderson, Gramsci inclusive aponta alguns elementos particulares do Estado que se especializaram na execução da hegemonia, “concentrándose más em sus instituciones subordinadas que em las superiores”(ibidem). Anderson traz ainda um trecho onde Gramsci sinaliza os dois elementos ou agentes mais relevantes de hegemonia no Estado, articulando-os com os aparatos privados de hegemonia da sociedade civil:

Todo estado es ético em la medida en que una de sus funciones más importantes es elevar a la gran masa de la población a un nivel cultural y moral dado, nivel o medida que corresponde a las necesidades de desarrollo de las fuerzas de producción y, por lo tanto, a los intereses de las fuerzas dominantes. **La escuela como función educacional positiva y los tribunales como función educacional negativa y repressiva son las más importantes actividades del estado.** Pero, em realidad, um sinnúmero de otras iniciativas y actividades llamadas privadas tienden hacia el mismo fin, las cuales constituyen el aparato de la hegemonia política y

cultural de la clase dominante (GRAMSCI apud ANDERSON, 1989, p. 55 – grifos nossos).

O terceiro uso da ideia de hegemonia usada por Gramsci tem o intuito de demonstrar como o Estado tem papel relevante, influência e poder, para, em última análise, interferir na sociedade civil. O exemplo mais clássico e didático é a sua capacidade de interferir no conteúdo e dinâmica da escola. É neste momento que Gramsci passa a abordar a relevância da educação para o desvelar da hegemonia. Por hora, apenas salientamos que nessa perspectiva o Estado novamente se confunde com a sociedade civil, no sentido que pode, por vezes, de acordo com a configuração do bloco histórico, “encampá-la”.

A apresentação resumida desta antinomia aplicada ao conceito de hegemonia é apropriada, também, para a apresentação do conceito subsequente, de sociedade civil cuja antinomia talvez seja a principal causadora das maiores divergências entre os comentadores e seguidores de Gramsci.

3.1.2 Sociedade Civil e Estado Ampliado em Gramsci

Ao apresentar o conceito gramsciano de hegemonia, abordamos, rapidamente, o aspecto intrínseco do conceito com a concepção de Gramsci de *Sociedade Civil*. Para o autor, é a sociedade civil a “portadora material da figura social da hegemonia, como esfera de mediação entre a infra-estrutura econômica e o Estado em sentido restrito” (COUTINHO, 1999, p. 121).

Em sentido ampliado, o Estado passa a ser junção da sociedade política com a sociedade civil. Por Sociedade Política em Gramsci podemos entender o conjunto das esferas que normalmente compõem o entendimento em senso comum do que seja *O Estado*, sua esfera executiva, de ação e coerção “formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos de coerção

sob controle das burocracias executiva e policial-militar” (COUTINHO, 1999, p. 127).

Enquanto que a Sociedade Civil é, segundo Coutinho:

Formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa etc.) (COUTINHO, 1999, p. 127).

Já a Sociedade Civil é a base material onde se estabelece a hegemonia. Para Gramsci, “não há hegemonia, ou direção política e ideológica, sem o conjunto de organizações materiais que compõem a sociedade civil enquanto esfera específica do ser social” (COUTINHO, 1999, p.. 129).

Apesar desta distinção, a sociedade política, ou “Estado em sentido restrito, ou Estado-coerção” (COUTINHO, 1999, p.. 127) e a sociedade civil formam um par conceitual que trabalha tanto na superestrutura como na infraestrutura. Novamente aqui tenhamos em mente as diferenças de intenção conceitual apontadas acima quando abordamos o conceito de Sociedade Civil do autor.

O Estado Ampliado é uma elaboração teórica genuína de Gramsci. Para ele Estado e sociedade civil tem papéis siameses – diferenciados, mas intrinsecamente interligados. Tanto em um quanto na outra, estabelecem-se relações de coerção e também de busca de consenso – predominando, mais ou menos, respectivamente, dado cada momento histórico, a coerção pelo Estado, e a busca de consenso na Sociedade Civil.

Com o conceito de Estado Ampliado Gramsci separa ação política (própria do Estado) de ação econômica e cultural (próprias da sociedade civil). Por isto a formulação objetiva, por vezes matematicamente mal interpretada, expressa na equação Sociedade civil (SC) mais sociedade política (SP) igual a Estado Ampliado (EA): $SC + SP = EA$. Não se trata da soma de organismos separados. Mas sim, exatamente, da interligação, da organicidade destes elementos. Não nos esqueçamos do contexto político em que Gramsci elabora estes conceitos. O autor

se encontra preso sob a ditadura de Mussolini e nas situações de ditadura as relações entre sociedade civil e sociedade política estão rompidas.

O consenso é sempre uma busca e é sempre parcial, é uma tentativa, uma intenção. Por esta razão a ideologia funciona como uma mentira, uma impossibilidade, uma forma de isca para atrair os não-hegemônicos para o bloco histórico que compõe a hegemonia, tanto no interior do Estado como no interior da sociedade civil. Também por isso Estado e sociedade civil necessitam permanentemente de ações de coerção para a manutenção da hegemonia. E também nesta percepção, Gramsci inova, superando as concepções de Estado anteriores.

Trata-se, a partir de Gramsci, de um conjunto de hegemonia-coerção. Consenso e coerção juntos compõem as hegemonias. A História do esquecimento se faz para garantir o consenso e sustentar a hegemonia. Predominantemente, mas não exclusivamente, a sociedade política desenvolve as funções de coerção e dominação, por vias coercitivas e repressivas; ao tempo em que na sociedade civil, predominariam as funções de consenso e direção.

Esta complexidade talvez seja mais bem entendida na figura da escola, tema caro a Gramsci, mas que não aprofundaremos nesta tese. Seja pública ou privada, há sempre na escola clara construção coercitiva de um consenso consentido. Esta questão volta à cena num par de questões atualmente. Mas para aprofundar e atualizar a percepção gramsciana do papel da escola se teria que problematizar também a questão dos *Media*, algo a que nos propomos nos próximos estudos.

Apontemos aqui outro ponto de conexão de Santos com Gramsci: Estado e Sociedade Civil não devem ser tidos como apartados, ou “natural” e politicamente separados. Esta separação nada mais é que mais uma forma como se estabelece a visão de mundo hegemônica de nosso tempo, que em última análise busca a identificação da ideia de sociedade civil com a de “terceiro setor”, notadamente, então, alinhada as diretrizes do mercado.

Para Norberto Bobbio, segundo Coutinho um dos maiores estudiosos da ideia de sociedade civil, o conceito de Gramsci apresenta uma complexidade muitas vezes pouco compreendida. Para alguns, ao atribuir a sociedade civil um caráter superestrutural, Gramsci fugiria do materialismo histórico e se converteria num idealista em sentido hegeliano (COUTINHO, 1999).

Todavia, tanto Bobbio quanto Coutinho são claros, embora existam algumas diferenças em suas interpretações, que o conceito de sociedade civil em Gramsci “introduz uma profunda inovação em relação a toda a teoria marxista” (BOBBIO, 1994, p. 32).

O engano se estabelece, muitas vezes, ao se analisar que a sociedade civil em Marx se refere ao estrutural, a infraestrutura; enquanto que em Gramsci, a sociedade civil se estabelece na superestrutura, no plano cultural, intelectual e ideológico. De fato, os autores possuem usos distintos da expressão, mas isso não representa um antagonismo como seria se o fosse entre materialismo e idealismo. Ao se distanciar de Marx nesse ponto, Gramsci o complementa e atualiza. Traz seu pensamento para a primeira metade do século XX, para uma realidade que Marx, em seu tempo, não poderia compreender. Trata-se de períodos históricos distintos de desenvolvimento da sociedade capitalista.

Longe deste engano, o fato do conceito de sociedade civil se encontrar em lados opostos do binômio estrutura-superestrutura se dá devido ao fato dos autores utilizarem a expressão para se dirigir a objetos distintos e com finalidades diferentes. Marx o faz para superar a centralidade do Estado na reflexão política e se dirige a sociedade civil como aquilo a caracterizar tudo que não seja da esfera estatal.

Já Gramsci o faz para reinterpretar, inovando com relação a Marx, a concepção das relações e conexões da infraestrutura econômica com a esfera estatal (que também chama de “Estado em sentido estrito” e de “Estado Coerção”), usando o termo sociedade civil para se referir aos organismos que estão fora da noção de infraestrutura utilizada por Marx.

Em outras palavras, enquanto que Marx usa o termo para “distinguir do Estado”, Gramsci o usa para “diferenciar da infraestrutura econômica” e ampliar o pensar acerca do Estado. Enquanto que Marx usa a expressão para dessacralizar o Estado, em contraposição a Hegel, para “desfetichizá-lo, mostrando como a aparente autonomia e ‘superioridade’ dele encontram sua gênese e explicação nas contradições imanentes da sociedade como um todo” (COUTINHO, 1999, p. 123); Gramsci “‘amplia’, com seu conceito de sociedade civil, a teoria marxista ‘clássica’ do Estado”(Ibidem), observando que com o desenvolvimento das esferas de participação social, “surge uma esfera social nova, dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas, tanto em face do mundo econômico quanto dos aparelhos repressivos do Estado” (COUTINHO, 1999, p. 124).

Vejamos uma passagem que Bobbio utiliza para ressaltar que “Gramsci teve sempre uma claríssima consciência da complexidade das relações entre estrutura e superestrutura” (BOBBIO, 1994, p. 37):

Entre a premissa (estrutura econômica) e a consequência (constituição política), as relações não são absolutamente simples e diretas: e a história de um povo não é documentada apenas pelos fatos econômicos. A explicitação das causalidades é complexa e intrincada; e, para desintrincá-la, não há outra solução além do estudo aprofundado e amplo de todas as atividades espirituais e políticas (GRAMSCI, apud BOBBIO, 1999, p. 37).

A complexidade do pensamento do italiano é tamanha, dado mesmo as condições de boa parte de sua produção – no cárcere – que, segundo Bobbio, só pode ser corretamente compreendida se colocada em duas diferentes antíteses, articuladas e só parcialmente superpostas. Neste esquema, Bobbio busca claramente realizar o movimento que Anderson faz quando trabalha as antinomias da ideia de hegemonia em Gramsci.

Para Bobbio, se olhada como termo da dicotomia estrutura/superestrutura, a concepção de sociedade civil implica que o “fim do Estado é a superação do momento superestrutural no qual sociedade civil e sociedade política estão em equilíbrio recíproco”. Já, se olhada como expressão da superestrutura, o “fim do Estado é uma reabsorção da sociedade política na sociedade civil” (BOBBIO, 1999, p. 53).

Bobbio ainda afirma que esta aparente ambiguidade somente se resolve na medida do entendimento da dialética de funcionamento do Bloco Histórico que, igualmente nos termos de Gramsci, se constitui de dois movimentos, um que vai da estrutura à superestrutura e outro que se processa na própria estrutura.

Ressaltamos que ficamos com o entendimento de Coutinho. Seja por ser ele o tradutor de um grande número de obras de outros comentadores (como a obra de Luciano Gruppi aqui utilizada) e do próprio Gramsci (caso de “Os Intelectuais e a organização da cultura”). Seja por ser ele o maior comentador disponível em língua portuguesa e reconhecidamente um dos maiores conhecedores de Gramsci de nossa língua (também são dele os prefácios de “A concepção dialética da história”, do próprio Gramsci, e do livro “Gramsci e a Sociedade Civil”, de Giovani Semeraro, aqui também citados e utilizados).

Coutinho apresenta suas divergências da interpretação de Bobbio com extrema tranquilidade e atribui a elas, como o próprio Bobbio admite na introdução de seu livro “O conceito de sociedade civil”, o intento de Bobbio de destacar a contribuição inovadora de Gramsci, mas sem nunca precisar posicioná-lo em contraposição a Marx. Sobretudo, ficamos com Coutinho, para nos possibilitar uma interpretação minimamente uniforme dos escritos de Gramsci.

Dito isso, partamos agora para a apresentação deste outro fundamental conceito para o entendimento do pensamento gramsciano – o Bloco Histórico. Antes, contudo, façamos uma breve pausa para ressaltar a complexidade das incursões dialéticas necessárias somente para a apresentação de um conceito do pensamento de Gramsci.

No capítulo final desta tese em que aproximaremos o conceito de Tradução de Boaventura de Sousa Santos com a teoria de Antonio Gramsci e algumas ideias de outros autores, apresentadas no final deste capítulo, uma dialética complexa se fará necessária, a dialética da pluralidade propositivo-emancipatória com uma necessária unicidade contra-hegemônica mínima no trato da regulação econômica – da direção da hegemonia.

3.1.3 Bloco Histórico e o Partido como Príncipe Moderno

O entendimento gramsciano acerca de Bloco Histórico é menos controverso que os anteriormente apresentados. Todavia, não é um conceito fechado como ao leigo possa parecer. Não se trata de uma metáfora da rigidez, nem tampouco a expressão de um totalitarismo – do proletariado. Trata-se de unidade, não de unicidade. Ou, como buscaremos abordar ao fim desta tese – uma unidade mínima, comum, útil e, talvez, fundamental de ser ao menos concebível.

Os conceitos aqui apresentados buscam representar uma “sociedade que se apresenta como totalidade e como uma totalidade que deve ser abordada em todos os seus níveis”(GRUPPI, 1978, p.. 78). Citando Gramsci, aponta Gruppi que “a estrutura e as superestruturas formam um bloco histórico” (GRAMSCI apud Gruppi, 1978, p. 78). E ainda:

A hegemonia tende a construir um bloco histórico, ou seja, a realizar uma unidade de forças sociais e políticas diferentes; e tende a conservá-las juntas através da concepção de mundo que ela traçou e difundiu (Gruppi, 1978, p. 78).

A luta pela hegemonia deve pressupor a criação de um bloco histórico coeso. Nisto inclusos a necessária contra-hegemonia ao estabelecido, mas igualmente a manutenção de uma unidade mínima, uma união entre as forças outrora chamadas de revolucionárias e em Santos nomeadas como emancipatórias: “Deve envolver todos os níveis da sociedade: a base econômica, a superestrutura política e a superestrutura ideológica”(Ibidem).

Com a concepção do Bloco Histórico, Gramsci buscar sedimentar seu alinhamento ao materialismo histórico, e fundamentar as áreas e os momentos de vulnerabilidade, que em Marx aparecem na figura da crise revolucionária, também nas questões superestruturais. Segundo Gruppi:

Em Gramsci, a crise revolucionária é vista, sobretudo, em nível da superestrutura; é lida em nível da hegemonia e é concebida como crise de hegemonia. Essa crise envolve, porém, toda a sociedade, todo o bloco histórico; e não se deve esquecer que, para Gramsci, o bloco histórico é formado pela estrutura e pela superestrutura. Eu diria, portanto, que a crise revolucionária é vista por Gramsci na totalidade do processo social (GRUPPI, 1978, p. 79).

Por ora, julgamos suficiente assim apresentar a ideia de bloco histórico. Trata-se de um terceiro conceito, também importante no pensamento de Gramsci, que serve, por assim dizer, para dar liga a relação entre os dois conceitos chave – de hegemonia e sociedade civil. Em outras palavras, trata-se de um conceito correlato para dar coesão aos conceitos chave de hegemonia e sociedade civil.

Todavia, cabe ainda uma última observação que é justamente o como vamos voltar a esse conceito posteriormente. Há que se buscar uma unidade mínima para a organização do bloco histórico da contra-hegemonia. Certamente não na perspectiva de uma meta-narrativa global **total**, o que seria inconciliável com os pressupostos de Santos, mas tanto em nível local como no nível dos estados nacionais, não se pode prescindir de um mínimo de unidade. O grifo sob a palavra total é intencional.

Se há que se ter um mínimo de coesão, de unidade, de forma a conformar um bloco minimamente capaz de suplantar o hegemônico, há que se falar na função de direção deste bloco. E não necessariamente isto seja inconciliável com a perspectiva das constelações de Santos. Não se precisaria estabelecer um centro institucional, ou um príncipe, como veremos abaixo, somente se necessitaria conceber, no nosso entendimento, um conteúdo central, diretivo. No lugar de um personagem, ator, agente ou instituição social; um entendimento, um conteúdo.

Em Gramsci, a função de direção é fundamental, tanto para a manutenção quanto para a conquista da hegemonia. Como vimos, ele afirma que sem essa direção a coesão mínima do bloco histórico, necessária de ser construída ainda antes da tomada do poder, é impossível. Segundo o próprio Gramsci, numa passagem de *Il risorgimento*, um grupo social deve ser dominante com os adversários e:

dirigente dos grupos afins e aliados. Um grupo social pode, e mesmo deve, ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental. É essa uma das condições principais para a própria conquista do poder. Depois, quando exerce o poder, e mesmo quando o mantém fortemente sob controle, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também dirigente (GRAMSCI, apud GRUPPI, p. 78-79).

Dito isso, cabe agora objetivar o sujeito ativo desta função de direção, que, segundo Gramsci, deve ser, claramente, exercida pelo partido. É ele o Príncipe Moderno, em alusão a clássica obra de Maquiavel.

Para dar conta desta necessidade de direção que a hegemonia impõe, Gramsci parte da análise de Maquiavel e propõe que não mais um indivíduo possa desempenhar este papel de direção. “Nas sociedades modernas, mais complexas, cabe a um *organismo social* o desempenho das funções que Maquiavel ainda atribuía a uma pessoa singular” (COUTINHO, 1999, p. 167). E este organismo é o partido político.

Analisando os Cadernos do Cárcere, Coutinho nos afirma que o vínculo entre as formulações gramscianas do príncipe moderno e a teoria do partido em Lênin, é, novamente, decisivo. Lembremo-nos que pouco tempo antes ao cárcere, Gramsci permaneceu por um período aproximado de um ano em Moscou, onde, certamente, desenvolveu essa observação ou essa concepção acerca da função de direção do partido político.

Também segundo Coutinho, para o bem exercer da função de direção da contra-hegemonia, ao partido político caberia dar voz e, dialeticamente, contribuir para a percepção e expressão de uma “vontade coletiva”. Caberia ao Partido, já conectando ao próximo item a ser abordado do pensamento de Gramsci, ser o “intelectual coletivo” de expressão dessa vontade coletiva. Ainda segundo Coutinho, em Gramsci, a transformação dessa vontade coletiva em hegemonia é obra prioritária do partido político:

Aparece, assim, com clareza, o papel de *síntese*, de mediação, que o partido assume, não apenas em função dos vários organismos particulares da classe operária (sindicatos, etc.), mas também em função dos vários

institutos das demais classes subalternas; e esses organismos e institutos – graças a mediação do partido – tornam-se as articulações do corpo unitário do novo “bloco histórico” (COUTINHO, 1999, p. 171).

É como se o partido funcionasse, nas palavras de nosso interprete preferido dos escritos do cárcere, como elemento catalisador e de catarse do processo revolucionário. Segundo Gramsci, o papel do Príncipe Moderno seria o de superar os corporativismos e de construção de uma consciência, nas palavras de Coutinho:

Capaz de permitir uma iniciativa política que englobe a totalidade dos estratos sociais de uma nação, capaz de incidir sobre a universalidade diferenciada do conjunto das relações sociais. O partido, assim, aparece como uma objetivação fundamental do que Gramsci chama de ‘momento catártico’(...) O partido, portanto, não é um organismo corporativo, mas sim um organismo ‘catártico’, universalizante.(...) E se o partido enquanto organismo coletivo, representa a elevação de uma parte da classe, de sua vanguarda, da fase econômico-corporativista à fase política, da particularidade à universalidade, da necessidade à liberdade, é natural que uma mesma elevação – ainda que em diferentes níveis – ocorra também em cada um de seus membros individuais. Em outras palavras: não só o partido como tal é uma objetivação do ‘momento catártico’, uma sua fixação estrutural, como cada pessoa singular – ao ingressar no partido – realiza total ou parcialmente esse ‘momento’, capacitando-se a atuar de modo mais livre e mais consciente na sociedade em que vive (COUTINHO, 1999, p.169).

Assim apresentado, para além de ser o intelectual coletivo por excelência, funcionaria também a esfera partidária como elemento de formação individual, de formação dos intelectuais orgânicos da transformação da hegemonia. Desta forma, abordemos agora o entendimento gramsciano acerca da função do intelectual, conceito igualmente inovador do pensador italiano.

3.1.4 A questão dos Intelectuais e o Senso Comum

Assim como ao partido Gramsci atribui a função de direção do bloco histórico, aos intelectuais Gramsci atribui o papel de cimento de um bloco político. O conceito de bloco histórico é mais amplo que o conceito de bloco político. “O bloco histórico, de fato, pode compreender vários e diferentes blocos políticos”(GRUPPI,

1978, p. 80). Perceba-se que apesar da afirmação unitária do partido como intelectual coletivo, não há, em absoluto, uma concepção unitária reducionista da pluralidade dos blocos políticos da sociedade. Nesse sentido, já há seu tempo, Gramsci é também inovador e permanece atual.

Gramsci inicia aquela que talvez seja a mais popular de suas obras, “Os intelectuais e a organização da cultura”, com uma pergunta que se tornou paradigmática. Questiona ele: “Os intelectuais constituem um grupo social autônomo e independente, ou cada grupo social possui sua própria categoria especializada de intelectuais?” (GRAMSCI, 1978, p. 03).

Para responder a questão, Gramsci parte de uma categorização dos intelectuais ligada à posição histórico-econômica de seu grupo social original, dentro dos quais eles têm a função de conferir “homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político” (GRAMSCI, 1978, p. 03).

Gramsci distingue, então, dois tipos fundamentais de intelectuais. Os primeiros seriam os caracterizados como *intelectuais tradicionais*, que estariam indubitavelmente a mercê de serem cooptados pela hegemonia vigente para bem articular os interesses da classe dominante sobre os membros do grupo social a que pertencem. Os segundos, por excelência, *orgânicos*, seriam aqueles que seriam conscientes do local de seu grupo social na história e na organização da sociedade e que, a partir dessa consciência, desempenhariam, organicamente dentro de seu grupo, a função também de homogeneizar, mas de forma a construir uma nova hegemonia, onde seu grupo não seria então um dos grupos dominados.

Para além desta distinção, sobretudo política, a grande inovação aportada por Gramsci à reflexão acerca dos intelectuais é a ideia de que todo ser humano carrega, em potencia, a possibilidade de ser um intelectual de seu grupo social. Isto é o novo para além mesmo da teorização marxista que subjaz toda sua obra. Diz ele, em outra de suas passagens mais célebres: “Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então, mas nem todos os homens desempenham na sociedade a

função de intelectuais” (GRAMSCI, 1978, p. 07). Gramsci acrescenta que não existem não-intelectuais.

Quando se distingue entre intelectuais e não-intelectuais, faz-se referência, na realidade, tão-somente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso. Isto significa que, se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não-intelectuais, porque não existem não-intelectuais (GRAMSCI, 1978, p. 07).

Tanto é assim, que podemos lastrear também em Gramsci a proposição da sociologia dos conhecimentos ausentes, ou da sociologia das ausências, proposta por Santos. Durante décadas estiveram ausentes de validade as reflexões, os pensamentos e a sabedoria dos intelectuais, sobretudo dos orgânicos, dos mais variados grupos, culturas e mesmo civilizações; na medida em que se reduziu, nos termos de Santos, o conhecimento apenas ao conhecimento ocidental e ainda ao produzido dentro da academia. Nesse sentido, apresentamos a passagem abaixo.

Criar uma nova cultura não significa apenas realizar individualmente descobertas originais; significa também e sobretudo difundir criticamente verdades já descobertas, socializá-las, por assim dizer, e, portanto, fazer com que se tornem base de ações vitais, elemento de coordenação, de ordem intelectual e moral (GRAMSCI, apud GRUPPI, 1978, p. 77)

A perspectiva de que todos podem se tornar intelectuais de sua vida e grupo, traz, em síntese, a ideia de que a intelectualidade não é uma prerrogativa de um grupo social especialmente incumbido do pensar. É sim, também em síntese, a prerrogativa de que todos têm direito, capacidade, dever e a liberdade de pensar e de ter sua intelectualidade reconhecida. Traz ainda, de reboque, a concepção de que aquilo ou aquele que não reconhece essa prerrogativa desvelar-se-á, mais cedo ou mais tarde, dominador.

Esta prerrogativa, completamente nova do pensamento de Gramsci, também nos será útil, no capítulo seguinte, para a discussão acerca do protagonismo das Traduções preconizadas por Santos. Em tese, todos podem

traduzir. Todavia, nem todos se afirmam como intelectuais orgânicos ou tradutores em seus grupos.

Nessa linha, o pensamento gramsciano também nos permite refletir sobre outra questão acerca dos Trabalhos de Tradução: o que deve ser traduzido? Nesse sentido, e já adentrando no último dos construtos do autor que pretendemos trazer a luz dando nossa contribuição aos estudos de tradução expressa nesta tese, *traduzamos* a ideia de *senso comum* em Gramsci.

Antes, porém, abordemos rapidamente outra questão: como e onde traduzir? Para Gramsci a instituição escolar, e, especificamente, a sua compartimentalização auxilia e muito a cooptação dos intelectuais tradicionais.

Segundo Gramsci, na medida em que se formam, historicamente, categorias especializadas para a função intelectual, formam-se conexões com todos os grupos sociais, mas especialmente, formam-se conexões e assim “sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante.” (GRAMSCI, 1978, p. 09). Afirma ainda Gramsci que “uma das mais marcantes características de todo grupo social que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista ‘ideológica’ dos intelectuais tradicionais”(Ibidem).

Ainda nas palavras de Gramsci, “a escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis”(Ibidem). É a escola a instituição formadora e incrementadora da especialização e de seus diversos níveis. Segundo o autor, esta especialização facilita a cooptação dos intelectuais nela formados, pois lhes faltam, em última análise uma concepção do todo social, ao mesmo tempo em que lhes sobram conexões com a ideologia hegemônica.

A teoria de Gramsci acerca da escola é bastante ampla e difundida. Todavia, não a abordaremos em particular, o que, a nosso ver, mereceria aprofundamento conjunto com a problematização da mídia, no nosso entendimento principal perpetuadora atual, sobretudo da direção da hegemonia. Não tivemos como realizar esta aproximação e análise nesta tese. Encerramos a abordagem

acerca dos intelectuais em Gramsci com aquilo que talvez sintetize sua principal compreensão do modo como a escola deveria funcionar na formação contra-hegemônica.

Para Gramsci, é imprescindível que a escola se debruce sobre o todo das relações sociais e de classe. E a melhor forma de fazer isso é trazer o trabalho, o *lavoro* para dentro dos processos pedagógicos, ou levar a escola para dentro dos últimos. Somente assim a especialização poderia ser levada ao enfrentamento do senso comum, e através do desvelar deste, contribuir para a sua superação. Dito isso, passemos a abordar o conceito gramsciano de Senso Comum.

Por senso comum nosso autor entende, predominantemente, o conjunto ideológico assumido pelas classes subordinadas num dado período histórico. Do ponto de vista prático, o senso comum é a filosofia de um determinado período histórico. Analisado, trata-se do “folclore da filosofia” ou, nas palavras do autor na obra “concepção dialética da história”, o senso comum é:

A filosofia dos não-filósofos, isto é, a concepção do mundo absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais nos quais se desenvolve a individualidade moral do homem médio (GRAMSCI, 1989, p. 143).

Duas características devem nortear a compreensão do conceito em Gramsci. Ambas nos dão imediata conexão com a proposição do novo senso comum de Santos. A primeira é a que o “senso comum não é uma concepção única, idêntica no tempo e no espaço”(Ibidem). Trata-se de um folclore e, assim, apresenta-se em inumeráveis formas, todavia “seu traço fundamental e mais característico é o de ser uma concepção (inclusive nos cérebros individuais) desagregada, incoerente, inconsequente, adequada à posição social e cultural das multidões, das quais ele é a filosofia” (GRAMSCI, 1989, p. 143).

Cada camada social tem seu “senso comum” e “seu bom senso”, que são, no fundo, a concepção da vida e do homem mais difundida. Cada corrente filosófica deixa uma sedimentação de “senso comum”: é este o documento de sua efetividade histórica. O senso comum não é algo rígido e imóvel; ele se transforma continuamente(...)o senso comum é o folclore da filosofia(...)O senso comum cria o futuro folclore (GRAMSCI, 1978, p. 178).

A outra constatação de Gramsci trata da sua superação, da sua transformação em um *bom senso*, muitas vezes obtida no surgimento e na elaboração de um novo bloco histórico, “quando na história se elabora um grupo social homogêneo, elabora-se também, contra o senso comum, uma filosofia homogênea, isto é, coerente e sistemática”(GRAMSCI, 1978, p. 178).

Todavia é interessante salientar, também já conectando a premissa de Santos, que todo senso comum se produz a partir de um modelo anterior também de senso comum. Isso não quer dizer que esse novo senso comum seja um *bom senso*, somente obtido pelo exercício crítico sobre as relações de um dado senso comum com a hegemonia de sua época, de forma a constituir uma consciência de classe.

Segundo Gramsci, o senso comum está sempre muito mais fundamentado na religião e na ideologia hegemônica, que já foi mesmo a religião, do que na filosofia de fato, dos intelectuais (no sentido acadêmico) e, também ao pensamento dos intelectuais do tipo tradicional, que cooptados pela hegemonia, não refletem sobre tal cooptação.

Sua superação está sempre ligada à instauração de uma nova filosofia. Todavia, e é este o ponto específico a que voltaremos no capítulo final, trata-se sempre da ligação com uma nova filosofia, de um novo grupo dirigente. Como superar o senso comum atual, sem somar esforços para criticar a ideologia dirigente da sociedade?

O “senso comum” foi considerado de várias maneiras: ou diretamente como base da filosofia, ou criticado do ponto de vista de outra filosofia. Na realidade, em todos os casos, o resultado foi a superação de um determinado senso comum pela criação de outro, mais adequado à concepção do mundo do grupo dirigente (GRAMSCI, 1989, p. 145).

Se o conceito de Bloco Histórico busca dar coesão às ideias de Sociedade Civil e Hegemonia em Gramsci, o conceito de Senso Comum trata do objeto de atuação para o embate e a superação da Hegemonia. Nesse sentido é relevante perceber que em Gramsci a ideia de senso comum aparece com dois

tratamentos diferentes. Poder-se-ia apontar uma nova antinomia – essa não percebida por Anderson.

A abordagem principal que Gramsci dá à ideia de senso comum é no sentido da sua superação. Trata-se de um senso comum constituído através da dominação da hegemonia. A superação deste senso comum, a ser transformado em bom senso, se dá pela luta contra a dominação, ou dominações – atualizando seu pensamento.

Mas existe também uma segunda abordagem da ideia. Nesta, Gramsci se refere a toda uma gama de conhecimentos que diz respeito àquilo que torna possível a vida sob a dominação. Trata-se de uma sabedoria popular ligada a questões de auto-preservação, como por exemplo: “sob o sol, busque caminhar na sombra”, ou “não dê o passo maior que a perna”; ou ainda: “manda quem pode, obedece quem tem juízo”. Trata-se de conhecimentos órfãos de validade científica, como nos termos dos conhecimentos ausentes em Santos.

Neste sentido Gramsci parte novamente de Hegel, pois não se trata de um senso comum necessariamente de conflito contra a dominação, mas ligado à vida, a uma qualidade possível de – de certa forma até pragmática. Lembremo-nos do período de violenta perseguição política em que viveu Gramsci; e de sua origem, no sul da Itália, onde forças conservadoras poderosas como a Igreja Católica e a Máfia obrigavam a instituição de estratégias de sobrevivência variadas, por muitas vezes em detrimento da luta contra a dominação.

Seja como for, essa nova antinomia nos será relevante no momento final das análises para a abordagem de algumas questões acerca dos movimentos de constituição de direção, conformações e re-conformações do bloco histórico contra-hegemônico, quiçá orientado à pragmática da confrontação da direção hegemônica. O bom senso nas traduções, dado pelo momento histórico, pode muitas vezes ser necessário de se estabelecer neste segundo entendimento de bom senso percebido em Gramsci: numa lógica do possível, sem necessariamente antepor-se ao dominante.

Dito isso, encerramos por hora a apresentação do pensamento de Gramsci, ao qual voltaremos adiante, para agora apresentar alguns outros construtos que consideramos pertinentes para explicar as dinâmicas dentro do campo empírico. Antes, todavia, apresentamos uma última passagem de Gramsci, também contida na obra “A concepção dialética da história”, em que ele reflete sobre a tradutibilidade entre filosofias, culturas e mesmo sentidos comuns. Novamente aqui, um lastro para as ideias de Santos e igualmente uma fonte para a problematização que julgamos fundamental ser realizada.

Deve-se resolver o seguinte problema: se a tradutibilidade recíproca das várias linguagens filosóficas e científicas é um elemento “crítico”, próprio de toda concepção do mundo, ou próprio tão somente à filosofia da práxis (de maneira orgânica) e apenas parcialmente apropriável pelas outras filosofias. A tradutibilidade pressupõe que uma determinada fase da civilização tenha uma expressão cultural “fundamentalmente” idêntica, mesmo que a linguagem seja historicamente diversa, diversidade determinada pela tradição particular de cada cultura nacional e de cada sistema filosófico, pelo predomínio de uma atividade intelectual ou prática, etc. Desta forma, deve-se ver se a tradutibilidade é possível entre expressões de diferentes fases de civilização, na medida em que estas fases são momentos de desenvolvimento uma da outra e, portanto, integrando-se reciprocamente; ou se uma expressão determinada pode ser traduzida com os termos de uma fase anterior de uma mesma civilização, fase que, porém, é mais compreensível do que a linguagem dada, etc. É possível dizer, ao que parece, que tão somente na filosofia da práxis a “tradução” é orgânica e profunda, enquanto que em outros pontos de vista, frequentemente, tal tradução é um mero jogo de “esquematismos” genéricos (GRAMSCI, 1989, p.s 80-81).

3.2 OUTROS CONSTRUTOS PARA UMA SOCIOLOGIA DAS TRADUÇÕES

Nesse sub-capítulo apresentamos algumas ideias que nos pareceram relevantes para explicar os processos de tradução percebidos no nosso objeto empírico de análise. Poderiam constituir-se num capítulo aparte. Todavia, como optamos pela aproximação direta de Antonio Gramsci com Boaventura Santos, e como constituir um capítulo a parte com estes autores demandaria uma pormenorização que, pela proposta do dueto original Gramsci-Santos, julgamos

desnecessário fazê-lo. Seria presunçoso esgotar tais autores, assim como dar conta de todos os aspectos de suas contribuições a possibilidade dos estudos de tradução. Assim como o seria tentar esgotar a reflexão sobre as Traduções e mesmo sobre a aproximação de Gramsci e Santos. Apresentamos, então, apenas alguns elementos, que, como referido, verificamos particularmente úteis para a análise de nosso objeto empírico.

3.2.1 Bourdieu: Capitais de Tradução e o Campo de (cada) Tradução

Em Bourdieu procuraremos captar fundamentalmente três ideias, sendo duas imediatamente aproximadas. Tratam-se das ideias de Capital Social e de Capital Cultural; que aproximaremos dos processos de tradução, constituindo a noção de Capitais de Tradução. A terceira ideia de Bourdieu a ser utilizada trata do seu conceito de Campos Sociais. A essa ideia de campos procuraremos aproximar o quadro teórico-analítico dos espaço-tempo-estruturais de Santos, de forma a propor a análise das traduções a partir de um ou mais destes espaços, constituindo-se como predominantes, e, portanto, relevantes em cada tradução.

3.2.1.1 O Capital Social em Bourdieu

A ideia de Capital Social perpassa muitas das obras de Bourdieu. Isso deriva do fato dela funcionar como elemento aglutinador das principais preocupações que se repetem ao longo dos escritos do autor: as estruturas e os processos facilitadores das reproduções do poder e dos privilégios sociais. Como afirmamos na introdução deste sub-capítulo, torna-se interessante para este estudo e para a conexão Gramsci-Santos usar a percepção de Bourdieu pois ele aborda a forma estrutural vinculante do capital social com o capital econômico. Isto fica evidente na própria escolha de palavras da formulação do conceito pelo autor. Não

há, portanto, porque problematizar este conceito com os de outros autores. A Formulação de Bourdieu nos é especialmente aplicável. Diz ele:

O capital social é o conjunto dos recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento ou, em outros termos, à *vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também são unidos por *ligações* permanentes e úteis. Essas ligações são irreduzíveis às relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o re-conhecimento dessa proximidade (BOURDIEU, 1998, p. 67).

Tratando-se nosso objeto empírico de grupos formados com o intuito de aglutinar esforços para o desenvolvimento econômico, percebe-se a relevância do entendimento de Bourdieu no sentido de que o volume de capital social dependerá da extensão da rede de relações que poderá o grupo mobilizar e dos volumes de capitais econômicos, culturais e simbólicos que o conjunto das posses dos integrantes do grupo puder contabilizar.

Todavia, esse volume encontra o seu limitador na medida em que o inter-reconhecimento dos membros de um dado grupo pressupõe de um “mínimo de homogeneidade ‘objetiva’” (BOURDIEU, 1998). Percebe-se já aí um ponto nevrálgico para o maior ou menor sucesso dos planos DRS, onde, circunscritos a um determinado espaço geográfico, mas não limitando seus capitais a este, integram grupos e entidades de naturezas distintas e por vezes antagônicas.

Segundo Bourdieu, “os lucros que o pertencimento a um grupo proporciona estão na base da solidariedade que os torna possível” (Ibidem). Isto nos ajudaria a entender desde já os processos de abandono, associação e mesmo isolamento no decorrer dos DRSs, e também seus sucessos e insucessos. Afirma Bourdieu que “a existência de uma rede de relações não é um dado natural, nem mesmo um ‘dado social’, constituído de uma vez por todas e para sempre” (Ibidem).

Faz-se necessárias articulações, aprendizados para essas relações em específico – que aproximaremos da ideia de *capitais de tradução* – e muito trabalho “de instauração e de manutenção que é necessário para produzir e reproduzir relações duráveis e úteis, aptas a proporcionar lucros materiais ou simbólicos”(Ibidem), no nosso caso, sobretudo materiais, de ganho de produtividade, de renda e etc.

Faz-se necessário um esforço para instituir e manter um mínimo de inteligibilidade, um ambiente que possibilite a constituição de uma rede mais ampla e rica de capitais; baseada originalmente num grupo outrora formado apenas por relações de vizinhança ou outras entre os membros pertencentes a uma determinada localidade, e entre “estranhos” com elevado grau de capital social, oriundos muitas vezes de outras cidades e regiões.

O objetivo é que, mesmo após a saída destes representantes institucionais, as relações constituídas se mantenham pelo médio e longo prazo, envolvendo obrigações duráveis e subjetivamente sentidas como vínculos sociais de respeito e reconhecimento, de forma a contribuir na evolução dos DRSs particulares, mesmo após a saída ou a troca de representantes de entidades como Sebrae, universidades e governos.

3.2.1.2 As Formas de Capital Cultural

Já para a elaboração dos tipos de Capitais Culturais – percebe-se que o autor os considera desde o princípio como uma esfera ou modalidade de capital social – Bourdieu projeta suas ideias sobre capital social, inicialmente como uma hipótese, na reflexão sobre a análise do rendimento na esfera educativa.

Suas observações iniciais não o surpreendem na medida em que os estudos sobre rendimento escolar, fundamentalmente economicistas, se fundamentam numa perspectiva invariavelmente funcionalista sobre o papel da educação. Bourdieu conclui que para além dos “investimentos e os benefícios

monetários ou diretamente conversíveis em dinheiro, como as despesas decorrentes dos estudos e o equivalente em dinheiro do tempo dedicado ao estudo” (BOURDIEU, 1998, p. 74); o rendimento escolar individual “depende do capital cultural previamente investido pela família” e que o aproveitamento deste, uma vez concluídos os estudos de um estudante, “depende do capital social – também herdado – que pode ser colocado a seu serviço.”(Ibidem). Bourdieu identificou, então, três tipos principais de capitais culturais: capital cultural **incorporado**, capital cultural **objetivado** e capital cultural **institucionalizado**. Diz ele:

O capital cultural pode existir sob três formas: no *estado incorporado*, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; no *estado objetivado*, sob a forma de bens culturais – quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que constituem indícios ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias, de problemáticas, etc.; e, enfim, no *estado institucionalizado*, forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao *certificado escolar*, ela confere ao capital cultural – de que é, supostamente, a garantia – propriedades inteiramente originais (BOURDIEU, 1998, p. 74).

A expressão que nomeia o capital *incorporado* Bourdieu escolhe a partir do fato de que este tipo de capital cultural está ligado ao indivíduo singular, está “ligado ao corpo e pressupõe sua incorporação”(Ibidem). Trata-se do capital acumulado por um trabalho “de inculcação e de assimilação” que custa tempo, requer investimento deste pelo próprio indivíduo – principalmente, mas também de sua família. Trata-se de um trabalho pessoal sobre si mesmo, um “cultivar-se” (BOURDIEU, 1998, p. 74). Este capital cultural:

É um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou parte integrante da “pessoa”, um *habitus*. Aquele que o possui “pagou com sua própria pessoa” e com aquilo que tem de mais pessoal, seu tempo. Esse capital “pessoal” não pode ser transmitido instantaneamente(...) Pode ser adquirido, no essencial, de maneira totalmente dissimulada e inconsciente, e permanece marcado por suas condições primitivas de aquisição. Não pode ser acumulado para além das capacidades de apropriação de um agente singular, depaupera e morre com seu portador (BOURDIEU, 1998, p. 74-75).

O segundo tipo de capital cultural identificado por Bourdieu é o capital objetivado. Segundo Bourdieu, este tipo de capital “detém certo número de propriedades que se definem apenas em sua relação com o capital cultural em sua forma incorporada” (BOURDIEU, 1998, p. 75). Trata-se de uma forma de capital cultural que existe em bens culturais tais como livros, pinturas, esculturas, etc, e mesmo máquinas e tecnologias, que apesar de concentrado materialmente, e até reproduzível; que para ser apropriado por um determinado indivíduo ou num determinado uso, necessita de certo capital acumulado. Este tipo de capital pode, assim, ser “objeto de uma apropriação material, que pressupõe o capital econômico, e de uma apropriação simbólica, que pressupõe o capital cultural”(Ibidem).

Para possuir máquinas, basta ter capital econômico; para se apropriar delas e utilizá-las de acordo com sua destinação específica (definida pelo capital científico e tecnológico que se encontra incorporado nela), é preciso dispor, pessoalmente ou por procuração, de capital incorporado (BOURDIEU, 1998, p. 75).

O terceiro tipo de capital cultural apontado por Bourdieu é o *institucionalizado* sob a forma de chancelas, títulos ou diplomas. É o tipo de capital que permite “neutralizar certas propriedades” dadas pelos limites mesmo biológicos do processo de incorporação do capital cultural:

Com o diploma, essa certidão de competência cultural que confere ao seu portador um valor convencional, constante e juridicamente garantido no que diz respeito a cultura, a alquimia social produz uma forma de capital cultural que tem uma autonomia relativa em relação ao seu portador e, até mesmo em relação ao capital cultural que ele possui, efetivamente, em um dado momento histórico (BORUDIEU, 1998, p. 78).

Desta forma é possível substituir os capitais incorporados por um indivíduo por um seu “equivalente”. É assim que se podem comparar diplomados, substituí-los e mesmo estabelecer “taxas de convertibilidade entre o capital cultural e o capital econômico, garantido o valor em dinheiro de determinado capital escolar” (BORUDIEU, 1998, p. 78). É este tipo de capital que estabelece o valor de determinado diploma no mercado de trabalho.

Devida e sucintamente apresentados os tipos de capital em Bourdieu, aquele sobre o qual fundamentalmente nos debruçaremos sobre nosso objeto empírico, de forma a contribuir para os estudos de tradução, é o capital incorporado. O capital fruto da formação e do ambiente familiar, mas também da vida, da experiência acumulada que os indivíduos que participam dos DRSs, em especial os membros da *equipe gestora*, mas também aqueles do grupo dos *beneficiários* dos projetos nas localidades possuem.

Além disso, torna-se relevante verificar como a presença de determinadas características e aprendizagens se convertem em capitais de tradução, de entendimento, de cooperação, de flexibilidade, muitas vezes antagônicas a capitais de militância, luta e experiência de, sobretudo, quando defronte de atores outrora ou ainda antagônicos.

Significa dizer, que muitos dos capitais disponíveis precisaram ser enriquecidos na dinâmica e no decorrer do processo de desenvolvimento dos projetos, em parte, como capitais de tradução e de reconhecimento dos capitais alheios, de forma a propiciar a concertação e bom andamento dos trabalhos.

3.2.1.3 O conceito de Campo em Bourdieu

O conceito de campo, igualmente central da obra de Bourdieu, é particularmente muito utilizado nas discussões acerca e dentro de dois campos de prática e de ciência. No próprio campo da sociologia, a que o autor se dedica, por exemplo, na obra “Ofício de Sociólogo”, que é onde Bourdieu desenvolve o conceito; e no campo da educação, onde se poderia citar a obra “A Reprodução” como centro da sua contribuição a sociologia da educação.

O entendimento do autor estabelece a ideia de campo como um espaço superestruturado, no caso de utilizarmos a nomenclatura gramsciana, formado por um conjunto de propriedades e mecanismos particulares, onde se estabelecem relações de disputa por posições e legitimidade.

Os campos constituem-se ao redor das mais variadas formas de ação humana e social, e ao redor desta forma de produção simbólica se estruturam, sempre dialeticamente. É assim no campo da moda, da política, da ciência e de cada ciência em particular; no das artes, sejam visuais, literárias ou quais forem. Cada campo caracterizando-se, estruturando-se e limitando-se como um pequeno microcosmo relativamente autônomo do restante do universo social. Citando o autor: o “universo da mais pura ciência é um campo como qualquer outro, com suas relações de força e monopólios, suas lutas, estratégias, interesses e lucros” (BOURDIEU, 1983, p. 123).

Assim como na construção dos conceitos anteriores, Bourdieu parte da análise da economia para construir sua reflexão. Mais especificamente, da mesma forma e certamente influenciado em parte, nas inflexões que Weber estabelece em outros campos a partir de ideias extraídas do “campo” econômico. Todavia, o autor estabelece não ser a esfera econômica o modelo fundador da teoria dos campos, mas sim, apenas, um destes.

A teoria da economia dos campos permite descrever e definir a *forma específica* de que se revestem, em cada campo, os mecanismos e os conceitos mais gerais (capital, investimento, ganho), evitando assim todas as espécies de reducionismo, a começar pelo economicismo, que nada mais conhece além do interesse material e a busca da maximização do lucro monetário. Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, *tornar necessário*, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não motivado os atos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir (BOURDIEU, 1998a, p. 69).

A partir deste ponto e tendo observado a existência de certas características comuns nas estruturas de diferentes campos com a política e a religião (onde se destacou Weber), o autor passa a estabelecer uma Teoria dos Campos. Estes seriam, então, resultados de processos de diferenciação social estruturados em relações internas de perpetuação e disputa de hegemonia (aqui nova conexão com o tema central deste capítulo), ou de legitimidade e posição, de

poder, em última análise, de estabelecimento e apropriação dos capitais sociais intrínsecos a existência do campo, dentro e fora deste (BOURDIEU, 1983).

Estabelecido o elemento dialético e de disputa inerentes, segundo Bourdieu, a cada campo, cabe-nos refletir sobre as relações de disputa que se estabeleceriam para a efetivação de cada tradução. Cabe-nos refletir sobre como, se e quando desejável for, amenizar ou incentivar estas disputas, visando à construção de dada tradução, ou de dada concertação, no caso dos DRSs; instituindo a legitimação dos critérios do “jogo bourdieuano” na perspectiva do sucesso, no caso dos DRSs, do desenvolvimento de dada atividade produtiva local.

A partir dessa perspectiva, utilizaremos o conceito de campo de Bourdieu também para analisar, dentro do quadro dos espaço-tempo-estruturais de Santos, a proeminência de um ou mais campos em cada Tradução. Essa definição pode ajudar na identificação de critérios para o balanceamento dos elementos de embate/antagonismo e da concertação nas traduções.

Também é relevante mencionar que esta tese se apresenta como uma contribuição a um possível campo de estudos para os Trabalhos de Tradução, ou de um micro-campo da Sociologia para as Traduções. Ao afirmar isso, entendemos, desde já, que o jogo bourdieuano se estabelecerá, fundamentalmente, entre posições de crítica e de interpretação da teoria de Santos, propositor da premissa dos Trabalhos de Tradução.

Finalizando os construtos de Bourdieu, apensemos uma frase do autor sobre a “função” da sociologia; segundo ele campo de crítica social e, também por isso, crítico de se atuar. Nesta formulação, a necessidade de se pensar também a regulação: “A sociologia liberta libertando da ilusão de liberdade” (BOURDIEU, 1990, p. 28).

3.2.2 Touraine e o Conteúdo Opositor Comum para as Traduções

De Touraine retiramos como construto para este estudo a sua percepção das três orientações da ação social identificadas nos seus estudos sobre os movimentos sociais: Identidade, Oposição e Totalidade.

Situando essa perspectiva, Touraine foca sua análise social na noção de ator. Segundo ele, “o ator (individual/coletivo) é concebido como o agente dinâmico que produz demandas e reivindicações, não possuindo posição fixada aprioristicamente num sistema de produção” (LEISTNER, 2009, p. 89). Pode-se afirmar que, segundo Touraine, existem nas sociedades, questões culturais “comuns” as quais acabam compondo o que ele nomeia como sistema de ação histórica. Não se deve, assim, entender a sociedade somente por suas formas de organização institucionais e suas normas, mas a partir do resultado dos conflitos que se formam entre as diferentes forças sociais, e mesmo, apesar de seu distanciamento com a perspectiva macro estrutural do marxismo, entre classes.

Analisando as formas de ação social coletiva, Touraine identifica quatro tipos fundamentais. Somente nos aprofundaremos sobre o quarto tipo. Todavia, apresentamos antes, sucintamente, os três primeiros tipos de atuação social (TOURAINÉ, 1977).

Por “condutas de crise organizacional”, Touraine identifica as ações reivindicativas que acontecem no interior de uma determinada organização. Nesta situação, não é plausível ultrapassar os limites da reivindicação, é impensável a supressão de tal organização. Como exemplo, podemos citar o trabalhador que busca melhores condições de trabalho; ele não pode prescindir de seu emprego.

Como “tensões institucionais”, Touraine caracteriza os tipos de ação que buscam efetuar pressão sobre determinadas decisões institucionais que afetam as relações dentro de um par, ou mais, de organizações. Neste quadro o ator pressiona e objetiva especificamente influenciar a ordem dos acontecimentos. Podemos

exemplificar este tipo de ação social numa greve de trabalhadores. Uma greve reivindica uma negociação, mas não se constitui num movimento social.

O terceiro tipo de ação nomeado como “protestos modernizantes”, visa à modificação ou a readequação de normas e condutas ao contexto presente. Trata-se de um tipo de ação que já comporta o sentido de luta por um determinado projeto, mas ainda sem a proposição de ruptura(s) e sem a identificação de um adversário específico desta modificação ou deste projeto.

O quarto e último tipo de ação social, assim definido por Touraine como “movimento social” pode ser estabelecido a partir da presença de três elementos dentro da sua racionalidade de funcionamento. Estes três elementos podem ser identificados a partir das respostas a três questionamentos: (1) A uma reflexão que responda à questão “quem somos nós?” – que cria a ideia e a **identidade** de um dado movimento; (2) uma orientação que responde à questão “pelo que lutamos?” – que, especificando o objeto da ação, cria um sentido de **totalidade** para o movimento dentro do quadro social; e, finalmente, (3) a reflexão que responde à questão “contra quem lutamos?” – que singulariza um obstáculo, ou objetiva um ator social, que se interpõe entre o ator e o seu objetivo e contra qual o movimento se opõe – é o opositor.

No que tange à identidade, trata-se da maneira como o ator social ou grupo se auto identifica. Interessante salientar de imediato que esta identificação remete, necessariamente, ao princípio de oposição, ou seja, ao outro – o adversário: “a identidade do ator não pode ser definida independentemente do conflito real com o adversário e do reconhecimento do objetivo da luta” (TOURAINÉ, 1999, p. 292).

O grau de organização de um movimento social depende e só é possível segundo a consciência também desta oposição. Mesmo que o grupo já esteja em formação, já exista e se reconheça como tal, antes desta consciência formada sobre sua real identidade, sua organização será limitada. Nessa busca, no esclarecimento das nuances de um conflito, o estabelecimento do adversário, constitui, mesmo por processo, o princípio de oposição.

Segundo Touraine, esses dois princípios se orientam ao redor do princípio de “totalidade”, que assenta sobre o “sistema de ação histórica”, em última análise o campo social e cultural de desenvolvimento onde se estabelecem todas as relações de disputa social. Alain Touraine trabalha com a ideia de uma dupla dialética, que engloba o conflito entre uma classe dominante, a qual gesta o modelo cultural e social vigente, ou hegemônico, e organiza a sociedade; e a classe que busca contestar e reivindicar a mudança no sistema de ação histórica, conectado, dirigido, voltado à hegemonia, aos interesses da ideologia dominante.

Explicitando, o que buscamos em Touraine é a utilização ou a flexibilização do princípio de oposição como construto, para daí derivar uma perspectiva que se revelou bastante presente, como veremos, dentro dos DRSs: a utilidade de assunção de um “opositor comum” para as traduções, senão ao menos um “conteúdo opositor comum”, escapando da necessária identificação deste num outro ator determinado, mas de forma a concertar os participantes para o desenvolvimento dos trabalhos. Dito isso, partamos para a explanação das experiências dentro dos três campos DRS em que atuamos.

CAPÍTULO 4

OS TRABALHOS DE CONCERTAÇÃO-TRADUÇÃO DENTRO DOS DRS

Neste capítulo apresentaremos nossas experiências e apreensões no campo empírico e algumas observações que julgamos relevantes para os futuros estudos de tradução, bem como para a realização empírica destes. Iniciaremos por uma descrição dos procedimentos metodológicos empregados, para, a seguir, apresentar, cronologicamente, os três campos de DRS nos quais atuamos mais diretamente ao longo do período que trabalhamos como funcionário do Banco do Brasil, e que compõem a experiência empírica que dá luz às reflexões desta tese.

Ao realizar a descrição dos planos e das realidades percebidas, trabalharemos também com o conteúdo das entrevistas que realizamos com os atores destes planos e três outros profissionais do BB que se envolveram especificamente com a estratégia DRS, desde sua elaboração, acumulando amplo conhecimento da estratégia como um todo. Também intercalaremos no texto observações e conclusões de outras pesquisas realizadas sobre o DRS no âmbito das pós-graduações em Desenvolvimento Regional Sustentável criadas em parceria pelo BB com Universidades de todo o país.

4.1 SOBRE O MÉTODO

Estabelecer uma metodologia para uma pesquisa é sempre uma tarefa desafiadora. Neste caso, a parte metodológica estabeleceu-se já a partir de nossa experiência anterior ao doutorado com o objeto empírico. Em verdade, grande parte

de nossa experiência mais próxima e relevante, de observação participante com o objeto de pesquisa se deu antes do período do doutorado.

Nosso período de contato com o campo empírico pode ser dividido em duas etapas. Uma primeira, prévia ao doutorado, de meados de 2007 até março de 2012, de atuação como facilitador de DRS como funcionário do Banco do Brasil. E a segunda, já no doutorado e fora do BB de onde nos demitimos para receber a bolsa que possibilitou a realização desse curso de pós-graduação.

Dessa forma, relevante parte do nosso *corpus* de dados possui uma característica de distância temporal entre a apreensão do campo e a redação final da tese, posterior aos estudos e as reflexões teóricas e metodológicas realizadas no doutorado. Esta dificuldade foi, todavia, contornada por incursões posteriores, nos dois casos em que espacialmente possíveis – nos municípios de Porto Alegre e Canoas/RS. Não tivemos condições de retornar a cidade de Caravelas/BA. Além da volta ao campo, quando possível, também realizamos uma série de entrevistas com os atores envolvidos com os DRSs locais, de forma a verificar a pertinência de nossas observações anteriores, além da incorporação das observações destes atores ao *corpus* de dados.

Por estas características, optamos por nos embasar na perspectiva da Hermenêutica de Profundidade – HP – concebida por Thompson (1998) pela possibilidade de agregar diferentes procedimentos de coleta de dados e de reflexão teórica sobre os mesmos.

A perspectiva de Thompson possui uma abordagem que permite ao pesquisador analisar o contexto sócio-histórico, bem como as relações espaço-temporais que cercam o fenômeno pesquisado. Possui também a flexibilidade de empreender análises discursivas (ou de qualquer técnica analítica) que venham a ser necessárias (VERONESE, 2004). Abaixo apresentamos o esquema de organização da metodologia proposta por Thompson.

Figura 8: Hermenêutica em Profundidade (THOMPSON, 1998, p. 365)



Segundo Veronese (2004), Thompson afirma que o mundo sócio-histórico é um *campo-sujeito* e é “construído pelas pessoas no curso rotineiro de suas vidas. Estão constantemente interpretando ações, falas, imagens e acontecimentos ao seu redor, e refletindo sobre eles; por isto a pesquisa realiza uma re-interpretação” (VERONESE, 2004, p. 135).

Este entendimento casa com a perspectiva epistêmica de Santos, propositor dos Trabalhos de Tradução, objeto teórico da tese. Seria incoerente adotar uma metodologia que não afirmasse o protagonismo dos pesquisados na elaboração do conhecimento; sobretudo tratando-se de um conhecimento sobre um processo dinâmico como a Tradução proposta por Santos.

Segundo Thompson, as análises também podem conter uma dimensão propositiva ou de contribuição para o campo-sujeito investigado. Tal afirmação também casa com o processo de realização deste trabalho, originariamente pensado para contribuir para os estudos de tradução; e concebido dentro da linha de pesquisa em Economia Solidária deste programa de pós-graduação. Em última análise, o DRS do Banco do Brasil foi um programa de desenvolvimento que beneficiou, impulsionou e mesmo fomentou um grande número de experiências de economia solidária.

Apesar de adotarmos a seguir uma ordem cronológica de envolvimento com os planos estudados, Thompson destaca que “as fases não são necessariamente etapas cronológicas, mas sim distintas dimensões de análise, complementares”(Ibidem). Trazemos isto de forma a afastar o problema da temporalidade da exposição aos campos e a construção do corpus de dados, construído a posteriori.

Nessa construção, ao pesquisarmos a respeito da técnica de Observação Participante – OP – percebemos que muitos de seus pressupostos foram mesmo contemplados no fato de nossas observações terem sido feitas preliminarmente ainda sem o objetivo de um estudo doutoral. Não tínhamos a pretensão de “analisar” os fatos no campo empírico naquele momento. Pelo menos não na perspectiva acadêmica. Estávamos, efetivamente, e quase que completamente, participando do processo; analisando, mas, sobretudo, atuando de forma a contribuir com o mesmo. Digo “quase que completamente”, pois terminado o mestrado, de alguma forma, já vislumbrávamos a realização do doutorado.

Sobre a Observação Participante, cabe mencionar o trabalho de síntese da obra de William Whyte, *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*, realizada por Licia Valladares, onde a autora resume quais seriam os 10 mandamentos da técnica conforme Whyte. Segundo Valladares, o primeiro mandamento extraído da obra diz respeito ao tempo da pesquisa:

A observação participante, implica, necessariamente, um processo longo(...) O tempo é também um pré-requisito para os estudos que envolvem o comportamento e a ação de grupos: para se compreender a evolução do comportamento de pessoas e de grupos é necessário observá-los por um longo período e não num único momento (VALLADARES, 2007).

“Nesse sentido, torna-se até interessante o transcorrer do tempo ‘intercalado’”(Ibidem) em que se deu esta pesquisa, salientando-se de que permanecemos, nos três DRSs estudados, por um período de vários meses, à frente detalhados, em contato com os grupos.

Da mesma forma, nossa presença junto aos grupos beneficiários e dentro das equipes gestoras era institucionalmente legitimada pela função junto ao BB, também tido como essencial por Valladares. Além disso, também nos apresentávamos como cooperativistas e como pesquisador em economia solidária, o que nos pareceu representar um além de confiança quando das indagações durante o campo, seja atuando na construção dos planos, seja na investigação das questões pertinentes aos grupos. Nas palavras de Whyte:

Aprendi que as pessoas não esperavam que eu fosse igual a elas. Na realidade estavam interessadas em mim e satisfeitas comigo porque viam que eu era diferente. Abandonei, portanto, meus esforços de imersão total (WHYTE, 2005, p. 304).

Ainda sobre as relações entre pesquisador e “pesquisado” nos afirma Valladares em termos de outros dois “mandamentos” de Whyte:

3) A observação participante supõe a interação pesquisador/pesquisado. As informações que obtém, as respostas que são dadas às suas indagações, dependerão, ao final das contas, do seu comportamento e das relações que desenvolve com o grupo estudado. Uma autoanálise faz-se, portanto, necessária e convém ser inserida na própria história da pesquisa (VALADARES, 2007)

4) Por isso mesmo o pesquisador deve mostrar-se diferente do grupo pesquisado. Seu papel de pessoa de fora terá que ser afirmado e reafirmado. Não deve enganar os outros, nem a si próprio (VALADARES, 2007).

Voltando a Thompson, ao realizar e apresentar uma *análise sócio-histórica* das populações locais, entendendo-as a partir das realidades sociais, econômicas, culturais e políticas em cada uma das três realidades estudadas, adquirimos também elementos para organizar as formas de produção, circulação e recepção simbólicas dos grupos locais, certamente relevantes para a investigação como um todo.

Também merece ser destacado que, apesar de não termos constituído, no momento da pesquisa um *caderno de campo*, propriamente dito para o nosso estudo, fomos responsáveis pelas anotações das reuniões, combinações e divisões de tarefas dos DRS estudados, enquanto lá estivemos. Desta forma, podemos afirmar que, em parte, os registros dos planos, que aqui não podemos anexar com os dados por determinação da instituição, constituem uma espécie de diário dos acontecimentos. Muito resumido, mas que nos auxiliou na montagem da ordem dos acontecimentos na continuidade deste estudo e na elaboração dos roteiros das entrevistas.

Foram realizadas ao todo oito entrevistas. Duas específicas para o DRS de Porto Alegre; outras duas, sendo uma coletiva – com dois atores – para o DRS de Canoas; uma, por telefone, específica para o DRS de Caravelas; e outras três com conhecedores da estratégia como um todo, sendo uma também coletiva – com dois atores. Adiante daremos detalhes do perfil dos entrevistados.

No que tange à elaboração dos roteiros para as entrevistas semi-estruturadas, optamos por uma fórmula que consistia num primeiro momento de livre descrição histórica da vivência de cada ator-entrevistado com o DRS em questão ou com a estratégia como um todo, para, a seguir, adentrar nas questões pertinentes a cada caso ou a constituição da estratégia em si e a experiência geral dos entrevistados com esta, dependendo do perfil dos mesmos.

Finalizando, poderíamos descrever este estudo como um estudo de caso – das Traduções dentro do DRS do BB – construído através de observação participante em três campos de DRS locais, cujas observações foram confrontadas e verificadas através de entrevistas semi-estruturadas, cujos roteiros, diversos entre si, foram pré-elaborados, especificamente a partir das apreensões realizadas em cada caso, de forma a confrontar e verificar as percepções primeiras do investigador. Como apoio, a comparação com outros estudos realizados em cada um dos tipos específicos de atividades econômicas dos DRS aqui pesquisados também serviu como elemento de verificação.

4.2 OS PLANOS DRS INVESTIGADOS

Antes de adentrar nas especificidades locais e nas respectivas reflexões sobre os DRSs investigados, cabe uma menção à sua dupla diversidade, constituída pela nossa trajetória de atuação profissional e, portanto, não planejada para a pesquisa. Os três planos estudados constituem realidades bastante diversas. Primeiramente em termos das cidades onde se localizam. Trata-se de, em ordem cronológica, uma metrópole, capital do estado do Rio Grande do Sul – Porto Alegre – com cerca de um milhão e meio de habitantes; de uma localidade eminentemente rural e muito pequena – Caravelas/BA – com seus cerca de 24 mil habitantes; e de uma cidade de porte médio, ou intermediário – Canoas/RS – localizada dentro da região metropolitana da primeira, com aproximadamente 3550 mil habitantes(2016). Esta diversidade, no nosso entender, se revelou muita rica para o estudo.

A segunda gama de diferenças diz respeito às atividades produtivas sob as quais se concentraram os esforços dos DRSs estudados. Em que pese serem a primeira e a última do mesmo estado e da mesma região metropolitana, são realidades completamente diferentes. Na Capital gaúcha o plano se debruçou sobre os profissionais da beleza, categoria formada por várias profissões diferentes e também por isso com um grau de complexidade bastante grande e rico para a pesquisa. Em Canoas o DRS se debruçou sobre o setor da Reciclagem, de certa forma, uma das meninas dos olhos do BB e da experiência em economia solidária dos governos do PT e do DRS especificamente. Já em Caravelas/BA os dois planos, que como veremos, não lograram êxitos semelhantes aos de Porto Alegre e Canoas, diziam respeito a atividades eminentemente rurais. Não poderíamos ter escolhido uma diversidade melhor para o estudo, no sentido de revelar a pluralidade de experiências que o DRS produziu.

A seguir detalhamos as percepções em cada um dos planos em que atuamos e sobre os quais nos debruçamos, já refletindo sobre as percepções em

cada um deles, para, no capítulo final desta tese, tecer nossas conclusões e reflexões gerais a fim de contribuir para os estudos de tradução.

4.2.1 Campo 1: O DRS dos Profissionais da Beleza de Porto Alegre/RS

Cabe ressaltar, de início, que este foi o nosso primeiro contato com a estratégia DRS, no segundo semestre de 2008. Trabalhávamos nas funções bancárias convencionais numa agência de Porto Alegre no bairro da Azenha e que não tinha um plano de DRS em desenvolvimento. Fomos procurados, dado nosso mestrado em ciências sociais e nossa experiência em cooperativismo para ajudar no desenvolvimento do DRS numa agência localizada no bairro Cidade Baixa que então centralizava as ações da estratégia na cidade.

O DRS dos Profissionais da Beleza de Porto Alegre, no seu auge, pelo ano de 2010, se fez presente em todas as regiões da capital, com especial aderência em três regiões formadas pelos eixos dos bairros vizinhos da Cidade Baixa e Centro, do eixo Moinhos de Vento – Auxiliadora, e do eixo zona sul, interligando os bairros Cavalhada, Camaquã e Ipanema. Outros DRSs foram iniciados na cidade, mas este foi, sem sombra de dúvidas, o que teve a maior participação, sucesso no desenvolvimento da atividade e mesmo visibilidade.

Foi nosso período de maior dedicação, único com dedicação exclusiva, como funcionário da instituição promotora. Com este contato e dedicação apaixonamo-nos pela estratégia, e mesmo objetivamos nossa transferência para a região nordeste do país – onde era de conhecimento interno que o DRS se desenvolvia com celeridade.

Trata-se do início do segundo mandato do Presidente Lula. O DRS, espécie de política pública via empresa de capital misto, já possuía muitos planos em fase adiantada de implementação, dentre os quais alguns com muito sucesso. O país vivia um período de crescimento econômico e de ascensão da classe “C”, e dentre as atividades que mais rapidamente se expandiam em número nesse

contexto estava à área da estética como podemos notar no estudo de MBA em DRS da Universidade de Brasília realizado sobre um plano na área da beleza no Distrito Federal:

Potencialidade de consumo da classe “C” é fruto de sua representatividade nacional, compreendendo aproximadamente 48,7% dos domicílios brasileiros. A tendência para os próximos anos é que os padrões de consumo na classe média deverão se sofisticar cada vez mais. O número de mulheres permanecerá maior que o dos homens. Os gastos destinados aos serviços de cabeleireiro crescem 44% em 6 anos, segundo dados da Fecomercio publicados no GLOBO (G1) em 13/07/2011 (ALMEIDA, 2011, p. 19).

O número de salões de beleza em todo o país cresceu 78% em cinco anos, de 309 mil, em 2005, para 550 mil, em 2010, segundo levantamento da Associação Nacional do Comércio de Artigos de Higiene Pessoal e Beleza (Anabel). Para a coordenadora de projetos de serviços do Sebrae, Karen Sitta, o baixo custo de investimento e o rápido retorno podem ajudar a explicar porque há tantos negócios do gênero (ALMEIDA, 2011, p. 22).

Em Porto Alegre se iniciava a etapa de diagnóstico. Os objetivos da etapa de diagnóstico do DRS já foram detalhados no primeiro capítulo. Nosso primeiro contato com os partícipes do plano se deu em uma reunião de um pequeno grupo na agência Cidade Baixa em que se procurava organizar um mapeamento da categoria no município para a construção do diagnóstico.

No âmbito do plano de Porto Alegre a observação mais relevante do diagnóstico foi o grau de individualismo verificado na categoria, confirmado pelos dois entrevistados que participaram deste plano e pelas entrevistas com os coordenadores de DRS Miguel e sua esposa Valmira. Segundo Marcelo, atualmente presidente do Sindicato dos Salões de Barbeiros, Cabelereiros, Institutos de Beleza e similares do Estado do Rio Grande do Sul – SINCA/RS – que expôs, espontaneamente, logo no início de nossa conversa, ao abordar a possibilidade de compras conjuntas via cooperativa, iniciativa de redução de custos que não logrou êxito, e depois quando perguntado sobre os ganhos possibilitados pela estratégia como um todo:

Isso não avançou muito porque a nossa área é muito individualista né. Cada um por si e Deus contra todos! Isso foi a maior dificuldade.

Foi aquele marco ali que a gente opa, calma aí! A gente tá trabalhando amador, com leis antigas, com processos antigos e cada um por si Deus por todos (MARCELO, entrevista, 2016)

A história do DRS da capital gaúcha está interligada com a deste ator. Segundo Simone, cabelereira com mais de 25 anos de atuação profissional, que participou com dedicação exclusiva do cadastramento dos profissionais da área, existiu, desde o princípio, uma forte motivação política por parte do Marcelo no DRS. Nos diz Simone:

Ele sempre atuou de forma positiva dando formações na área para pessoas de comunidades, da periferia sabe(...)mas sempre com interesse político, o que tudo bem, né (SIMONE, entrevista, 2016)

Ainda segundo os relatos de Simone, corroborados com a narração dos fatos dada por Marcelo, uma cooperativa de trabalho, a Cooperativa Gaúcha da Beleza, foi criada para propiciar estágio para os profissionais formados em oficinas ministradas pelo Marcelo e outros profissionais da área. A formação dessa cooperativa foi concomitante ao surgimento da estratégia DRS, mas anterior ao início dos trabalhos no DRS da Beleza de Porto Alegre.

Esse dado é relevante, somado ao fato de que este personagem não estava nas três primeiras reuniões da equipe gestora do DRS de POA que participamos, vindo a se agregar ao grupo e a compor a equipe posteriormente. Como veremos, sua participação foi decisiva, no nosso entender e no de Simone, para o sucesso do plano.

No DRS de Porto Alegre tivemos a oportunidade de participar de seis oficinas de apresentação da estratégia, que consistiam de quatro horas de duração: duas de apresentação e formação em sustentabilidade, falando do triplice pilar da sustentabilidade, do economicamente viável, do ambientalmente correto e do socialmente justo; e duas de apresentação da estratégia DRS em si, falando de cadeia produtiva, do papel do banco, do processo de concertação, das etapas da

metodologia de construção coletiva e etc; conforme apresentado no primeiro capítulo. Coube-nos mesmo a condução de três dessas formações.

No que tange o processo de sensibilização inicial, de apresentação do Tríplice Pilar de Sustentabilidade, que aqui abordamos como a primeira tradução de todo DRS e conceitualizamos para fim de nossa reflexão como uma *base mínima*, não vislumbramos nenhum movimento relevante de contestação ou problematização, nem nas oficinas, nem ao longo das reuniões da equipe gestora. Esse ponto merece algum aprofundamento. A afirmação acima poderia induzir a dois tipos de conclusões.

Uma primeira de total compreensão e concordância com a ideia do tríplice pilar de sustentabilidade; e uma segunda possibilidade que buscamos averiguar nas entrevistas sobre este DRS, sendo confirmada em todas estas, de que a preponderância do econômico sobre as outras duas perspectivas era tão pacífica, que nem mesmo gerava questionamentos ou uma maior problematização na apresentação da estratégia. Essa linha de percepção se configurou na nossa principal hipótese de investigação, e dela evolui nossa reflexão sobre as realidades vivenciadas.

Apesar de algumas críticas, que nas palavras da entrevistada Simone são “da política” – os dois entrevistados eram filiados a um mesmo partido político e disputavam um mesmo eleitorado: este nosso público – esta entrevistada relata que foi a partir do convite de Marcelo para “dirigir” a cooperativa, que ela pode se dedicar, pois tinha um salário, ao cadastramento dos profissionais da área. Algo que se deu já dentro do DRS.

Não problematizaremos aqui essa questão de uma direção que não foi eleita entre os cooperados para uma cooperativa. Não diz respeito diretamente a nosso objetivo. Mas adiantamos que voltaremos a ela adiante ao tratar do DRS de Canoas, onde também se verificou esta característica, ao abordar uma situação problema ocorrida numa das cooperativas de reciclagem do município e integrante do plano local.

De forma a não abordar esta questão polêmica e cara para quem se compreende um cooperativista, reclassificaremos a cooperativa em questão não mais como uma cooperativa de trabalho, mas de educação, de formação de profissionais da beleza – criada para fornecer estágio para esses novos profissionais que surgiam. Nas palavras do seu fundador, Marcelo:

A gente criou uma cooperativa. Quem criou aqui fui eu. Que a gente colocou todos os alunos de escolas que estavam fazendo curso para treinar ali, pra ter mão de obra qualificada, na ponta. Isso, isso aí. Então isso avançou, a gente fez, ficou dois anos a cooperativa funcionando e depois o pessoal da própria cooperativa comprou, ficou com, comprou o espaço (MARCELO, entrevista, 2016)

A partir da entrada desta liderança ainda incipiente no DRS, a etapa de diagnóstico do mesmo progrediu. O levantamento dos dados propiciado pelo cadastramento coordenado por Simone levou a identificação de uma diversidade de necessidades gerenciais, técnicas, de acesso ao crédito, de formalização, de questões de saúde pública e ambientais, entre outras. Dado o número de profissionais envolvidos e o tamanho da cidade, acreditamos ter sido o melhor diagnóstico realizado entre os planos que estudamos. As reuniões da equipe gestora passaram a ser mais produtivas, como era esperado. Era consenso da equipe que o diagnóstico havia sido muito bem realizado.

O grupo fortaleceu-se. A presença incipiente de Marcelo tornou-se mais forte. As necessidades apontadas no diagnóstico foram transformadas em objetivos a serem atingidos. Iniciava-se a fase de elaboração do plano de negócios. E na definição de responsabilidades na elaboração, na implantação das ações necessárias para cada objetivo, e, sobretudo, no gerenciamento destas ações, surgiram os primeiros conflitos.

A premissa descentralizada da metodologia DRS passou a confrontar-se com uma perspectiva percebida pelos participantes como centralizadora por parte do então Presidente do SINCA/RS – o Rui. Ambos os entrevistados concordaram que a posição defendida pelo então presidente, de centrar o gerenciamento das ações de

formação de entidades como SEBRAE e SENAC na figura, na estrutura do Sindicato, foi rechaçada.

Indagados sobre se isso constituiu uma figura de “oposição comum” dentro do grupo, Simone assim nos respondeu: “olha, ele tinha uma mentalidade assim né, antiga, centralizadora né”. Marcelo foi mais enfático: “Sim, sim, sim. Foi... a gente enxergou a necessidade de colocar outra pessoa no sindicato. Porque o próprio presidente ele não tinha essa abertura, essa negociação de ideias, de aceitar ideias novas”. Marcelo foi eleito Presidente do Sindicato na eleição seguinte.

Não acompanhamos o desenvolvimento do processo que levou a eleição de Marcelo a presidência da categoria. Mas pudemos perceber alguns aspectos dentro das reuniões da equipe gestora que, somadas as entrevistas, nos valeram reflexões pertinentes. Disputas de poder são legítimas e estão presentes em todas as relações humanas e entre grupos. Seria ingenuidade achar que seria diferente entre grupos ou pessoas em busca de emancipação.

No caso do DRS de Porto Alegre se percebe que, diante da possibilidade de descentralização, de perda de poder, a liderança anterior buscou apoio numa lógica de burocratização e centralização na figura do sindicato. No nosso entendimento, foi essa lógica que se implementou como “elementopositor comum”, e não a pessoa do presidente de então. Afirmamos isso, além dos depoimentos revelarem esta consciência, também por certa característica comum da categoria – que em boa parte atua profissionalmente como autônoma.

Nesse sentido segue o relato de Almeida sobre o DRS de Brasília, cujo trabalho de MBA leva o nome do sindicato local da categoria. Ressaltamos também a *coincidência* de que a dirigente do Sindicato de Brasília também é politicamente ativa, já tendo sido candidata, e o fato dos dois planos, de Porto Alegre e Brasília serem contemporâneos, tendo surgido em meados de 2008.

Ressalte-se ainda, que dos entrevistados de ambos os grupos, foi unânime o discurso negativo a respeito da participação do sindicato SINCAAB. Para os empreendedores, o relacionamento com o sindicato se faz apenas por obrigações relacionadas à contratação de funcionários. Segundo relatos, o sindicato nunca participou aos empresários visitados nenhuma informação a

respeito da iniciativa de DRS cadastrada junto ao Banco do Brasil e não possui nenhum tipo de relacionamento com os empreendimentos visitados (ALMEIDA, 2011, p. 34).

Trata-se de um conjunto de diferentes profissões, uma categoria complexa e difícil de ser elaborada, bem como pensado o seu desenvolvimento. Nesse sentido destacamos as conclusões de outro estudo em MBA, este pela Universidade Federal do Mato Grosso, realizado sobre o DRS da área de estética de Palmas no Tocantins:

Há uma grande rotatividade de colaboradores e prestadores de serviços, decorrentes da pouca qualificação dos colaboradores e de falta de investimento dos salões neste. (...) as empresas integrantes do Plano DRS diferenciam-se uma das outras, não por planejamento ou estratégia, mas pela apresentação e fachada externa do empreendimento, localização, preço e nome do estabelecimento (MACEDO, 2011, p. 29).

Voltando, no nosso entendimento, a percepção de uma oposição comum, que aqui denominamos como **Conteúdo Opositor Comum** – ou simplesmente **COC**, seja identificado numa pessoa – caso dos então presidentes dos dois sindicatos citados, num ator social específico – os dois sindicatos; ou mesmo uma lógica de centralização e burocratização, contribuiu para a criação do que aqui denominamos de **Capitais de Tradução**. A identificação de um conteúdo opositor comum serve como um capital para a tradução.

Definir com especificidade esta oposição em cada um dos planos estudados se revelou sempre complexo. No caso de Porto Alegre confundem-se as figuras pessoal, institucional e de lógica de atuação. Mais relevante, todavia, é a conclusão acerca da funcionalidade desta identificação de oposição para a união dos grupos e para os processos de concertação-tradução verificados.

O(s) capital(ais) de tradução, conforme apresentado no capítulo anterior, se revelou de duas formas, considerando-se a sua temporalidade com relação ao processo de concertação: prévios e acumulados. Por capitais prévios entendemos os capitais sociais e culturais prévios dos atores envolvidos que, úteis as traduções, assim se constituíram também como seus capitais. Por acumulados entendemos aqueles apreendidos a partir do processo de concertação e da experiência nos

DRSs. Ambos se incluíam na nomeação de capital incorporado na tipificação de Bourdieu.

Tanto os capitais prévios como os acumulados se estabelecem ou acumulam-se a partir de indivíduos, mas também, no caso dos segundos, podem e foram parcialmente transportados para as entidades participantes, na forma de processos. O sucesso do DRS da Beleza em Porto Alegre, que pode ser atestado com uma série de conquistas, adiante apresentadas, se deveu em muito ao engajamento, a “compra” da estratégia, pelos indivíduos diretamente participantes da equipe gestora do plano de entidades, como SEBRAE e SENAC.

Posteriormente, os ganhos de capital cultural e de tradução, entendidos nas competências necessárias para a participação em processos como o do DRS, propiciados na experiência foram transportados também a estas instituições. Segundo Marcelo, com a experiência do DRS, tanto o SEBRAE como o SENAC passaram a conhecer melhor o setor da beleza e assim aperfeiçoaram suas atuações nas áreas da gestão e da formação técnica, respectivamente. Segundo Marcelo, a parceria – entendida como um capital de tradução acumulado – dessas três entidades, SEBRAE-SENAC-SINCA/RS, segue até hoje:

São pilares que estão junto até hoje. O sindicato, o SEBRAE na parte de gestão e o SENAC na parte de qualificação. Os três estão juntos, trabalhando em conjunto. Então agora todas as ações que são pensadas, são pensadas nesses três pilares. Porque são pilares que cada um cuida duma área. Um entra na formação, o outro entra na qualificação e o outro na gestão. Então a gente consegue trabalhar em conjunto fazer alterações em conjunto (MARCELO, entrevista, 2016).

Segundo o mesmo entrevistado, uma série de conquistas foi obtida a partir do DRS, ao que concluímos que o plano teve relevante sucesso nos seus objetivos, de forma que se pode mesmo afirmar que, findado o processo dentro do âmbito da instituição promotora inicial – o Banco do Brasil – o grupo formado permaneceu atuando para a continuidade de melhorias para o setor. Ainda conforme

nossa fonte, importantes ganhos foram conquistados, no que tange à formalização e a conseqüente organização da atividade e dos benefícios oriundos desta. “A profissão é hoje reconhecida, temos acesso a crédito e a benefícios sociais”(MARCELO, 2016). Ao que anexamos duas falas do entrevistado, caracterizando sua percepção do antes e do depois do DRS:

Dai, eu achei interessante no inicio porque a gente levantou muitas... ah demandas na nossa área que eu nem eu sabia que tinha né. E a gente foi descobrir tipo: regulamentação, não existia; normas técnicas pra nossa área, não existia; não existia a cooperativa; não existia um sindicato atuante né; bom, não existia leis protegendo a gente; não existia quase nada!

Daí, quanto aos Auto-claves (...)teve a necessidade de colocar uma lei, ah, no Rio Grande do Sul, pra tirar as estufas e colocar uma auto clave. E essa lei foi inédita no Brasil. Começou no Rio Grande do Sul, que hoje é um exemplo pra todo mundo, que é a biossegurança da auto clave né. Ah... agente avançou também com as normas, que nós estávamos falando. Eu to há três anos viajando para todo Brasil com o SEBRAE, pra criar normas aqui no Brasil. Tanto de espaço, como de nome. Como é que se chama o salão. É salão de beleza ou é instituto de beleza. Como é que vai ser chamado? Unificar nesse Brasil todo o nome de cada área (MARCELO, entrevista, 2016).

Enfocando as atuações individuais, podemos dizer, por exemplo, que o capital (prévio) cultural de articulação e mesmo concertação do personagem Marcelo foi decisivo para o desenvolvimento da estratégia local; e que o DRS, sem sombra de dúvida, significou um ganho de capitais social, cultural e de tradução também para este ator, na medida em que este não só se elegeu Presidente do Sindicato da área, como posteriormente Vereador, o que o levou atualmente ao um cargo de Secretária Municipal.

Afirmamos isso sem detalhar nem problematizar a trajetória do ator, já que desnecessário para este estudo, porque a sua atuação nesta pasta tem se dedicado a questões ligadas a organização, formalização, legislação, capacitação e organização de trabalhadores informais, que o mesmo não conhecia anteriormente ao DRS.

Dito isso, cabe abordar a questão do ‘quem traduz’ na experiência deste DRS. Pela perspectiva de Gramsci e na visão fundadora dos trabalhos de tradução

de Santos, temos que todos podemos nos tornar intelectuais orgânicos, ou tradutores, dentro das nossas relações sociais, dentro dos grupos a que pertencemos.

Neste DRS podemos apontar que a tradução ocorrida dentro do processo de concertação do plano teve múltiplos tradutores, com atuações complementares, e alternando-se na condução do processo, de acordo como cada momento exigia. Como não poderia se esperar diferente, num primeiro momento a coordenação coube a representantes da instituição promotora. Sobretudo nos primeiros momentos, para a primeira tradução de todo DRS, como já mencionado, a apresentação do Tríplice Pilar de Sustentabilidade.

A explanação desta base mínima foi feita inicialmente pela gerente da agência que centralizou os esforços de diagnóstico, no bairro Cidade Baixa, e posteriormente também pelo gerente de uma agência da região do centro de Porto Alegre, bairros com grande número de profissionais, e de grande aderência ao plano. Em outros momentos a concertação foi dirigida por nós, seja nas formações que ministramos, ou quando de reuniões de andamento do diagnóstico em que não estavam presentes os gerentes de agência do banco e também em duas formações do DRS para o público dos profissionais beneficiados.

Podemos afirmar que, resolvido o impasse acerca da tentativa de centralização das ações na figura do sindicato, não houve nenhum conflito acerca do papel de quem traduz. Algumas divergências aconteceram, na maior parte, a respeito do *como fazer*, mas o clima de harmonia nos debates prevaleceu. No que tange o identificado como conteúdo opositor, a percepção do grupo como um todo, e da participação de vários profissionais da área durante os encontros, fez com que a possibilidade de uma centralização da tradução, do andamento dos trabalhos, quiçá por Marcelo, que paulatinamente constitui-se como principal liderança, fosse inviabilizada.

Não houve, então, um tradutor. Houve sim vários protagonistas no processo de concertação-tradução, e destaques alternados. Esse ponto merece ser

analisado com maior atenção. Por vezes, lideranças legitimadas podem determinar certo grau de centralização. Invariavelmente, os grupos legitimam tal fenômeno na perspectiva do reconhecimento da efetivamente da condução dos trabalhos, seja de tradução, seja no que tange os benefícios angariados para o grupo a partir da atuação desta liderança.

Isso acontece em organizações das mais variadas, em movimentos sociais e em organismos de economia solidária. A perspectiva de que todos podem traduzir não se contrapõe ao surgimento e a instituição de lideranças, pelo contrário. Tanto que certa centralização é tolerada, e, às vezes, como nas palavras de Simone, em três momentos espaçados no tempo da entrevista, desejada:

Eu não sei as outras cooperativas se não funcionam assim também, porque a gente tem muito esta coisa né, de eleger um, nem que seja um dono... assim figurativo do negócio, pro negócio poder andar né. Porque as pessoas gostam muito de obedecer alguém né(...). As pessoas precisam de alguém para mandar!

Eu tinha o apelido de sargento. Chegou o sargento! O sargento está num pedestal. Era quando eu ficava aqui no pé da escada, que era aqui né, aqui em cima da escada eu botava as mãos na cintura. E aí gente qual é que é o problema? Ta entendendo? Tu imagina tu lidar com oito profissionais que estão sendo formados, mais 10 de manicure, 15 às vezes assim dava cada perrengue que era um deus nos acudo!

A gente tirou o papeleiro da rua. Catadora de latinha. Então eram pessoas bem complicadas da gente lidar, que se tu não tens um pulso firme o negócio pega dum jeito assim que eles se pegam a pau e unha, né (SIMONE, entrevista, 2016).

Por ora fiquemos com a afirmação da necessária legitimação da liderança, mais ou menos centralizadora, por parte do grupo. Todos podem traduzir, de fato todos o fazemos na medida das nossas relações. Mas apenas alguns se tornarão tradutores orgânicos, nos termos de Gramsci, exercendo a função de liderança, inclusive nas traduções.

No caso dos DRSs estas lideranças se constituíram na capacidade de diálogo e conciliação frente à variedade de atores de cada plano; e também no vácuo deixado frente à identificação de um opositor comum e a sua conseqüente exclusão do processo. Foi assim que o Marcelo legitimou sua liderança. Em nenhum

momento percebemos este ator se opondo diretamente ao opositor comum identificado.

Em outras instâncias as lideranças talvez se produzam, como podemos inferir de Touraine, na confrontação ao elemento opositor, já no estabelecimento dos processos de conformação da identidade do grupo – caso dos movimentos sociais. Mas nos DRSs o processo de reconhecimento de lideranças dentro das equipes gestoras dos planos, se mostrou mais conectado à diplomacia do que ao confronto, que por vezes existiu, como nos casos dos DRSs da segunda localidade onde atuamos, e que passamos agora a relatar.

4.2.2 Campo 2 - Caravelas/BA: DRSs de Apicultura e Oleoginosas

Nossa experiência na cidade de Caravelas na Bahia, distante 820 km da capital do Estado – Salvador – se deu entre outubro de 2008 e fevereiro de 2010. Trata-se do fim do segundo governo do Presidente Lula, auge da estratégia DRS. A realidade do município é, até hoje, completamente distinta do primeiro plano abordado. Trata-se de uma região interiorana, apesar de localizada no litoral e que contrasta, dentro de uma realidade fundamentalmente rural, a presença de grandes propriedades e uma agricultura familiar de subsistência.

Caracterizada como o extremo sul da Bahia, a região tem seu centro urbano e econômico na cidade de Teixeira de Freitas, distante 83km da cidade de Caravelas. A população de Caravelas conta hoje com cerca de 24 mil habitantes, sendo 21.414 no momento de nosso campo, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – do ano de 2010.

As principais atividades econômicas são a pecuária, na qual predominam a criação extensiva de bovinos em grandes propriedades e de caprinos em pequenas propriedades; o cultivo de cana de açúcar; o turismo – Caravelas é o porto de referência para a visita ao Parque Nacional Marinho do Arquipélago de Abrolhos, distante cerca de 75km da costa de Caravelas; e a crescente monocultura

do Eucalipto visando à fabricação de papel. No embate ecológico-desenvolvimentista sobre estas duas últimas atividades econômicas se detiveram os principais conflitos percebidos nos dois DRSs intentados na cidade. Foi este o principal elemento identificado na realidade social, e cujas dinâmicas passamos a relatar.

Antes, porém, cabe ressaltar alguns aspectos da história da localidade que também contribui na contextualização da tensão social da região. Caravelas está entre os mais antigos assentamentos do Brasil. Existem relatos de que as primeiras incursões européias datam de 1503, mesmo anteriores a data oficialmente tida como de descoberta do território brasileiro pelos navegadores portugueses de Cabral. Entre os moradores mais velhos registram-se histórias neste sentido.

Não aprofundaremos esta questão senão para, na sua existência, apresentarmos uma pequena caracterização de “orgulho ferido” da população local. Uma dessas histórias, narrada pelos locais em tom de vanglória, dá conta de que a atribuição da descoberta do Brasil em Porto Seguro não seria pela segurança da orla, mas porque lá, não houve a resistência indígena encontrada em Caravelas, e por isso lá os portugueses tiveram o seu porto seguro.

A Vila de Caravelas foi, entretanto, fundada em 1581 e elevada a categoria de cidade ou município somente em 1700. Estórias a parte, percebe-se a relevância estratégica da região da foz do Rio Caravelas, de forma que em 1823 se registrou importante batalha entre a marinha portuguesa e as forças independentistas brasileiras. Importante entreposto comercial durante os séculos XVII e XVIII, o município teve seu auge no fim do século XIX com a implantação da Estrada de Ferro Bahia-Minas que ligava a cidade mineira de Araçuaí no vale do Jequitinhonha (Nordeste de Minas) a Ponta de Areia, localidade de Caravelas situada entre a sede administrativa do município e a barra do Rio Caravelas. A história desta ferrovia foi inspiração para a música de Milton Gonçalves que leva o nome do seu destino final – Ponta de Areia.

Com a desativação da ferrovia a cidade entrou em decadência. E talvez daí provenha alguns sentimentos de baixa autoestima da população, que passou a perceber o crescimento de municípios vizinhos e a perda do *status* de referência regional – o orgulho ferido.

A cidade também possui uma comunidade quilombola ainda em processo de reconhecimento, a comunidade da Volta Miúda, localizada numa região ambicionada pela cultura do eucalipto, e distante alguns quilômetros do seu centro urbano. Apesar de citadas, estas características sócio-históricas e culturais, certamente ricas de serem exploradas e aprofundadas quiçá em outros estudos sobre Traduções, não configuram nosso foco.

Não nos caberia aqui, por exemplo, adentrar nos processos de Tradução e caracterização desta cultura quilombola, exceto pela observação de que a abordagem da questão quilombola, bem como do resgate das culturas ribeirinhas, eram igualmente tensionadas pelo embate de fundo, adiante caracterizado. Nossa perspectiva neste estudo visa à tradução dentro de um *campo* predominantemente econômico, do trabalho e do *espaço-tempo-estrutural* da produção, de forma alguma negando outras contradições, mas focado nestas.

Apresentado o contexto territorial e introduzidos alguns elementos históricos, passamos a detalhar as forças que compõem a sociedade civil local. Fazemos isso aglomerando os atores em pólos que se revelaram antagônicos e em constante tensão face à questão ecológica colocada em termos de duas distintas visões de desenvolvimento. Essa tensão pode ser descrita como o problema central dos DRSs e da vida social da cidade; pode também ser colocada como o embate entre dois blocos sociais, ou históricos nos termos de Gramsci.

Um deles composto pela mobilização de parte da população, particular e economicamente envolvida com o extrativismo e a pesca, e também composta por atores envolvidos em projetos de educação inclusiva diversos, todos, de alguma forma, ligados a dois organismos ambientalistas lotados na cidade: a ONG Instituto Baleia Jubarte, ligado a pesquisa da espécie e da preservação da vida marinha do

arquipélago dos Abrolhos, entre outros projetos; e a OSCIP Associação de Estudos Costeiros e Marinhos dos Abrolhos – ECOMAR, focada, entre outros projetos, na preservação do peixe Mero através do projeto Meros do Brasil, que existe em seis estados da federação.

Do outro lado podemos agrupar uma gama de atores aglutinados por um a fim de perspectiva de desenvolvimento, em parte constituída visivelmente por oposição à lógica preservacionista dos “forasteiros” – termo pejorativo utilizado para se referir aos “ambientalistas”, mas não só a estes. Este grupo pode ser caracterizado como conectado a atividades econômicas diversas que não ligadas diretamente a(s) causa(s) preservacionistas e as duas ONGs referidas, embora atores do setor hoteleiro e que se beneficiam do turismo ligado a Abrolhos também se associem neste pólo.

Esse grupo é capitaneado por lideranças políticas tradicionais oriundas do setor agropecuário e, em especial, conectadas diretamente com a atividade de cultivo de eucaliptos e sua cadeia produtiva. Tenha-se claro que não se trata de um número ínfimo de pessoas, sem representatividade eleitoral, por exemplo. Trata-se de um grande número de pessoas. Provavelmente menor do que o número de pessoas que se beneficiaria de um DRS sobre pesca, por exemplo. Hipótese que chegou a mesa da escolha da atividade produtiva, mas foi abandonada. O fato é que o segmento do cultivo de eucaliptos era visto como gerador de trabalho, o que conferia legitimidade ao grupo que o defendia, até então diretivo da política local.

As duas maiores ONGs do município atuam fortemente na área da educação ambiental. Além disso, muitos dos biólogos acabam por trabalhar no sistema formal de ensino, atuando não só no ensino de biologia ou ciências, como seria de se esperar, mas como professores de português e matemática, tamanha a carência de pessoas capacitadas; com o que não concordam muitos moradores. Foi comum ouvimos em algumas oportunidades falas como “esses forasteiros vem aqui roubar os nossos trabalhos”.

Há mais tempo instalada na cidade, o Instituto Baleia Jubarte goza de uma maior ‘aceitação’, proporcional a sua maior força ou capital social. Seja fruto do maior tempo na localidade, do volume de recursos que aglutina e coloca na economia local, mesmo pelo número de pesquisadores, bem maior do que o da ECOMAR; seja pela força institucional dos parceiros de sua rede, com ramificações internacionais e com fortes conexões com o Ministério do Meio Ambiente, esse fato é consenso: “Ninguém em Caravelas mexe com o Jubarte” – ouvia-se nas ruas.

Já a ECOMAR é uma agremiação de menor porte, mas igualmente bem estruturada. Seu trabalho principal é o de preservação da espécie de peixe Mero. Peixe de grande porte, o Mero chega a viver 40 anos e a atingir até 2 metros de comprimento. Habitante de Abrolhos, os Meros sobem a foz do rio Caravelas para reprodução e é neste movimento que se tornam frágeis. Por este motivo esta ONG realiza importante trabalho de conscientização junto às comunidades ribeirinhas ao longo do rio Caravelas. Tivemos a oportunidade de visitar duas destas comunidades e de participar de uma festa, onde se aludiam histórias fantasmagóricas de peixes gigantes devoradores de bebês. O folclore destas comunidades é muito rico.

Do outro lado, no outro bloco, passível de caracterização como tradicional, temos as figuras predominantes da política local. Não há organismos da esfera civil caracterizáveis, excetuando-se o Sindicato Rural. Esta entidade, na figura de seu representante, embora identificável no bloco tradicional da cidade, é relevante de ser problematizada, conforme veremos, a partir de sua participação no DRS.

Nosso primeiro contato com o DRS na cidade se deu numa reunião da equipe gestora do plano de Apicultura já no final da fase de Diagnóstico e, por conseguinte, posterior ao processo de formação da base mínima do tríplice pilar de sustentabilidade. Nossa primeira impressão foi de um grupo harmonioso e focado, sobretudo preocupado no correto diagnóstico e já na organização das ações necessárias ao cumprimento dos objetivos vislumbrados, em especial o de aquisição de um equipamento de beneficiamento do mel para a Associação dos Apicultores do Extremo Sul da Bahia – APIEXSU, localizada em Teixeira de Freitas, com

financiamento da Fundação Banco do Brasil – FBB. Ao que apresentamos uma fala de Rosane, assessora para o DRS da FBB:

Exatamente. Os benefícios são sempre vistos como benefícios financeiros. Né. Tanto que a tônica dos projetos do DRS são tudo compra, a maioria, quase a totalidade é de bens... Construção, aquisição de equipamentos, caminhões, casas de agroindústrias, então o fator de adquirir o bem passa por cima das outras coisas (ROSANE, entrevista, 2016).

O perfil dos apicultores em Caravelas se revelou similar ao dos produtores de outras regiões do país. Em sua maioria composta por pequenos proprietários que produzem o mel de forma artesanal, muitas vezes com a utilização apenas de mão de obra familiar e como fonte complementar de renda. A apicultura não se constitui na principal fonte de renda de boa parte dos produtores do país (CARVALHO, 2011). Esse perfil foi corroborado com o perfil dos beneficiários de outros DRSs de apicultura espalhados pelo país. Abaixo, dois trechos, de dois DRS de apicultura distintos que confirmam este perfil. O primeiro na região de Araras/SP, e o segundo nos assentamentos da Reforma Agrária no município de Crato/CE:

A cidade de Araras possui tradição na produção de mel. Vários pequenos produtores utilizam a apicultura para o próprio sustento ou como complemento de renda. Até o ano de 2004 os apicultores de Araras em sua maioria processavam o mel de forma familiar, utilizando conhecimentos transmitidos de pai para filho ou por amigos e com pouco emprego de tecnologia. A apicultura regional seguia de forma quase artesanal enfrentando os problemas decorrentes deste processo, ou seja, dificuldades na comercialização, baixo preço pago pelo produto devido à ação dos atravessadores, variações na qualidade do produto, entre outros (CARVALHO, p. 26, 2011).

A atividade principal dos assentados é a agricultura, através do cultivo de frutas, hortaliças e da agricultura de sequeiro e subsistência. A atividade apícola, com a produção de mel e cera complementa a renda desses produtores, que pode chegar até 02 (dois) salários mínimos, porém, o maior percentual está entre os que ganham até ½ salário mínimo. Dos 21 apicultores, 08 (oito) deles exercem outra atividade fora do assentamento, em áreas como a construção civil, comércio, cisternas de placas e secretaria escolar (ALENCAR, p. 40, 2011).

Inicialmente estranhamos a escolha dessa atividade. Mais tarde entenderíamos os motivos da escolha e não de uma atividade ligada à pesca ou ao

mar. No texto introdutório do relatório de Diagnóstico do DRS temos, resumidamente, os motivos elencados para a escolha da atividade. Citamos por não termos participado desta etapa. Os grifos são nossos:

O município de Caravelas apresenta já há muitos anos a exploração da atividade apícola, inicialmente com a produção artesanal do mel, evoluindo para o manejo de colméias e uma crescente melhoria na produtividade, graças sobretudo a atuação de entidades como: CEPLAC, EBDA, SEBRAE, dentre outras, culminando com a criação da APIEXSU (Associação dos Apicultores do Extremo Sul), que recentemente motivou a criação de uma cooperativa. Dentre as características regionais destaca-se a enorme e crescente área cultivada de eucalipto, planta **com excelente potencial apícola**, em decorrência desse **crescente desenvolvimento da monocultura do eucalipto**.

Buscam-se ações para **minimizar os danos socioeconômicos trazidos por essa atividade**, como: desagregação da agricultura familiar, êxodo rural, inviabilização de outras culturas, etc. Dentro desta perspectiva a proposta de atuação do DRS com o desenvolvimento da apicultura vem atender a essa necessidade regional, buscando criar alternativas a esses produtores no desenvolvimento da agricultura familiar, na manutenção dos mesmos no campo, proporcionando dessa forma melhoria na qualidade de vida dessas pessoas.

Com a implementação do projeto **pretende-se investir** na formação profissional desses produtores, **na melhoria da infraestrutura** disponível, com o intuito de aprimorar os meios de produção e beneficiamento do produto, aumentando a quantidade e a qualidade do volume produzido de forma a fazer frente à concorrência e expandir o mercado.

Vislumbramos com o desenvolvimento do projeto um grande potencial de negócios com os produtores rurais, com as instituições parceiras, compradores e fornecedores da cadeia produtiva, bem como a ampliação e **consolidação do relacionamento com as grandes empresas agroflorestais** envolvidas. **Ressalta-se** também a utilização das áreas remanescentes de mata atlântica e do **possível cultivo de essências nativas** com valor apícola (DRS/BB - Caravelas, 2011).

Como vimos a descobrir com o tempo, a escolha dessa atividade produtiva se deveu, também, devido a sua viabilidade e aderência às premissas do DRS, mas, na nossa avaliação, corroborada pelo então representante do sindicato rural no DRS, Sílvio, foi a “escolha possível para fugir da disputa política ligada ao meio ambiente”.

Nos DRSs de Caravelas estava em cheque a dinâmica de desenvolvimento apontada por Santos no espaço-tempo-estrutural da produção –

Maximização do lucro e maximização da degradação da natureza – na perspectiva do tensionamento ambiental-desenvolvimentista na cidade.

Vejamos os grifos ressaltados. No segundo grifo – **minimizar os danos socioeconômicos trazidos por essa atividade** – revela-se a ausência do relato dos possíveis danos ambientais ocasionados pela monocultura do eucalipto. Embora pacíficos nas análises de especialistas, os danos ambientais dessa monocultura são omitidos, enfocando-se os danos socioeconômicos. Esse relato, por si só questionador da monocultura, revela o quão “tensa” era a questão ambiental nos processos do plano, de forma que essa preocupação foi omitida.

Enfocando um dos grifos do primeiro parágrafo – **com excelente potencial apícola** – percebe-se uma afirmação categórica de algo no mínimo questionável: a produtividade apícola de uma monocultura, e, em específico, a do eucalipto. E ainda, nos grifos do último parágrafo, ressalta-se a **consolidação do relacionamento com as grandes empresas agroflorestais**.

Não se trata de criticar o DRS ou a atuação deste ou daquele ator neste plano, nem também de criticar a atuação do Banco do Brasil. O DRS foi de extrema relevância para o desenvolvimento da localidade. Trata-se apenas de apontar a impossibilidade de confrontação com a lógica da monocultura, que não foi possível de afirmar-se como conteúdopositor comum, por exemplo, devido ao tensionamento social principal acerca da questão ambiental.

Segundo nosso entrevistado, os debates iniciais em torno da atividade a ser escolhida para o DRS foram muito intensos. Não presenciamos estes debates, ao que ficamos com a percepção deste ator: “os ambientalistas queriam que o DRS fosse sobre extrativismo. Mas isso não podia, certo?! Havia toda uma disputa em jogo, o projeto da Resex e o projeto das fazendas de camarão”(SILVIO, entrevista, 2016).

De fato, concomitante ao DRS se estabelecia na cidade um grande debate acerca da criação de uma Reserva de Extrativismo ou RESEX na região. As RESEX costeiras visam à preservação dos manguezais e constituem o grande

objetivo de médio e longo prazo dos ambientalistas. No caso de Caravelas, esse manejo sustentável representava grande risco aos interesses da monocultura do eucalipto, na medida em que o porto de escoamento da madeira de toda a região do sul da Bahia era em Caravelas, e no fato de que a sua criação poderia aglutinar forças ou capitais sociais, culturais e políticos, contra a presença do embarcadouro, visto que o mesmo necessita de constante processo de dragagem do leito do rio, o que representa grande risco para a saúde do mangue, base da vida em Abrolhos.

Em oposição a RESEX se estabeleceu, com o apoio sublimado do setor madeireiro, um plano de criação de fazendas de camarão, também danoso ao meio ambiente, mas conciliável com a circulação das barcaças de transporte de madeira. O embate central, da monocultura do eucalipto versus a sustentabilidade ambiental deu espaço a um embate entre o cultivo de camarões, com aderência cultural na população, e a RESEX. Os opositores à reserva do Cassuruba, meses depois consumada, conseguiam apoio de parte da população local, já relativamente sensível a questão ambiental, mas convencida de um maior potencial de ganhos econômicos no cultivo do camarão. O econômico prevalecia.

Neste ponto apresentamos outro elemento para a caracterização das dificuldades do DRS. Existiu na cidade uma cooperativa de pescadores relativamente bem estruturada, com sede própria, já completamente abandonada no período que lá estivemos, com um frigorífico de grande porte para a conservação do pescado. Sem aprofundar a história, a cooperativa faliu, com suspeitas de desvios de fundos, deixando muitos pescadores endividados.

Em seu lugar emergiu uma empresa frigorífica de propriedade de um ex-presidente da cooperativa, político influente no momento da pesquisa, que atuava no fornecimento de gelo e no atravessamento do pescado. O relevante é certo legado de desconfiança com relação a iniciativas associativistas por parte das comunidades de pescadores, sobretudo. Isto também ajuda a explicar a preferência de muitos pescadores pela possibilidade de desenvolvimento de fazendas individuais de cultivo de camarão frente à RESEX, cujo projeto pressupunha o desenvolvimento de uma associação ou cooperativa.

Cabe ressaltar também que a cadeia produtiva do papel, além de ser a principal fonte de renda de boa parte dos grandes proprietários de terra, era responsável por um percentual grande da arrecadação de impostos da prefeitura. A Aracruz e a cadeia madeireira do papel como um todo também era a geradora da grande maioria de empregos formais, seja no embarcadouro, seja nas propriedades, no cultivo e no corte da madeira, e ainda no transporte das toras, por toda a região; nisto excluindo-se os servidores públicos e outros profissionais contratados para os serviços públicos como a saúde e a educação. Por mais de uma vez presenciamos os meninos brincarem nas ruas com pedaços de madeira simulando a condução de bi-trens de transporte de madeira. A atividade compunha o imaginário infantil.

Por tudo isso, podemos afirmar que a escolha da Apicultura como atividade produtiva se deveu ao fato de que não foi possível de se confrontar, nem mesmo formar um consenso, sobre o que seria o elemento de oposição comum que aglutinaria o maior número de beneficiários na localidade, envolvendo a pesca e o extrativismo. A lógica apontada por Santos no espaço da produção prevaleceu, em síntese por não ser identificada como tal. Prevaleceu, de certa forma, a lógica desenvolvimentista frente à preocupação ambiental, no âmbito do DRS, na medida da escolha pela realização da atividade possível de ser “concertada”.

No entanto, podemos afirmar que, mesmo diante desta aparente derrota, os atores vinculados ao bloco da sustentabilidade acumularam capital social, cultural e mesmo de tradução, durante as discussões prévias à escolha da atividade apícola. Pode-se supor, sem presunção, que essas discussões prévias contribuíram para o fortalecimento da luta pela criação da Resex. Certamente contribuíram também para um acúmulo de capital de tradução para o trato da questão ambiental conecta as necessidades econômicas da população, para o desvelar de interesses e para as traduções para o todo da sociedade caravelense.

Em 5 de junho de 2009, com a visita, que presenciamos, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à cidade, foi criada a RESEX do Cassuruba, reserva extrativista que deu fim aos planos de cultivo intensivo de camarão na localidade. A primeira visita de um Presidente da República parou a cidade e foi motivo de

assunto por muito tempo. No discurso de lançamento da RESEX, ocorrido em Ponta da Areia, onde outrora funcionou a estação ferroviária que representou o ápice da cidade, o Prefeito recém eleito enalteceu a importância do ato, da sustentabilidade ambiental, mas aproveitou para destacar a necessidade de desenvolvimento da região. O capital político acumulado pelo prefeito nesse discurso, elogiado, foi assunto de “resenha” também por muito tempo.

Voltando ao DRS de apicultura, o mesmo se desenvolveu com regularidade. Até onde acompanhamos, o plano tinha obtido sucesso na maioria das ações e objetivos pensados, sobretudo no âmbito da formação técnica. O objetivo principal, da aquisição de um equipamento de beneficiamento do mel, ainda não fora atingido, mas estava em vias de. As experiências com a atividade de Apicultura estiveram entre as iniciativas de DRS com maior sucesso no país. Tanto que motivaram a criação de um caderno específico para o seu desenvolvimento. Fato que também contribuiu para a escolha desta atividade produtiva, uma vez relatados os demais motivos acima.

Com o desenvolvimento do plano, um ator específico chamou a nossa atenção. Longe de exercer o protagonismo de Marcelo presenciado no DRS de Porto Alegre, o representante do Sindicato Rural de Caravelas se mostrou, ou melhor, nas suas palavras, “se formou, por necessidade, capaz de dialogar com os dois lados”. Essa liderança se afirmou, na nossa percepção, na incorporação da metodologia DRS, sobretudo da idéia de concertação, e na interlocução para a criação de outros DRSs na localidade.

Convencido das oportunidades oferecidas pela metodologia, Silvio identificou em experiências de DRSs em outras regiões do país a possibilidade de desenvolvimento de outros planos de DRS em Caravelas. Acompanhamos a tentativa de criação de um DRS de ovinocaprino cultura do leite, que não evoluiu; e dos primeiros movimentos do plano de cultivo de oleginosas para a produção de biodiesel. O DRS de Ovinocaprino cultura também está entre aqueles que, dado o sucesso percebido, levou a que a instituição construísse um caderno DRS específico

para a atividade, assim como para a apicultura, para o cultivo de oleoginosas e para a área de reciclagem que veremos adiante.

O cultivo de oleoginosas fazia parte do Plano Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB – lançado em 06 de dezembro de 2004 por um decreto presidencial que instituiu também o “Selo Combustível Social”(VIEIRA, 2011), e era incentivado pela Direção da instituição em Brasília e pelas Superintendências Estaduais pelo país. Em cada região do país o projeto se centrava na produção de biodiesel a partir de diferentes fontes. Em Goiás, nos estados do Mato Grosso do Sul e no Mato Grosso, no cultivo da soja, por razões óbvias.

O Selo Combustível Social visava especificamente à produção por pequenos agricultores. As propriedades e a produção seriam certificadas, recebendo assim benefícios fiscais e incentivos para a produção. O projeto integrava uma perspectiva transversal de desenvolvimento da produção de Biodiesel com o incentivo a agricultura familiar e a economia solidária(VIEIRA, 2011). Na região Nordeste do país os cultivos preferidos para a estratégia eram da Mamona e do Girassol.

Em Caravelas o planejado foi o cultivo de Girassóis, mesmo devido ao sucesso reconhecido no DRS de apicultura. Eles seriam complementares. O DRS de oleoginosas evoluiu até o início da fase de implementação – finalizada a elaboração do Plano de Negócios. Mas acabou naufragando depois, talvez pela crise internacional de 2010, na medida em que o intento de desenvolvimento da cadeia produtiva do Biodiesel perdeu força no país. O fato relevante foi que, muito pela atuação deste ator específico, por sua capacidade de articulação política, de diplomacia, de concertação ou tradução, pela primeira vez, o que não acontecia desde a escolha da atividade produtiva do primeiro DRS, os atores *tradicionais* da cidade sentaram à mesa e ouviram os agentes ambientais das ONGs no sentido de como implementar o cultivo de oleoginosas – atividade tida como ambientalmente correta por estes últimos. Indagado especificamente sobre isso, nosso entrevistado afirmou:

concertação não pode se dar com conflito, se tem conflito não pode ser concertado, tem que ter flexibilidade. Daí eu percebi que não ida adiantar uma disputa de quem estava mais certo. Que a preservação ambiental acima do econômico não vingaria aqui e que eu precisava achar uma solução que colocasse o econômico primeiro mas também o ambientalmente correto (SILVIO, entrevista, 2016).

Esta fala e suas demais percepções nos ajudaram na construção de uma reflexão que será aprofundada no capítulo final, de fechamento desta tese. A ideia é que, sendo o econômico prioritário na vida das pessoas comuns, para as pessoas comuns, em geral, fugindo de qualquer valoração pejorativa disso como egoísmo ou individualismo; se a sobrevivência vem primeiro, para a ampla maioria das pessoas, se é o primeira prioridade entre as necessidades humanas, este pode ser um elemento, um recurso, um fio condutor comum último para a realização de traduções que se apresentarem problemáticas.

Neste DRS específico, se verificou a importância da primeira tradução, de uma base mínima para o entendimento. Uma vez que esta não acontece, como não aconteceu, o conflito prevalece. Verificou-se também, em relação ao tratado acima, que pode ser igualmente útil a identificação de algum elemento de oposição em comum para que as traduções aconteçam. Se no caso de Porto Alegre, conjuntamente a uma boa base comum, tivemos também um elemento de oposição em comum; em Caravelas não houve nem a possibilidade da primeira, nem a identificação ou força para estabelecer a identificação do segundo.

Isso nos levará a uma reflexão de fundo que requer fôlego e não será certamente esgotada nesta tese, não sendo seu objetivo. De que, na mesma medida que na tradução entre movimentos emancipatórios mesmo distintos se evidencia, a priori, uma maior facilidade; na perspectiva de se pensar a tradução, procedimento que Santos aponta como a alternativa as meta-narrativas, no âmbito da totalidade de uma sociedade e mesmo de uma comunidade, isso pode ser bastante complicado sem um elemento comum. E que, nessas ausências, normalmente prevalecerá o hegemônico.

Que mesmo entre grupos ou movimentos emancipatórios, seja de um mesmo par de relações de opressão ou não, discutir o econômico, entendido como a satisfação de necessidades mais ou menos básicas, em cada situação, pode ser um fator de facilitação das traduções.

Isso nos leva a duas perspectivas, adiante aprofundadas. A primeira de que metodologias tipo a de DRS, que objetivem o desenvolvimento que, em última análise, seja entendido como a melhoria na qualidade de vida da população; que metodologias de tradução que apliquem ou busquem a criação de organismos de economia solidária, nas suas mais variadas formas de organização e associação, podem ajudar nas traduções. Que alguns conflitos, os possíveis, podem ser dirimidos na busca prática de ganhos de qualidade de vida. Que, sobretudo, isso não pode ser desconsiderado ou colocado em segundo plano sob o argumento de que todas as lutas tem a mesma relevância, ou tem a mesma relevância que a satisfação das necessidades, ou de quaisquer premissas ideológicas ou epistêmicas de pluralidade.

A segunda, de que ao objetivar-se outro mundo possível, e entendendo-o na melhoria da qualidade de vida da população mais pobre, a questão de uma, ou de outras economias, pode ser justamente o elemento capaz de possibilitar a elevação das traduções para uma escala ampliada. Que as diferentes lutas contra a opressão não precisam prescindir de uma luta maior contra a pobreza. E que, em determinados momentos, devem mesmo ser postas em segundo plano frente a diferentes conformações dos blocos históricos emancipatórios ou contra hegemônicos, frente à utilidade de se fazê-lo em face da instauração do econômico como primordial.

A questão do bloco histórico se evidencia de forma muito representativa neste Campo. Mesmo que não se tenha desenvolvido o DRS considerado ideal pelo campo progressista de Caravelas, dada a confrontação de forças locais no período, pelos blocos políticos, a causa da RESEX acumulou capital. Todavia, somente se instituiu com a força do governo federal. Ou seja, localmente não se teve poder para

operar da melhor forma mesmo uma política indireta federal – o DRS do BB, para as reais finalidades de criação desta.

O fato é que, numa dada localidade, foi preciso que o Estado se impusesse. Cabe uma inflexão sobre a viabilidade das lutas emancipatórias sem a conquista do poder do Estado. O local, o território e o microcosmo social pode, muitas vezes, não deter as forças necessárias para atingir seus objetivos. A sociedade política nacional se impôs a contento dos interesses emancipatórios locais quando a sociedade civil local não teve forças para fazê-lo. Em muitos casos será necessário que assim o seja. Voltaremos a esta questão adiante no trato da tipificação das formas aplicáveis aos Trabalhos de Tradução. Por ora, tratemos de nosso último campo – o DRS de Reciclagem do município de Canoas.

4.2.3 Campo 3 - DRS de Reciclagem de Canoas/RS

O terceiro e último campo em que mergulhamos na nossa experiência no objeto empírico do DRS foi na nossa cidade natal. Canoas é a maior cidade da região metropolitana de Porto Alegre, e é limítrofe da capital gaúcha. Segundo maior PIB do estado do Rio Grande do Sul e terceiro da Região Sul do Brasil, à frente inclusive da capital catarinense – Florianópolis; a cidade é a quarta mais populosa do estado, com uma população estimada em 324 mil habitantes (censo IBGE 2010). Possui ao todo 18 bairros, sendo os três mais populosos: Mathias Velho, Guajuviras e Niterói.

Citamos este dado, pois residimos no bairro Niterói e muito antes do período diretamente ligado ao DRS da Reciclagem, entre outubro de 2009 e fevereiro de 2012, já possuíamos contato com os movimentos de Reciclagem dos bairros Guajuviras e Mathias Velho, justamente os dois pólos centrais da atividade – mesmo por sua grande população – dada nossa formação e experiência em cooperativismo.

Através de nossa relação e nosso vínculo de amizade com o entrevistado Flávio, filho da também entrevistada Beatriz, certamente a maior liderança do setor na cidade, tivemos a oportunidade de conhecer as cooperativas da cidade, mesmo antes de iniciado este doutorado. Detalharemos estes personagens à frente na medida da descrição da história da reciclagem no município.

O bairro Niterói também congrega uma associação de reciclagem. Podemos afirmar nesses relatos iniciais nosso conhecimento geográfico e cultural do campo. Não pretendemos aqui dar conta da história do movimento da reciclagem de resíduos na cidade. Não é nosso objeto. Todavia, cabe descrever rapidamente o processo anterior de mobilização do setor para dar conta do ambiente em que se estabeleceram as relações de concertação dentro do DRS de Reciclagem do município.

Canoas foi durante muito tempo conhecida como cidade dormitório de Porto Alegre. Na verdade, até hoje parte de sua expansão se deve ao esgotamento da área habitável da capital, a proximidade a esta, e o custo sensivelmente menor das habitações na mesma relação. Entretanto, a partir da segunda metade da década de 70 a cidade teve uma explosão de crescimento demográfica e econômica. Essa relação de crescimentos teve conseqüências bem conhecidas e comuns da realidade brasileira deste período – o déficit habitacional e o crescimento desordenado – entre elas.

Delimitado em parte pela área da Base Aérea de Canoas, o bairro Niterói desenvolveu-se de forma relativamente mais organizada, enquanto que os outros dois bairros desenvolveram-se sem os devidos planejamentos, a partir de ocupações de áreas até então rurais e, especificamente no caso da Guajuviras, da ocupação de um grande condomínio habitacional de blocos de apartamentos e casas, no final da década dos oitenta.

A ocupação da área rural que originou o bairro Mathias Velho foi se dando gradualmente. Já a da área da Fazenda Guajuviras teve um marco e foi notícia nacionalmente, sendo uma das principais ocupações urbanas da história do sul do

Brasil. Abaixo a notícia publicada no site clicRBS em 17 de abril de 2013 em lembrança ao 26º aniversário da ocupação do inacabado Conjunto Habitacional.

Em março de 1987, anunciava-se a desativação do canteiro de obras do Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti, do Projeto Guajuviras. O trabalho era realizado pela construtora Gus Livonius, e foi noticiado que sua paralisação se devia à burocratização para envio de recursos pela Caixa Econômica Federal, Cohab e Secretaria do Trabalho e Ação Social. Começava aí a revolta popular. Milhares de casas abandonadas inacabadas, sem ninguém para morar e nem para se responsabilizar para solucionar o problema. No final de março, o presidente da Cohab/RS visitou o Guajuviras, junto ao prefeito Carlos Giacomazzi. Ele anunciou, então, que em fins de junho seriam entregues 1,2 mil unidades habitacionais aos interessados, junto a três escolas. Mas os problemas do conjunto não terminaram aí. Pelo contrário, eles começaram neste ponto. A demora para a conclusão da obra deixou impacientes as pessoas inscritas para a ocupação. E a impaciência, a irritação e a falta de lugar para se fixar durante a longa espera fizeram com que um grande grupo de pessoas tomasse uma atitude: invadir o Guajuviras, na madrugada da sexta-feira santa, 17 de abril de 1987. Sua resolução também foi impulsionada pela onda de invasões, que já estavam acontecendo em Alvorada, e conseqüentemente, pelo medo de que outras pessoas invadissem primeiro. Lá existiam quase 6 mil moradias - casas e blocos de quatro andares, quatro apartamentos por andar (CLICRBS, 2016).

Detalhamos um pouco desta história para dar a ideia do sentido de pertencimento que se observa na sua população. E o fazemos porque é neste bairro que se tem os registros mais antigos de reciclagem na cidade. Na página seguinte, um quadro com três imagens, melhor visualizadas nos anexos, que mostram alguns aspectos da experiência da ocupação, que não aprofundaremos. Apenas para dar uma idéia da experiência de força de mobilização que se acumulou, quiçá como um capital, como uma cultura, dentro da localidade: 1) notícia do jornal Zero Hora sobre preocupação ambiental com uma foto aérea; 2) um exemplar do “boletim da ocupação” e 3) uma foto de uma assembléia, todas da época da ocupação:

Quadro 3: Imagens de Época do Guajuviras (historiaguajuviras.blogspot.com.br)



Não encontrando em Bourdieu referência direta ao acúmulo de capital por uma comunidade, passamos a apresentar a primeira e principal personagem do segmento da reciclagem em Canoas, Beatriz, que participou ativamente do processo de ocupação do Guajuviras em 1987. Beatriz é a grande liderança da reciclagem em Canoas e uma dos seus expoentes no Rio Grande do Sul, tendo sido Presidente da entidade que aglutina os recicladores no estado no ano de 2006.

Segundo Beatriz, o início das atividades de reciclagem na Guajuviras remonta de antes mesmo da ocupação em 1987, quando ali, na área da grande Fazenda Guajuviras, em parte da qual foi erguido o referido conjunto habitacional, se localizava também o aterro sanitário ou “lixão” da cidade. Existem relatos de grupos de catadores atuando no lixão de Canoas desde 1976. Entretanto, foi após as ocupações – ressalta-se que foram várias, pois após a ocupação do conjunto habitacional o bairro se expandiu por uma área muito maior – que com o aumento da população e a precariedade dos serviços públicos, incluindo o saneamento e a coleta de resíduos, a questão do lixo passou a ser um problema e a necessidade de certa organização se impôs. Inicialmente, segundo nossa entrevistada, a população se juntou para “fazer a limpeza mesmo”.

Existiam, então, dois processos e dois grupos distintos atuando na reciclagem, os que trabalhavam e sobreviviam do e no lixão – local onde ainda hoje funciona o terminal de transbordo de resíduos orgânicos da cidade; e os moradores do bairro. Dois grupos em parte com perfis diferentes, mas que se combinavam uma vez que os catadores que atuavam no lixão vieram também por ocupar e se instalar na periferia das demais ocupações.

Em 2001 nascia no bairro a primeira associação dos catadores – vinculada aqueles que atuavam junto ao lixão. Em 2011 essa associação se transformou em cooperativa – a cooperativa Renascer. Todavia, segundo Flávio, confirmado por sua mãe Beatriz, a organização pioneira na área na cidade foi a Associação dos Carroceiros, lotada no Bairro Mathias Velho, que data de 1983, a frente apresentada.

Militante contumaz do movimento de reciclagem, Beatriz foi co-fundadora no ano de 1999 da outra cooperativa existente no bairro Guajuviras, a Cooperativa de Reciclagem de Lixo Amigas Solidárias – COOARLAS. A origem deste grupo, como relatado no parágrafo anterior, se deu com o intuito de limpar, de recolher o lixo no bairro que até então não dispunha de serviços públicos estruturados, entre os quais a coleta de lixo. A Cooperativa Renascer nasce a partir do grupo pioneiro que

atuava no aterro sanitário da cidade. A COOARLAS surge da organização do processo iniciado com a preocupação ambiental.

Segundo Beatriz, a atividade dos grupos de reciclagem de Canoas já estava num grau considerável de organização mesmo antes do DRS ser implementado no município. Todavia os principais avanços coincidem com o período da estratégia nacional, determinado pela chegada do Partido dos Trabalhadores a Presidência da República a partir de janeiro de 2003. Nas palavras de Beatriz:

Ah, eu acho que começou bem antes deste governo mesmo fazer o DRS, a gente já se mobilizava com entidades... Assim, dentro de Canoas, pra que a gente somasse forças, entendeu. Tivéssemos uma empoderação daquilo que realmente faz a sociedade que é de juntar todas as forças, ah... políticas, as forças da reciclagem, dos movimentos sociais, de todos os ângulos pra que a gente pudesse se organizar... então a gente discutia essa parte política de Canoas, entendeu. Não política partidária, mas a política social, dentro da própria comunidade (BEATRIZ, entrevista, 2016).

Não se pode determinar que a demora da implantação da estratégia DRS em Canoas seja devida a que o governo municipal instalado na cidade no período fosse justamente do partido político antagônico ao PT – o PSDB – todavia, alguns elementos devem ser apontados, Cabe destacar que a estratégia DRS se desenvolveu inicialmente nas regiões norte e nordeste principalmente. Toda forma, a reflexão acerca dos blocos políticos instalados local e nacionalmente nos parecem relevantes de ser abordada. No contexto local, no ano de 2001 assume a prefeitura da cidade o PSDB, sendo reeleito no pleito seguinte

Beatriz relata, em diferentes passagens de nossa entrevista, a dificuldade histórica de trânsito junto ao poder público municipal. Conta, em verdade, que nunca houve um apoio por parte do poder público, que todas as conquistas dos recicladores foram oriundas de muita luta e mobilização. Relata que não existia respeito para com eles, mas sim preconceito e discriminação. Em um destes trechos, relembra um episódio onde foi pedir ajuda de um vereador do município, ligado ao prefeito, para garantir a reserva dos materiais recicláveis para os recicladores, visto que havia um problema em uma das cooperativas e, segundo

Beatriz, a prefeitura estava tentando se valer disso para destinar os resíduos recicláveis para uma empresa:

Aí eu liguei pro Ivo, porque ele era uma autoridade como vereador dentro do (bairro na referida cooperativa). E como a população do bairro tinha colocado ele como vereador, era um dever dele ver. Sabe o que ele me disse? Que eu não tinha nada que ver. Que eu cuidasse do meu galpão, que lá não era pra mim me meter. Isso que nós se reuniamos quatro galpões já. Aí eu peguei e dei no meio dele, que eles não iam repassar o material pra nenhuma empresa (BEATRIZ, entrevista, 2016).

Beatriz também relata, em outro trecho, que foi procurada por uma grande empresa da cidade, no ano de 2008, que queria que ela assumisse a reciclagem do material oriundo desta empresa e até então destinado a outro galpão, que também tinha problemas. Omitimos a identificação da cooperativa por razões de preservação.

Porque a (bairro da cidade), a (entidade do bairro) pegava o material lá na (empresa) e já botava no caminhão e já vendia e era desviado o dinheiro. A própria direção desviava. E isso dito pelo dirigente da (empresa). Isso em 2008. Aí eu disse assim pra ele, vou te dizer uma coisa, como hoje nós trabalhamos as quatro entidades juntas, eu não vou pegar. Porque hoje uma colega minha não é uma concorrente minha que pega o lixo de vocês, quem pega é os companheiros de reciclagem, eu não vou aceitar. Disse pra eles. E ele, e o cara foi bem franco comigo, se tu não vai receber o material, então nós vamos repassar para outra... vamos vender, vamos fazer outra coisa. Pra eles era importante eles repassarem para nós porque era uma parte social que eles estão fazendo... mas que a empresa não podia ser vinculada a algo assim suspeito (BEATRIZ, entrevista, 2016).

O fato é que, mais ou menos nesse período, se avizinhava um retrocesso relevante para o setor na cidade. Não se trata de insinuar que forças econômicas se movimentaram para destruir o movimento da reciclagem utilizando-se de alguns de seus membros e de processos criminosos. Apenas de apontar que, num momento em que a reciclagem já se mostrava um negócio economicamente rentável, houve a tentativa de utilização de acontecimentos para o questionamento da reserva dos resíduos para os galpões. E que este processo ocorrido no ano eleitoral de 2008, teve repercussões no engajamento dos recicladores na campanha a prefeitura e dentro do DRS.

Passadas as eleições, no trecho logo abaixo, Beatriz relata uma conversa ocorrida logo no início de 2009, com um político ligado ao prefeito Jairo Jorge do PT, recém empossado. Nesta fala os relatos de discriminação das administrações anteriores referidas acima e as demandas do setor.

O (político) veio aqui. Ele não era secretário ainda, e ele veio aqui apresentar a proposta. Ele seria o secretário. Veio com outro secretário. E eu disse assim pra ele, bom hoje é um novo governo pararáparará né. É um novo governo, nós viemos sofrendo há oito, dez anos num governo que não nos apoia, que nós somos discriminados, temos uma dificuldade muito grande, mas... então hoje nós queremos assim ó, autonomia. Uma autonomia de dizer assim ó que nós somos os donos dos nossos galpões e que nós queremos uma unidade dentro das nossas reciclagens. Queremos que o senhor também coloque alguém como secretário do meio ambiente, alguém que realmente possa nos apoiar e não ficar nos (gaguejo) criticando. E queremos também que o senhor bote um diretor de resíduos sólidos também que seja... seja apoiador (gaguejo) de nós. Porque nós estamos lotados e presos na secretaria do meio ambiente. E fazem parte do meio ambiente as reciclagens (BEATRIZ, entrevista, 2016).

Voltemos um pouco no tempo para dar conta das demais organizações da cidade. Falemos agora do bairro Mathias Velho e da história da organização pioneira na reciclagem em Canoas. Apresentamos nosso outro entrevistado, Flávio, que dirige administrativamente a Cooperativa do bairro Mathias Velho – a COOPCAMATE – desde 2007. Flávio chegou à reciclagem e ao cooperativismo por intermédio de sua mãe. Este personagem, diferentemente de sua mãe que se fez liderança na e pela militância, se tornou coordenador pelos laços e capital social familiar acumulado na relação com a atividade. Seu outro irmão, Eduardo, também já foi dirigente de outra Cooperativa da Cidade, localizada no bairro Mato Grande, próximo do setor mais industrial da cidade.

Esta quarta cooperativa em atividade na cidade atualmente, a Cooperativa de Reciclagem União Faz a Força – COOPERMAG – também se originou no formato de associação como Associação de Triagem e Reciclagem Mato Grande, no ano de 2002. Percebe-se a coincidência do mesmo processo de evolução no formato institucional nestas três entidades, bastante característico e até

recomendável, embora não obrigatório, no campo da Reciclagem no Brasil e da Economia Solidária como um todo.

Beatriz relata que ajudou a estruturar este grupo e que neste local foi erguida a primeira estrutura de galpão de processamento e armazenamento de resíduos sólidos da cidade. Os recursos foram obtidos junto a Fundação Banco do Brasil, em meados de 2002. Como se vê neste ato, não só a atividade já era consideravelmente organizada antes do DRS, como já existia o contato das lideranças locais junto ao Banco do Brasil.

Nossa entrevistada ressalta também a importância do pessoal da Unilasalle para a conquista deste galpão. De forma que a relação da grande maioria das pessoas que viriam a compor a Equipe Gestora do DRS em Canoas já possuía certa harmonia. Esse fator foi determinante mesmo no processo de escolha da atividade produtiva a ser escolhida para o incremento da estratégia DRS no município.

Uma vez que o grupo já se conhecia e que a atividade já estava razoavelmente estruturada, é consenso entre nossos entrevistados que o processo de concertação, iniciado o DRS, foi tranquilo. A escolha da atividade produtiva foi assim tranquilamente assentada no triplice pilar de sustentabilidade. A questão do lixo nas grandes cidades é uma das maiores preocupações do poder público no que tange o ambiental; ao tempo em que a estruturação da coleta seletiva por grupos de economia solidária sabidamente resulta em ganhos econômicos e sociais para os participantes. O processo de estabelecimento da *base mínima comum* estava igualmente garantido, mesmo porque no histórico do movimento de reciclagem local estava presente, desde suas origens, também a preocupação ambiental.

Segundo nossos entrevistados, e também segundo os profissionais do banco que atuaram na estratégia localmente e com quem tivemos estreito contato no período que atuamos na agência Canoas, o desenvolvimento das etapas de diagnóstico e do plano de negócios foi harmonioso, quase todo o tempo. Destaca-se também que o engajamento da Unilasalle foi decisivo.

Nos outros dois campos estudados não houve essa presença constante de uma universidade. No DRS de Porto Alegre a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS – chegou a se envolver, a propor e mesmo a estruturar uma graduação na área da beleza, depois abandonada. Mas sua participação se concentrou nesse ponto. O que não se trata de uma crítica, a idéia do DRS era justamente que cada parceiro se debruçasse sobre suas possibilidades de contribuição dentro de sua área de atuação. Coube em Porto Alegre, como já referido, ao SENAC e ao SEBRAE, o protagonismo das ações de formação.

Em Caravelas, houve a participação em uma ou duas reuniões de representantes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB – e da Universidade Estadual da Bahia – UNEB; e menção da Escola Agrotécnica Federal da Bahia que teria um trabalho a respeito da apicultura, assim como algum interesse por parte das faculdades privadas localizadas no pólo regional de Teixeira de Freitas. O fato é que em Canoas, a ação no âmbito da extensão universitária da Unilasalle foi decisiva, mesmo anteriormente ao plano, ajudando no processo de estruturação das associações em cooperativas, e na elaboração de projetos de captação de recursos, como o que culminou com os recursos para o Galpão do Mato Grande.

Como o relatado, acumulados importantes capitais ao longo do desenvolvimento do movimento de reciclagem em Canoas, as lideranças locais e o grupo ou Equipe Gestora pareciam não enfrentar grandes adversidades. Até que uma crise se impôs a partir do segundo semestre de 2008, e mesmo a partir do processo de luta que culminou com vitória da permissão do trabalho para os catadores versus o ameaça de um contrato de coleta de resíduos com uma empresa privada. Quando em 2009 assume em Canoas o primeiro prefeito do PT na cidade outros desafios surgiram no sentido da formalização e profissionalização da coleta seletiva, interligado isso a busca por uma legislação que reservasse para as entidades de economia solidária este serviço. Outros grupos e interesses políticos seguiam articulando contra esse processo.

Para que a legislação viesse a cabo, seria preciso que a Prefeitura pudesse contratar com as entidades. E isso redundava em burocracia. No trato dessas, na busca pela regularização de documentos, certidões e negativas das entidades descobriu-se uma série de problemas internos, e até mesmo suspeitas de desvios de verbas por parte de uma ou duas lideranças. Os processos de regularização eram urgentes. Sem isso a contratação não evoluiria, e já havia, como relatado, outros interesses organizados no sentido de apropriar-se da coleta de resíduos, de material reciclável.

Foi nesse momento que, rapidamente segundo nossos entrevistados, se estabeleceu a necessidade de excluir algumas lideranças. No que relacionamos com nossa construção e hipótese do **conteúdo opositor comum**. Não podemos afirmar que efetivamente houve desvios financeiros, embora nossos entrevistados o afirmem. Mas o fato é que, seja por isso, seja também por não se legitimarem com capacidade de organização e liderança para os desafios que se apresentaram, estas lideranças foram, nas palavras de Flávio, “saídas dos grupos”. Não houve processos nem criminais nem internos para as suas exclusões. Nas palavras de Beatriz, “as pessoas foram se afastando”.

Este processo de substituição de lideranças “aconteceu em três das cinco cooperativas, sendo que uma não conseguiu cumprir com as demandas de organização – caso do grupo de recicladores do bairro Niterói – e acabou de fora dos contratos com a Prefeitura. Ressalta-se, contudo, a solidariedade dos recicladores que, informalmente, incluíram os recicladores de Niterói no processo, ora aceitando-os nos seus galpões, ora, como é hoje, recolhendo o material pela cidade e depositando-o em parte também no Galpão de Niterói.

Nesse processo a identificação de um opositor comum recaiu sobre indivíduos. Perguntado especificamente sobre a utilidade da identificação desta oposição comum, nossos entrevistados, foram unívocos em afirmar que, sempre nos casos particulares, tais identificações serviam para a união dos grupos. Abaixo, um outro trecho da entrevista com Rosângela da FBB, em que ela aborda a questão do opositor comum e da percepção de ganhos na estratégia:

Elas vão passar por cima do opositor. Se elas verem como contra, se elas sentem que vai contra os seus benefícios, vão acabar se unindo contra(...)Quando tu tem um pequeno tirano tu pode ter certeza que o empreendimento é abandonado. O tirano fica sozinho!

Os benefícios são sempre vistos como benefícios financeiros. Né. Tanto que a tônica dos projetos do DRS é tudo compra, a maioria, quase a totalidade é de bens, Construção, aquisição de equipamentos, Galpão de reciclagem, caminhões, casas de agro indústrias, então o fator de adquirir o bem passa por cima das outras coisas (ROSANGELA, entrevista, 2016).

Já no trecho abaixo, Flávio relata a combinação que foi realizada para a garantia das demandas do setor e especificamente a garantia da reserva dos resíduos para os galpões de reciclagem solidários:

Do processo que estava, que tinha se deteriorado. Qual era o processo, não vocês tirem essas pessoas que nós damos credibilidade pra vocês. Isso que foi uma das lutas. Que era destituir os três coordenadores, os três gestores de três cooperativas. Eliminá-los né para o processo poder andar. Porque não teria como o poder público dar esta credibilidade... de novo né. Não adiantava vir os movimentos sociais, no caso a Beatriz, a mãe assumir, dar a palavra dela e continuar os mesmos gestores. Então foi necessário essas peças serem removidas (FLÁVIO, entrevista 2016).

Nossos dois entrevistados do setor de reciclagem foram unânimes em atribuir uma dupla característica a este episódio. A importância da instância de DRS, da mesa composta por diferentes organismos e entidades, de forma a dar força para que os recicladores primeiro reconhecessem e identificassem a necessidade de substituição de algumas lideranças, e depois o fizessem; e para a revitalização do grupo DRS, para a revitalização dos trabalhos, da importância das reuniões, que vinha se perdendo com a conquista, primeiro dos galpões e, sobretudo, após a compra dos caminhões para a coleta. Ao que voltamos novamente à entrevista com Rosangela, da FBB:

Eu te faço a seguinte pergunta: E pra que elas ficariam reunidas em reuniões? E qual seria o objetivo dessa continuação, de continuar, ficar articulando em reuniões pra planejar o que? Se não tem um propósito, então é claro que eu não vou vir mais!

É, o brasileiro ele vive no dia-a-dia na luta, pra poder sobreviver, pra ganhar. E normalmente as pessoas que a gente apoia no DRS, a maioria, são pessoas que ganham o dia-a-dia, são diarista né, são pessoas que tem que trabalhar para sobreviver. O catador se ele não catar ele vai morrer de fome. É um agricultor, se ele não produzir na sua lavoura, ou ser diarista no campo, ele não vai ter o que comer no final do dia. Então, você querer exigir dele uma série de continuidade de reunião que não lhe de retorno financeiro, é cruel pra ele também (ROSANGELA, entrevista, 2016).

Para concluir este capítulo de abordagem dos campos empíricos, façamos um breve resumo do observado. As últimas afirmações acima revelam uma percepção, comum a todos os nossos entrevistados, e com a qual concordamos. Nos três planos, de diferentes maneiras, a perspectiva econômica do tríplice pilar de sustentabilidade – o economicamente viável, mesmo que não expressamente, prevaleceu sobre as demais.

No primeiro caso, numa metrópole regional, essa relativa preponderância se estabeleceu, como se vê mesmo diretamente nas falas dos entrevistados, já no primeiro interesse de aproximação com a estratégia DRS, antes mesmo da sua apresentação. Tratava-se de uma presunção de facilidades no acesso ao crédito.

Posteriormente, após a apresentação da estratégia e do tríplice pilar de sustentabilidade que a compunha, que presenciamos integralmente ao longo de vários meses de oficinas de formação, a própria ausência desta discussão, nos pareceu atestar o mesmo. A ausência de questionamentos também representa, no nosso entender, a aceitação da relevância dos outros dois pilares como num mesmo nível de relevância, abaixo do econômico.

A percepção de um opositor comum, já apresentado no particular do caso e no conceito, que representava um obstáculo ao avanço da estratégia que renderia benefícios coletivos, mas também individuais, representou importante conexão produtiva para o processo, ademais em se tratando, como apresentado, de uma categoria com uma cultura predominantemente autônoma e com baixa experiência associativa.

No segundo campo ou caso, numa cidade de características rurais, onde mesmo a tecnologia da internet era de difícil acesso. Numa cidade praticamente circundada por águas, de uma lado pelo oceano e rodeada por um estuário, factível de ser considerada como uma comunidade – sem adentrar na problematização – onde as relações de familiaridade e mesmo de parentesco são muito constantes, o mesmo interesse pelo econômico acima dos demais pilares se estabeleceu.

Neste caso, com agravantes. Dado o grau e a dinâmica da tensão ambiental-desenvolvimentista o trauma de uma experiência associativa fracassada e outras características socioeconômicas e culturais apresentadas, e um bloco de interesses hegemônicos muito bem articulado, o melhor DRS não foi passível de ser posto em prática. E por melhor DRS entendemos aquele mais condizente com o tríplice pilar de sustentabilidade, contemplado o ambientalmente correto, e onde o maior número de pessoas fosse beneficiado.

A existência não desvelada satisfatoriamente de uma direção hegemônica, e, portanto, da percepção desta direção como “empregadora”; e isso associado a uma tamanha necessidade econômica regional, a uma tal pobreza e carência de recursos, fez com que toda o esforço empregado não fosse capaz de construir uma quantidade de energia que pudesse desvelar a hegemonia política.

Não fosse o capital social das ONGs lotadas na cidade, teria vencido a possibilidade de fazendas de cultivo de camarão e a presunção de emprego ou sub-emprego nestas, ou o longínquo quase vazio de possibilidade de empreender individual nesta atividade, e a dependência de atravessadores. A possibilidade de organização que certamente renderia maiores ganhos e a uma maior quantidade de pessoas, a associação destes, não obteve sucesso frente aos interesses organizados.

Na terceira experiência, da reciclagem, um movimento forte, com homens e, sobretudo, mulheres empoderadas por anos de luta, por moradia, trabalho e dignidade, quase perdem o seu sustento frente a outros interesses organizados. E é na identificação de obstáculos dentro de suas próprias fileiras que voltam a

aglutinar-se em torno da exclusão destes obstáculos que se interpunham a um alcance de estabilidade contratual com a prefeitura, e, portanto, a manutenção de seu trabalho; mas, sobretudo, do sustento financeiro de sua família.

Nos três casos, os participantes dos DRSs sempre melhor se movimentaram, seja em coesão, união, ou em ações propriamente ditas, quando seus interesses econômicos estavam envolvidos. Como nos afirmou Rosangela, que já atuava pela FBB nos programas de incentivo à produção e ao desenvolvimento regional antes do DRS, em várias passagens, dentre elas algumas outras expostas e abaixo:

É preciso parar de idealizar as pessoas, elas querem viver e isso nunca pode ser errado, elas precisam viver!(...)É o mais importante é o economicamente viável. Nada vai pra frente se não tiver o retorno financeiro, né. Morre!

O catador se ele não catar ele vai morrer de fome. É, um agricultor se ele não produzir na sua lavoura, ou ser diarista no campo, ele não vai ter o que comer no final do dia. Então, você quer exigir dele uma série de continuidade de reunião que não lhe de retorno financeiro, é cruel pra ele também. Já cansei de receber quando eu trabalhava na agência, líderes, quilombolas, que tinham ido em congresso na França e chegavam lá no banco e falavam assim, Rosangela você consegue pagar um prato de comida pra mim? Porque tudo que eles pagaram pra mim foi até o aeroporto do Galeão, desde lá eu estou sem comer. Porque eu não tenho recurso. Porque eu parei a quatro dias, cinco dias, pra ir no congresso lá na França, com tudo pago né, com privilégios, mas eu fique quatro dias, pra mim ir lá eu fiquei uma semana sem trabalhar. Eu não tenho como chegar na minha casa. Entendeu? Existe um diferencial.

Se você tem que levar comida para o seu filho amanhã, e você ainda esta estudando, esta capacitando, como é que você vai levar comida pra ele amanhã? Não é uma questão... de... de ambição. É uma questão de necessidade, de sobrevivência! (ROSANGELA, entrevista, 2016).

Há que se registrar, que se tratam de experiências dadas no âmbito de atividades produtivas. E que se organizaram sempre no entorno destas. Mas também há que se registrar que todo tipo de necessidades e dificuldades para o desenvolvimento local eram objeto dos diagnósticos. O próprio instrumento de coleta de dados tinha uma ampla gama de campos e quesitos de preenchimento obrigatórios nos mais diferentes quesitos sociais e culturais, de saúde a educação.

Claro que o fato da instituição promotora ser uma instituição financeira também deve ser levado em conta. Não queremos presumir que todos os processos de tradução terão ou que deveriam ter como perspectiva central a questão econômica. Mas tratamos de e com pessoas comuns. Tratamos com lideranças de pessoas comuns que não tinham causas nem movimentos estruturados, e que não tinham o seu sustento e, portanto, menor ou maior grau de interesse individual subjacente e além dos interesses daqueles que representavam nas reuniões.

Excetuando-se o personagem Marcelo do DRS de Porto Alegre, cujas ambições políticas anteriores ao DRS foram alertadas por um de nossos entrevistados, tratava-se de pessoas comuns, dentre elas vários outros profissionais do setor de beleza de Porto Alegre, e, sobretudo, nos dois outros campos estudados.

Mas então porque não assumir a primazia do econômico entendido como acesso a condições materiais de sobrevivência primeiro – alimentar-se, vestir-se, habitar com dignidade – e depois como as condições materiais de acesso à melhoria da qualidade de vida como acesso ao lazer, diversão e cultura como sendo a prioridade para as pessoas comuns?

Simplesmente pela crença na pluralidade das emancipações? Partilhamos deste entendimento de pluralidade das questões emancipatórias. Mas somos obrigados a afastar qualquer dogma que toda crença tende a tentar estabelecer. Pra nós a desigualdade que fundamentalmente limita é sempre a econômica entendida como de restrição de acessos.

Todas as causas particulares, seja de gênero, étnica ou quais forem, na nossa perspectiva, reafirmada, sobretudo no campo empírico, em última análise, precisam objetivar o acesso às condições e recursos que permitam a superação das relações de dominação em que se inserem. Muitas vezes isso passará por uma estratégia centralizada no antagonismo que lhe define, mas em outras situações essa pode não ser a melhor estratégia. Como visto nos DRSs, a melhor estratégia passa, muitas vezes, pela identificação de um Conteúdo Opositor Comum, e pela

subseqüente centralização de esforços no seu antagonismo. Num antagonismo que seja possível de se estabelecer em comum com aqueles que se deseja articular num dado momento.

Dito isso, encerramos nossa apresentação dos campos de DRS estudados e partimos para a etapa de fechamento deste estudo, onde aprofundaremos algumas questões e apresentaremos nossas conclusões a respeito das traduções dentro do DRS; algumas contribuições para o campo dos estudos das traduções no sentido de como estudá-las e como realizar as traduções; finalizando com algumas questões para estudos futuros.

Para começar, voltemos a problematização sobre o que sejam as traduções. Antes, um último trecho da entrevista com Rosângela, onde se destaca a importância de se atentar as necessidades dos sujeitos de pesquisa, frente, muitas vezes, ao que se deseja da pesquisa.

As vezes a gente não enxerga assim. O banco enxerga que ele está fazendo um grande favor para aquela associação, para aquele grupo de pessoas, e que é normal a contra partida dele de participar das reuniões. Isso faz parte da contrapartida dele né. E esquece que existe todo um processo de vida por trás. Uma coisa é o professor universitário que ganha como professor pra poder trabalhar com aquelas pessoas, uma coisa é você que é agente do DRS que você tem o seu salário né reunindo aquelas pessoas. Aquele é seu trabalho. Faz parte do seu trabalho né. A universidade então ela tem projetos que ela trabalha com isso. Por isso, ela está ali, ela está remunerada. Ele não, ele saiu do trabalho dele pra sentar e debater e conversar, ele não está sendo remunerado para isso não. O remunerado que seria lá no campo, lá no galpão de lixo, tá ficando pra trás. Então é exigindo dele um esforço enorme (ROSANGELA, entrevista, 2016).

CAPITULO 5

PROBLEMATIZANDO A TRADUÇÃO: CONCLUSÕES E CONTRIBUIÇÕES

5.1 A CONCERTAÇÃO NO DRS COMO TRADUÇÃO

A primeira questão que obrigatoriamente precisa ser respondida e pela qual iniciamos este capítulo de fechamento da tese diz respeito à indagação se os processos de concertação dentro do programa DRS podem ser considerados como processos de tradução, nos termos de Santos. Se podem, como temos convicção, cabe ainda a questão de como as observações e as conclusões que fizemos e a que chegamos neste estudo podem contribuir para outros estudos e processos de um possível campo de estudo das traduções que se estabeleça em torno dessas.

Para tanto, precisamos pormenorizar aquilo que pode ser considerado como um processo de tradução. Segundo o autor proponente da ideia, fundamentalmente, a caracterização do que sejam os Trabalhos de Tradução envolve diretamente os seus objetivos. Segundo já apontamos, o objetivo dos Trabalhos de Tradução é criar “inteligibilidade, coerência e articulação” e é “simultaneamente, um trabalho intelectual e um trabalho político”.

Aproximemos as duas afirmações. Ao analisarmos os dois primeiros substantivos da primeira afirmação vemos neles o trabalho intelectual, expressão que abre a segunda sentença numa perspectiva de elaboração para o entendimento, de explicação, de fazer compreender, de comunicação. Da mesma forma, ao aproximarmos a ideia de articulação com a de trabalho político, temos claramente a ideia de objetivo, de um “articular para”. Na sequência deste capítulo as

nomearemos, para facilitar sua diferenciação como “*traduções de*” e “*traduções para*”.

A primeira ideia, das *traduções de* inteligibilidade e de trabalho intelectual pode ser estabelecida como inicial e normalmente condicional da segunda; isto não como uma forma geral, mesmo porque Santos concebe os trabalhos de tradução como a negação de uma teoria geral. Trata-se de fazer-se entender, do traduzir desde distintos *topoi*, de extirpar ruídos de comunicação, em última análise.

Já a segunda, tratando-se de articulação, de *tradução para*, pressupõe articular para algo, que para desenvolver compromisso entre as partes, de forma que estas optem por participar, precisa estabelecer um ou mais objetivos comuns. Aí começam as dificuldades próprias do político; ademais, se entendermos que o político não pode ser abstraído por completo, sejam quais sejam nossos esforços para explicar-nos, ou dos outros para entender-nos, se estabelece um binômio intrincado de comunicação e política.

Nossa pesquisa aponta que, muitas vezes, estabelecer um rumo comum, um objetivo ou um caminho a seguir nem sempre é simples, mesmo quando dentro de um grupo específico, mais ou menos coeso, e reunido para melhorar uma dada situação específica. E mostra que quando grupos diferentes disputam, apontar um rumo e mesmo escolher um objetivo – uma atividade produtiva – será sempre visto como uma disputa de rumos, objetivos e posicionamentos.

Ao que parece, o objetivo maior de Santos é a inteligibilidade entre aqueles que comporiam um mesmo bloco, ou uma constelação política emancipatória. Santos está especialmente preocupado com os movimentos emancipatórios, sejam de gênero, orientação sexual, etnia, religioso, ou quais forem. Seu sujeito maior de preocupação são os movimentos sociais, ou os novos movimentos sociais, nos termos de Touraine.

As disputas entre grupos adversários não são o foco nos processos de tradução em Santos; a necessidade de pensá-las poderia compor, na elaboração de Santos, um engessamento do pensar emancipatório. O autor também pouco aborda

as traduções voltadas à categoria de classes sociais. Consideramos inequívoco que este pensar não é seu objeto.

Ao propor os Trabalhos de Tradução Santos se preocupa em pensar a emancipação, destacadamente, sem deter-se com maior preocupação, diretamente sobre as forças regulatórias. Esse movimento de abandono gradual do pensar sobre a regulação pode ser observado no desenvolvimento de sua obra.

Gradualmente o autor se concentra no pensar das forças emancipatórias de forma a desenvolver as sociologias das ausências e emergências. Dar visibilidade sem necessariamente pensar o confronto com o regulatório. Isso, na nossa percepção, determina a ausência das discussões sobre a função diretiva da hegemonia em Santos.

Acreditamos que, concebidas estas duas formas intrincadas de tradução, uma de inteligibilidade e outra de articulação, os processos de concertação dentro do DRS podem sim ser entendidos como processos de tradução, fundamentalmente do tipo de “*tradução para*”, de política e articulação para o desenvolvimento de uma determinada atividade econômica.

Os processos de concertação se caracterizariam, no âmbito dos grupos gestores locais, como processos políticos de articulações para objetivos, mas também de *tradução de* entendimentos, do aceitar do tríplice pilar de sustentabilidade como uma base comum, como um *topos*, como uma primeira tradução.

Para além do âmbito das Equipes Gestoras, que foram o foco de nosso trabalho, também dentro dos grupos dos beneficiários pelas estratégias existiriam traduções de inteligibilidade, mas também se sobressaindo as *traduções para*. Esse universo igualmente complexo, de possíveis conflitos do grupo frente a diferentes posições das equipes gestoras, certamente é digno e seria necessário de ser abordado em outros estudos.

Os Trabalhos de Tradução dentro do DRS não se deram da mesma forma que aconteceriam entre grupos de diferentes matizes emancipatórios, entre diferentes movimentos sociais, por exemplo, como se imagina ser o farol que ilumina a elaboração do conceito. Mas acreditamos que exatamente aí possa estar à riqueza desta experiência visando contribuir para os estudos de tradução. Acreditamos que a maioria desses estudos está sendo realizada entre diferentes grupos emancipatórios. Em ambientes como o Fórum Social Mundial – FSM – e a Universidade Popular dos Movimentos Sociais – UPMS – proposta fomentada por Santos.

Assim sendo, uma vez que os Trabalhos de Tradução podem ser aplicados a diferentes conformações de perfis de atores, estabelecemos uma tipificação acerca das três formas ou conformações básicas e iniciais que acreditamos possam assumir as traduções. Ao fazer isso, damos ênfase ao tipo em que se inscrevem as traduções particularmente estudadas – dentro dos planos de Desenvolvimento Regional Sustentável desenvolvido como estratégia pelo Banco do Brasil.

5.2 AS TRÊS FORMAS FUNDAMENTAIS DE TRADUÇÃO

Aprofundando um pouco mais a questão acerca do que pode ser entendido como Trabalho de Tradução, propomos após este estudo uma abordagem que estabeleça uma distinção de três diferentes formas fundamentais de tradução, a partir dos sujeitos que comporiam os processos e também com respeito a um entendimento de escala societal destas traduções. Por certo que outras tipificações são possíveis e mesmo devem ser desenvolvidas. No nosso caso, empreendemos esta com o intuito de aproximar e localizar as concertações do DRS no conceito de

Santos e para abordar a questão da direção hegemônica na relação com a proposição heterotópica do mesmo.

Um primeiro tipo ou forma de tradução que se poderia formular é aquele que comporia o tipo ideal imaginado por Santos: traduções entre grupos emancipatórios. Um segundo tipo de traduções seria entre grupos emancipatórios e outros grupos de uma dada comunidade ou territorialidade. Neste agrupamento de traduções, pressupõem-se, em excelência, os planos de DRS investigados e mesmo a própria concepção da estratégia DRS como um todo.

Para além desta diferenciação, imaginamos a necessidade de assunção de uma terceira conformação, instância ou dimensão, de maior amplitude, que comporia as traduções dentro de uma dada sociedade, sendo, portanto, traduções que se estabeleceriam em uma escala maior, e ainda mais complexa. Apresentamos esta instância de tradução embora a mesma não esteja disposta, como veremos, na perspectiva das constelações de Santos.

O fazemos, para dar conta da abordagem e do embate necessário ao discurso diretivo da hegemonia. Em essência, nesta forma de traduções, trata-se da necessidade de relacionar os dois primeiros tipos de processos de tradução: aquele somente entre os grupos emancipatórios, e aquele entre estes e outros grupos sociais; articulando-se os processos necessários, em cada momento e situação, para o embate da função diretiva da hegemonia. Neste terceiro tipo de tradução se abordariam questões como o enfrentamento e o poder midiático versus a força contida nas constelações de saberes.

5.2.1 Traduções Emancipatórias

O que temos a apresentar como contribuição a este tipo de tradução, que se estabelece nas diversas lutas e causas emancipatórias é somente a possibilidade de utilização do percebido a partir de nosso estudo empírico, que não se insere

neste tipo de tradução. Desta forma apresentamos nossas percepções e propomos uma problematização inicial de suas aplicabilidades a este primeiro tipo de tradução.

Em síntese, por emancipatórios, entendemos os esforços orientados a superação dos limites sociais e culturais impostos pelas relações de dominação diversas, e que possibilitam aos indivíduos o desenvolvimento de uma consciência de si, de seus pares e de suas forças.

Tratam-se do conjunto das forças particulares que se agrupam, organizam e se orientam por identidades e identificações diversas, de gênero, etnia, crença etc., visando à correção das desigualdades que os afligem; mas que não mais estabelecem como elemento central e fundante de suas identidades a perspectiva de que sobrevivem de seu trabalho – isto posto em termos de antagonismo a hegemonia – como estabelecido ao longo do corpo desta tese.

Na primeira conformação de traduções, somente entre grupos emancipatórios, se pressuporia, a priori, uma probabilidade menos significativa de conflitos. Dentro desta premissa, a tradução dos *topoi*, a tradução com sentido de inteligibilidade, primeiro entendimento para as Traduções, deveria ser suficiente para permitir o desenvolvimento das traduções de segundo tipo, de “articulação para”. No nosso objeto empírico temos como exemplo deste elemento teórico de tradutibilidade o estabelecimento do tripé de sustentabilidade como topos de **Base Mínima Comum**, ou **BMC**.

Todavia, mesmo nestes processos é provável que se estabeleçam conflitos. Para a superação de eventuais conflitos de BMC que se instaurem neste tipo de traduções, assim como nas demais, o processo poderia se valer, o que apresentamos como a primeira de nossas conclusões nesta tese, quando necessário ou útil, de um **Conteúdo de Oposição Comum – COC**.

O estabelecimento deste conceito/ferramenta não fere a premissa de Santos de evitar regular a emancipação pelo pensar regulatório, ao mesmo tempo em que contempla a perspectiva de Touraine da ação social; e possibilita ainda o

pensamento macro-social no embate da hegemonia. Trata-se de uma ferramenta útil, portanto, qual seja a escola teórica aplicada aos estudos futuros de tradução.

Além destes conflitos de BMC e inteligibilidade, pode-se também conceber como prováveis alguns conflitos de estabelecimento de prioridades, no que apontamos, e é esta nossa **segunda contribuição** aos estudos de tradução, a utilidade do uso de metodologias de Economia Solidária ou ECOSOL, de experiências de trabalho e renda, para dirimir tais conflitos, articuladas ou não com a identificação de um COC.

Concebendo-se os possíveis conflitos dentro deste tipo de tradução como potencialmente menos problemáticos, acreditamos que estes dois elementos de facilitação das traduções: a identificação de um COC e o uso de metodologias de comunicação-educação para a tradução apoiadas em iniciativas de ECOSOL, podem dar conta de boa parte dos processos de tradução dentro desta primeira conformação de traduções.

Apresentar este grupo ou conformação como o ideal proposto por Santos, nos leva a uma necessária reflexão acerca do pensamento do autor. Preocupado que está com a reinvenção da emancipação social a partir do que detecta como a falência do paradigma moderno em promover a emancipação, Santos abandona, por assim dizer, o pensar sobre a regulação, de forma a não limitar os potenciais e as energias emancipatórias.

Todavia, toda luta emancipatória se debate com um opositor, necessita identificar um opositor mesmo para a afirmação de sua identidade, como afirma Touraine. A sociologia de Touraine afirma que estas lutas são a gênese da ação social. O pensamento de Touraine é compatível com a primeira lei sociológica de Durkheim de que toda sociedade gera normatividades sociais.

Santos, interessado em promover a pluralidade das emancipações sociais, não prioriza a reflexão acerca da regulação social. Faz isso para não limitar a potencialidade das emancipações diversas; mas, também, acaba ausentando-se do debate acerca da determinação econômica e do materialismo histórico, hoje dado

na relação capital-trabalho. No lugar dessa centralidade, entendemos que Santos empreende uma compreensão da regulação a partir de regulações epistêmicas e culturais e deposita sua centralidade na figura do patriarcado eurocêntrico.

Ao fazer isso, em nosso entendimento, Santos deixa de abordar dialeticamente a questão da pluralidade de emancipações com a existência de uma regulação principal instaurada na dominação econômica. Todavia, sem este árduo trabalho, que consideramos fundamental, a própria concepção de ruptura paradigmática pode ser questionada. Já falamos disso logo ao apresentar a teoria de Santos. Existem várias perspectivas e nomeações do paradigma que ou se inicia ou se transforma. Novamente, não nos cabe esta discussão.

A opção de Santos é, então, afirmar a dominação patriarcal e eurocêntrica como centro das relações de dominação. Este movimento permite a identificação coletiva como e entre as forças emancipatórias (princípio da Identidade), na medida da identificação de um vértice ou nó opositor (princípio da Oposição); ao mesmo tempo que descentraliza o sujeito histórico, levando para o campo das culturas o foco dos debates nos quais surgem as contradições.

Tal movimento também auxilia na secundarização do pensar sobre os processos internos de dominação de cada grupo que, em última análise, se estabelecem sobre ou a partir, dependendo da escola teórica que se adotar, de indivíduos com interesses particulares. Ao não contemplar a lógica dos interesses individuais, e do acúmulo individual, fundamentos do utilitarismo, base do discurso hegemônico, como central das relações de desigualdade, é possível sublimar, em parte e apenas teoricamente, os interesses dos indivíduos e sub-grupos dentro de seus grupos.

Esse movimento permite, ainda, aglutinar e empoderar a pluralidade de causas e lutas, dialeticamente, ao mesmo tempo em que se omite de abordar a contradição primária envolta na perspectiva histórica das relações no interior de um dado sistema histórico e econômico. É um movimento que se ajusta, por assim dizer, ao que acontece pelo mundo, a afirmação de diferentes causas. Ele contribui assim,

e muito, para as emancipações diversas. Mas, como toda teoria, é um movimento limitado.

Como afirmado, não é nosso objetivo a análise da teorização de Santos como um todo. O que apresentamos aqui é uma argumentação mínima para o estabelecimento de nossa proposição do mínimo **conteúdo opositor comum** ou simplesmente **COC** e de que a sua instauração sobre o diretivo da hegemonia possa ser útil, mesmo se não considerado como necessário. No nosso entendimento, é isso que Santos faz, e corretamente dados seus objetivos, na figura do patriarcalismo eurocêntrico.

Assumimos, então, que a perspectiva de COC está presente em Santos, e contraditoriamente aos seus pressupostos, trabalhado de uma forma generalista. O COC do patriarcado eurocêntrico, assim como a dominação no sistema produtivo, não responde a todos os processos de dominação. A diferença, no nosso entendimento, é que enquanto o primeiro não possui aplicabilidade geral, o segundo o possui, embora também afastemos o seu, ou qualquer outra generalização como passível de se constituir como totalidade. Já explicamos nosso entendimento dos motivos desta movimentação por parte de Santos.

Ao estabelecer a generalidade da dominação eurocêntrica e patriarcal, retirando da dominação econômica a assunção de real generalidade, Santos incorre no risco de ao invés de efetuar a negação da possibilidade de teorias gerais, estabelecer sua teoria como uma teoria total. Existem possibilidades de teorizações gerais, a totalização é que é impossível. Entender a diferença é fundamental.

Dito isso, dado que nosso objeto empírico se estabelece e parte de atividades econômicas, é em Gramsci que encontramos a fundamentação para apresentar o necessário confronto à função diretiva da hegemonia como complemento, como oximoro para a pluralidade de Santos, sobretudo, para os Trabalhos de Tradução.

Figura que consiste em combinar palavras ou frases que se opõem semanticamente, com o objetivo de realçar pelo contraste o que se quer expressar; paradoxismo (MICHAELIS, 2016).

O oximoro é mais comumente usado linguisticamente quanto se trata, então, de uma figura de estilo. Todavia aqui o é de um pensamento, e quiçá de uma epistême a ser desenvolvida. Num oximoro se exprime um paradoxo, que consiste em associar dois termos de significados opostos e até contraditórios numa mesma estrutura, mas com o objetivo de criar um terceiro conceito com um novo sentido.

Acreditamos que a identificação de um COC especificamente sobre a tese do discurso diretivo da hegemonia neoliberal seja não só necessária para dar coesão as forças emancipatórias no processo de composição e articulação do bloco histórico contra hegemônico – caso da tradução de terceiro tipo, a frente abordada – mas que possa representar e servir como um recurso último e geral, nunca obrigatório, para todas as traduções pontuais.

O que queremos apontar é a utilidade e mesmo a necessidade de um duplo movimento epistêmico, compatível, no nosso entendimento, com a premissa da dupla ruptura epistemológica de Santos, mas não enfatizada por este, dados seus objetivos. O que apontamos pode ser entendido como um oximoro entre a elaboração teórica de Santos em tela, entendida na pluralidade propositiva e de lutas emancipatórias, com uma unicidade que afirma necessário estabelecer uma oposição a função diretiva da hegemonia para desvelá-la.

Isso não quer dizer abandonar a pluralidade propositiva. Ao propor isso, entretanto, pode-se enfrentar uma resistência dos seguidores de Santos que insistiriam em perceber neste processo uma contradição a sua episteme original, argumentando que se estaria inevitavelmente encaminhando para uma nova teoria geral da emancipação, como aconteceu na modernidade. Admitimos a relevância desta preocupação.

Todavia, entendemos que assumir a necessidade do embate a direção da hegemonia não implica em instituí-la como preponderante à afirmação da pluralidade das emancipações. Conceber a possibilidade de generalidades e a necessidade de

uma generalidade, não implica em torná-la totalidade. O que afirmamos é que se faz necessário instituir a instancia de embate a direção hegemônica como essencial.

O que a empiria permite verificar é que a dimensão da pluralidade social não pode ser compreendida como a única fonte para a superação de suas contradições e de seus conflitos. O que definirá se eventualmente a pluralidade ou o embate direto da hegemonia prevalecerão, e em que medida, será o momento histórico, não as epistemologias. Esta é a nossa percepção epistêmica. Concebemos como possíveis diferentes níveis de enfrentamento a direção hegemônica e a possibilidade de diferentes graus de unicidade para tanto.

É esta nossa **terceira contribuição** para o campo. Lembrando que tanto a utilização dos COCs diversos, como as metodologias de ECOSOL, quanto este COC assente na direção da hegemonia, e as respectivas energias, graus de aplicação e formas de fazê-lo, devem ser escolhas a serem realizadas nas práticas sociais de tradução dos e pelos sujeitos envolvidos.

O que a empiria demonstrou é que a vontade de união dos indivíduos muitas vezes necessita da identificação de uma oposição, seja para superar seus interesses particulares, seja mesmo para gerar entendimento. Os COCs podem ser utilizados para hierarquizar objetivos, ou seja, para os processos de “*tradução para*”; e também para possibilitar entendimentos, no sentido de traduzir o que somos identificando aquilo que não somos.

No que tange à aplicação do COC sobre o direto da hegemonia, consideramos que este se faz fundamental apenas para a terceira conformação de traduções. Aquela que da conta das traduções no âmbito de sociedades complexas. As duas primeiras formas tipificadas seriam, a priori, passíveis de se realizarem com outros COCs, dadas as circunscções de uma dada localidade ou territorialidade.

Mas todo território, conforme a conceituação adotada no DRS, está envolvido em uma sociedade. Isto nos levaria a entender o efeito do discurso, sobretudo o direto, da hegemonia como presente em todo processo de tradução, assim como em todo processo social. Apesar disto, a assunção e abordagem de

oposição ao diretivo pode não ser fundamental nestas duas instâncias de tradução, uma vez que seus objetivos podem ser somente o de inteligibilidade ou de ação territorial, e nesta segunda, o diretivo da hegemonia pode não ser determinante dos processos, embora sempre presente.

Isso foi claramente percebido no campo empírico. Em Porto Alegre, não houve a necessidade de trato do contra-hegemônico para além da apresentação do tríplice pilar de sustentabilidade como base mínima comum. Não havia oposição ao desenvolvimento da atividade econômica escolhida. Acreditamos que seria assim fossem quais fossem os grupos políticos e respectivos projetos e programas políticos que estivessem no poder local. Não temos porque afirmar que o projeto hegemônico não visaria o desenvolvimento desta atividade.

Já no caso da reciclagem em Canoas, a questão de bloco, de projeto político, de quem ocupava o poder executivo, no âmbito municipal e federal, se fez relevante. Os relatos demonstram que a “obstaculização” ou facilitação do desenvolvimento dos recicladores esteve ligado diretamente a visões e políticas governamentais. O desenvolvimento da reciclagem em todo o país foi concomitante a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao Palácio do Planalto. Em Canoas, mesmo já no governo Lula, o movimento se defrontava com outros interesses defendidos pelo grupo político que ocupava a prefeitura municipal.

Mas foi em Caravelas que, mesmo num âmbito territorialmente circunscrito, a impossibilidade de enfrentamento, ou a derrota no enfrentamento do discurso hegemônico foi determinante, primeiro para a escolha da atividade sobre a qual se desenvolveria o DRS; e depois para a implantação da RESEX extrativista.

No primeiro momento, apesar das diretrizes claras da política do DRS, venceu a hegemonia política local. Embora um partido contra-hegemônico, por assim dizer, estivesse no poder na esfera federal, sua política, instituída por um Banco Federal, sucumbiu frente à hegemonia política local, e, podemos afirmar, sobretudo pelo discurso diretivo da hegemonia, que não contempla na sua perspectiva de desenvolvimento, a sustentabilidade como fator de freio do

crescimento econômico, ou de uma atividade econômica já instalada. No segundo, o exemplo claro, da relevância do poder do Estado, que impôs a RESEX, passando por cima dos interesses locais e hegemônicos.

Na reflexão sobre este campo, a necessidade de embate ao diretivo da hegemonia, ao seu discurso diretivo, mesmo tomado o poder do Estado. Por imposição (coerção) a RESEX foi possível; por consenso, ou por impossibilidade de afirmação de um consenso contra-hegemônico, o melhor DRS não foi implementado – o consenso vencedor foi o da hegemonia. Nossa experiência empírica nos demonstra, então, que, se e quando objetivado em toda e qualquer tradução a perspectiva de bloco histórico e de estratégia nesse âmbito, o embate ao diretivo da hegemonia se traduz, em algum grau, fundamental.

Essa premissa pode se estabelecer em termos de **COC**, de forma discursiva-argumentativa, ou ainda como e conjuntamente a metodologias aplicadas de iniciativas de Ecosol – no que enquadramos a DRS, que se articulem como estratégias de educação aplicada ao *trabalho*, como pensava Gramsci. Estas últimas tendo a vantagem de conciliar discurso e ação, além de propiciar o ganho econômico para os indivíduos e para os movimentos, que representa a possibilidade material de se desvencilhar da(s) dominação(ões).

Isto tornar-se ainda mais relevante ao reiterarmos que não há porque considerar que não existirão conflitos de poder na constituição da direção nem de qualquer bloco histórico, nem de nenhuma tradução singular mesmo dentro de um mesmo grupo social componente de um dado movimento emancipatório e compondo um mesmo tempo histórico.

Haverá sempre disputas acerca do quem dirige e em última análise, alguma regulação, em função disto e mesmo para manter essa direção, entendido que lutas por poder, e mesmo pela regulação destas, são componentes culturais-políticos da vida em sociedade, sejam estas de classes, de setores de classes ou castas. Sempre serão prováveis disputas mesmo para dirigir uma tradução. A teoria dos campos de Bourdieu também nos reforça este entendimento. Apontamos as

metodologias de ECOSOL como possíveis facilitadoras também da determinação de legitimidade de uma dada direção instaurada em um particular processo ou trabalho de tradução.

Dado nosso objeto empírico de reflexão são estas as observações que podemos apontar para o tipo privilegiado de traduções que compõe o foco da preocupação de Santos, lembrando que estas sempre se defrontarão com a necessidade real de se estabelecerem em relação com outros grupos e com a sociedade em geral, ao se conceber a forma da “*tradução para*” alcançar determinados fins.

5.2.2 Traduções Emancipadoras – Traduções em Disputa

Na problematização do segundo tipo de traduções, que envolve grupos ou movimentos emancipatórios e outros grupos de interesse, e no qual se enquadram os DRS, a perspectiva de complexidade de interesses se estabelece. Nosso objeto de pesquisa se revela especialmente oportuno para essa abordagem.

Sendo orientado por uma lógica de desenvolvimento de uma atividade e de satisfação de necessidades e melhoria da qualidade de vida dos beneficiários, mas também no desenvolvimento de todos os demais grupos envolvidos; seu centro no econômico nos oferece a oportunidade de refletir sobre a centralidade da satisfação destas necessidades na vida das pessoas comuns – em diferenciação aos sujeitos militantes, que possuem no particular de suas personalidades, que não problematizaremos, um auto-reconhecimento pela combatividade. Como já afirmado, não temos razão nenhuma para pressupor qualquer tipo de premissa moral, ou de maior ou menor grau de ação voltada a fins por parte destes segundos em relação ao cidadão comum que não se auto identifica como militante, seja de causa ou partido.

No primeiro DRS, se percebe a identificação da ideia de oposição comum na figura de uma pessoa, mas, sobretudo, na personificação de uma lógica de centralização, de concentração de poder – o Presidente de então do sindicato da

categoria. Não se trata diretamente de uma oposição a algum ganho entendido como econômico pelos participantes, mas de uma oposição a uma lógica de centralização que se opunha ao funcionamento da metodologia, aceita como benéfica e catalizadora dos interesses dos participantes.

A dominação patriarcal ou a normatividade heterossexual nem mesmo apareceram nas reuniões – o que não quer dizer que não existam, somente não foram priorizadas. As questões de gênero ou de orientação sexual nem mesmo foram cogitadas na confrontação a esta liderança, o que seria imaginável de surgir diante de uma liderança masculina de um público preponderantemente feminino e com relevante presença de homossexuais. Essas questões talvez estivessem presentes no imaginário dos partícipes de Porto Alegre, mas não foi relatada como relevante.

Poder-se-ia apontar que estas questões não aparecem porque o foco dos DRSs é o econômico e não o cultural. Sim, mas todas as questões poderiam ser trabalhadas. Havia total liberdade de, nos processos de diagnóstico, uma vez encontrados problemas de discriminação por gênero e orientação sexual, isso fosse trabalhado. Isso não apareceu. Apareceu em outros DRSs, sobretudo em comunidades rurais, onde o machismo se apresentou muitas vezes na tentativa de oposição a escolha de atividades onde preponderavam e seriam protagonistas as mulheres, como no caso do município de Areias na Paraíba – vide o diálogo abaixo.

Neste caso, um conteúdo fundamentalmente machista de oposição se apresentou num dado momento em que já se verificava o ganho econômico das beneficiárias e, neste caso, foi com a andar do próprio DRS e a partir do ganho econômico que não só os “maridos machistas” se calaram, como, o machismo foi abordado no decorrer da estratégia – partindo-se da ação laboral das mulheres e do interesse econômico comum a todos.

Miguel: As vezes teve escolhas da atividade que a gente absolutamente não teria recomendado, que deram altamente certo.

Valmira: Verdade.

Miguel: Tem as flores lá de, como era o nome daquele lugar lá...

Valmira: Lá de Areias.

Miguel: Areias né.

Valmira: Não era do lado de Areias.

Entrevistador: De cultivo de girassol, pra biodiesel?

Miguel: Não, de flores.

Valmira: Flores em geral.

Miguel: As mulheres lá começaram a produzir flores e ganharam um monte de dinheiro. Elas estavam, eram as ricas da região lá, e os maridos tudo brigando com elas porque ganhavam muito menos que elas.

Valmira: Não, eles brigavam só no começo, depois ficaram tudo pianinho.

Miguel: Depois que elas começaram a ganhar dinheiro eles...

Valmira: Ficaram foi bem felizes... e acho que até mais tolerantes...

Miguel: Calaram a boca né.

(Miguel e Valmira, entrevista conjunta, 2016).

Não abordamos esta temática nas nossas conclusões, de forma alguma, para negar a normatividade patriarcal e heterossexual da sociedade. Afirmamos isso para dizer que, nos DRS estudados e segundo nossos entrevistados, o que se manifestava como opositor comum era sempre algo que se impunha frente às *melhorias econômicas* para os envolvidos. Isto sim é representativo. Não que o tenha que ser em todas as traduções, sobretudo as de primeiro tipo, já abordadas, mas é significativo; e mesmo pode ser útil, em determinados casos e circunstâncias, por exemplo, para desvelar possíveis interesses particulares, como de projeção política, entre outros, de determinadas lideranças frente aos interesses do grupo.

Não estamos com isso inferindo que as questões e lutas específicas devam ser postas em segundo plano. Quiçá cheguemos a um ponto em que não seja necessário enfatizar isso ao se tangenciar tal tipo de temática em uma reflexão. O que estamos colocando é que, o que se impôs como elemento de facilitação de concertação ou tradução nos DRSs foi sempre algo, a identificação de uma pessoa, um elemento, um órgão, um conteúdo opositor comum (COC) qualquer que se

impusesse sobre a organização da atividade econômica e, por conseguinte, sobre a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários.

Na medida em que não temos porque e nem como firmar qualquer ideia moral específica para nenhum grupo ou mesmo perfil de pessoas e ou suas lideranças, a ideia de que o econômico entendido na satisfação das necessidades é prioridade na vida das pessoas pode servir como referência no estabelecimento dos conteúdos opostos comuns mais úteis, e, novamente, como percepção da legitimidade das lideranças. Esse pressuposto valeria para processos de tradução que utilizassem metodologias de economia solidária ou outras. Não estamos a reforçar o utilitarismo. O que acreditamos é que ocultá-lo numa idealização qualquer o fortalece.

O que estamos a indicar é que, em todo processo de tradução dentro de um dado grupo, quando e se disputas se impuserem, a identificação de um elemento oposto comum pode ser útil, e que este, muito provavelmente se estabelecerá sobre algo que seja percebido como se impondo a algum ganho para o grupo, seja econômico, como nos casos do DRS, ou de processo, ou quais sejam.

No segundo campo de DRS investigado, na cidade de Caravelas, a identificação do conteúdo oposto comum não foi possível por que um debate de fôlego da relação de projeto de desenvolvimento e de meio ambiente se impôs como “mascarador” dos interesses econômicos de algumas das partes. O debate acerca da atividade que traria mais benefício ao maior número de beneficiários ficou sombreado pelo debate acerca da questão da preservação ambiental.

O debate dos interesses ficou, novamente, mascarado, entre visões diferentes de desenvolvimento, o que impossibilitou que se escolhesse um projeto que combinasse o extrativismo das 250 famílias que já sobreviviam do mangue com a principal atividade produtiva da região – a pesca. O número de empregos formais e a arrecadação se impuseram como argumentos e camuflagem sobre os reais interesses, descaracterizando o processo.

O conteúdo opositor comum não foi imediatamente encontrado. Mas o DRS aconteceu. E da entrevista com Sílvio extraímos o entendimento de que no DRS possível a identificação da oposição comum se estabeleceu especificamente sobre esse antagonismo, que dificultava o desenvolvimento do DRS e da região como um todo. O próprio antagonismo funcionou como opositor comum. Isso também é significativo.

Muitas vezes o contornar do conflito se estabelecerá como saída de tradução para um projeto. Isso pode parecer inapropriado de ser aplicado às lutas emancipatórias; mas, em sendo admitida a ideia de projeto, de caminho e de prioridades, levando-se em consideração a diferença de blocos políticos e de bloco histórico, que julgamos fundamental para qualquer luta política, a depender de questões de conjuntura, estratégia e projeto, esse tipo de movimento pode e talvez deva ser apropriado com estratégia pelos atores.

Não se trata, em absoluto, de propor processos de concertação que levem à flexibilização de direitos. Como são passíveis de crítica os processos, citados no primeiro capítulo, que ocorreram na conformação da União Européia, e que redundaram na flexibilização de direitos trabalhistas. Também não objetivamos que o comportamento antagonista mesmo fundante dos movimentos seja substituído por um de concertação, nem mesmo que este segundo tenha que predominar, ou que devam postar-se em igualdade de forças.

O que afirmamos é que, dadas as conformações do bloco histórico, esse elemento possa ser pensado estrategicamente na flexibilização de antagonismos visando o embate geral da hegemonia. Não se almeja um processo de concertação ou uma tradução para flexibilização de direitos. Tão somente se almeja a assunção da possibilidade estratégica de processos de tradução conduzidos por lógicas de concertação e não unicamente por lógicas de antagonismo que garantam posições, mas que contribuam também no fortalecimento de um dado bloco histórico em um dado momento em que assim se fizer necessário.

A própria figura da prolepse utilizada por Santos pode ser utilizada neste sentido. É preciso pensar no que é melhor no hoje, e que muitas vezes não retroceder é mais relevante do que avançar. Muitas vezes o segundo entendimento de bom senso de Gramsci poderá surgir como um capital de tradução para a identificação da melhor conformação embate-concertação para o discurso e para a ação estratégicas.

No terceiro campo, no DRS de reciclagem em Canoas, duas percepções diferentes de opositor comum podem ser apontadas. Uma, que enfatizamos na análise do campo, centrada na figura de um ou dois dirigentes, que precisaram ser excluídos para oportunizar o interesse do grupo na contratação formal com o poder público. E outra, sobre o ordenamento político em si.

Da entrevista coletiva com os dois atores se percebeu que os governos anteriores e sua lógica de apropriação do capital gerado pela reciclagem de lixo, foram e ainda são também percebidos como opositores comuns do movimento da reciclagem na cidade, que opta, abertamente, por alinhar-se a outro ordenamento político, sabidamente dirigido pelo Partido dos Trabalhadores.

O que nosso estudo empírico demonstra é que a segunda interpretação possível do que sejam as traduções também precisa ser minimamente desenvolvido. Nos referimos ao entendimento das *traduções para* a articulação. E que o pensamento e as práticas contra-hegemônicas necessitam assumir a relevância do processo de tradução em ação, sem o que podem por acabar não atacando a direção da hegemonia. A inteligibilidade traduzida, por si só, não garante esse movimento.

A este tipo de traduções chamamos de emancipadoras em diferenciação as traduções emancipatórias e idealmente concebidas por Santos. Emancipadoras porque se estabelecem efetivamente no embate com grupos antagônicos e no contato com outros. Entendemos que as traduções de primeiro tipo são também potencialmente emancipatórias, pois empoderam seus sujeitos no sentido de emancipação já apresentado; mas que são fundamentalmente as segundas, que

acontecem no embate, na realidade local, como no caso dos DRSs, que são emancipadoras, que concretamente contribuem para a emancipação dos sujeitos.

Essa afirmação não pressupõe superioridade epistêmica ou primazia do emancipador sobre a potência. Também não estamos afirmando que somente processos que envolvam o econômico sejam emancipadores. O que estamos dizendo é que podem ser mais emancipadores os trabalhos de tradução que se realizarem num embate e num processo de discussão em que sejam partícipes e, portanto, legitimadores do processo, em possibilidade, todos os diferentes grupos de uma dada localidade. O resultado destas traduções e os ganhos obtidos, não poderiam ser, então, facilmente questionados.

A primeira forma, cujos exemplos maiores são a Universidade Popular dos Movimentos Sociais, proposta por Santos, e mesmo o Fórum Social Mundial, são experiências e espaços riquíssimos e potencialmente emancipatórios; mas suas pretensões precisarão ser postas num embate social mais amplo, sob pena de serem emancipadoras apenas para as lideranças que das primeiras participam. Ademais se os considerarmos como espaços que visam à articulação local, mas também global.

Neste sentido, lembremos da necessidade de processos de “articulação de mais alta intensidade”(SANTOS, 2005, p. 80) apontados por Santos como fundamentais para a continuidade do desenvolvimento do FSM. Em se tratando da esfera do Fórum as traduções se conformariam como as traduções de tipo emancipatórias – somente entre os movimentos participantes.

Todavia, se na percepção de Santos para se atingir uma maior intensidade dentro do FSM se faz preciso “questionar a sua identidade e autonomia tal como foram concebidas até agora”(Ibidem); porque não apenas flexibilizar o discurso antagonista em face de traduções do tipo emancipadoras? Talvez este contato com outros grupos mesmo fomenta, dialeticamente, as revisões identitárias que possibilitem formas de articulação de maior intensidade de que fala Santos acerca do FSM.

Ao afirmar esta dialética, nos perguntaríamos: Mas então o que é realmente emancipar? Os processos emancipatórios de discussão, de identificação do antagonismo e auto identificação? Ou as ações que possibilitem a apropriação de recursos para a libertação da dominação? A resposta é: ambas! Santos se debruça sobre os processos e as ações entre os grupos e movimentos emancipatórios. Nossas percepções de suas razões estão sendo expressas.

Nosso intento não é o de teorizar sobre uma diferenciação emancipatório-emancipadora acerca do tema das emancipações, trata-se de outra discussão, quiçá mais complexa, que talvez possa se pautar também pela tipologia de traduções que aqui estabelecemos. Nosso objetivo é o de estabelecer uma diferenciação no que tange as formas de traduções aqui tipificadas, visando os seus desenvolvimentos e estudos.

Enquanto que nos primeiros podem ser priorizados os processos de inteligibilidade, é somente nos segundos que os processos de “articulação para”, que o político, se encontrará com as estratégias e oposições que lhe retroalimentarão os passos futuros, sejam estratégias, contra-estratégias, prioridades etc.

No âmbito do Fórum Social Mundial é possível se pensar em outros mundos possíveis, em potência. Mas para erigi-los, há que se pensar as relações e traduções envolvendo também os demais grupos de uma dada localidade, em se considerando o pensar outros mundos localmente, e sobre as articulações contra-hegemônicas e particularmente sobre a direção hegemônica ao se pensar em uma escala maior.

Dito isso, partamos para a apresentação da terceira conformação básica de tradução imaginada. Nesta problematizamos a articulação necessária da questão do embate da direção da hegemonia. Trata-se de elevar o pensamento sobre as traduções ao nível de todo o universo da sociedade civil, nos termos de Gramsci. Neste caso, emergem algumas outras complexidades que consideramos ausentes em Santos. E para tanto regressaremos a Gramsci.

5.2.3 Traduções Ampliadas e Diretivas

O terceiro grupo de traduções que nos atrevemos a distinguir com o intuito de contribuir para o avanço dos estudos e a sua problematização está intrincado com uma ideia de complexidade societal inserida nas traduções pontuais. Não se trata apenas da imposição de uma lógica de raciocínio escalar, que encontraria oposição epistêmica, na sua obrigatoriedade, em Santos. Mas de considerar que existem escalas, que não devem impedir ou deslegitimar quaisquer experiências, mas que devem ser consideradas ao se pensar as traduções também como processos que possam e devam acontecer em uma lógica multi-escalar. Não se trata da imposição escalar, mas da sua não alienação.

Além disso, ao distinguir esta conformação de traduções, fundamentalmente, buscamos a problematização para o fato de que todas as traduções, sejam as de primeiro tipo, somente entre movimentos emancipatórios, sejam as de segundo tipo, com a presença de outros grupos de interesse, irão se estabelecer sob um determinado ordenamento social e cultural. Como afirmado, isto se torna especialmente relevante ao se pensar a segunda forma com que podem ser entendidos conceitualmente os trabalhos de tradução, de *tradução para*, de articulação, seja para objetivos, seja para o embate político.

Acreditamos que esse movimento seja necessário para aprofundar a teorização de Santos como um todo. Salienciamos que este âmbito de traduções não faz parte a priori do intento de Santos, que preconiza as traduções pontuais entre movimentos emancipatórios e em sua maior amplitude apenas entre o grande universo das constelações emancipatórias.

Todavia Santos também sinaliza que os processos de tradução se tratam de contatos multiculturais. Nesse sentido, deve-se abordar as traduções também em perspectiva das sociedades que envolvem e que se estabelecem com base em uma dada cultura, mais ou menos multicultural, mais fechada ou mais aberta.

Nosso intuito é o de apresentar um ponto de necessária inflexão que nos interessa desenvolver futuramente. Trata-se da necessidade de se problematizar a pluralidade e a diversidade emancipatórias, com o necessário trato desconstrutivo do discurso de direção da hegemonia, que já referimos; mas de acrescentar a este oximoro a problemática de concentração de poder midiático. Acreditamos mesmo que o trato desconstrutivo da função de direção da hegemonia possa se valer metodologicamente pela discussão do poder midiático e vice-versa. O desvelar da direção pode ser problematizado dialeticamente com a abordagem do poder midiático.

No nosso entendimento, falta um tratamento por parte de Santos a respeito do poder midiático. Em seu Mapa de Estrutura-ação das sociedades capitalistas no sistema mundial (SANTOS, 2001) inexistem um espaço ou uma lógica que contemple tal necessidade. Especificamente para o estudo das traduções isso se revela um problema, seja no âmbito das traduções ampliadas, pois é este poder midiático que, em última análise perpetua a hegemonia nas sociedades complexas contemporâneas; seja para a abordagem das traduções singulares de primeiro e ideal tipo, já discutidas, seja para as de segundo tipo, também já abordadas.

O poder midiático se interpõe em todas as relações sociais. Não de forma uníssona e absoluta, não se trata de sua total determinação sobre os sujeitos. Mas de sua irrefutável influência. Não dimensionar um espaço de problematização deste poder nos parece um erro, assim como não o entender transversalmente a todo o mapa também o seria.

Novamente, isso pode ser explicado pela preocupação do autor em não unificar ou instituir unificações ou vértices de unificação, visando à pluralidade das causas, sua visibilidade e empoderamento. Todavia, existem questões comuns, como o sistema capitalista que nomeia o mapa de Santos, e, como relatamos, o discurso diretivo hegemônico. O poder midiático é também um COC passível de ser concebido e utilizado nas traduções; assim como pode aparecer na perspectiva metodológica na concepção de formações de crítica aos media como facilitadoras para as traduções.

Apesar de muito nos interessar, essa problematização dos *media* não pode ser contemplada aqui a contento. A menção a esta ausência em Santos se estabelece como argumento para problematizarmos a questão da necessidade do trato contra-hegemônico ao discurso diretivo da hegemonia. Além do necessário embate a direção e ao discurso diretivo da hegemonia, há que, necessariamente, se problematizar quem e como se transmite esse discurso para as grandes massas. Pretendemos fazê-lo em estudos futuros.

Embora não apareçam diretamente nos nossos campos empíricos, como já elaborado, a questão do discurso diretivo é relevante de ser pensada no que tange a constituição dos blocos históricos, e, em se levando em consideração estes, os processos de tradução em um dado momento. A questão do bloco é substituída por Santos na perspectiva da constelação de saberes e práticas. Não se trata de questionar essa premissa epistêmica que visa também o empoderamento da pluralidade das emancipações.

Mas de considerar a necessidade, sempre definida em grau pelo momento específico, tanto nas traduções pontuais, como na articulação das constelações, use-se ou não a elaboração de bloco histórico, de abordar-se estrategicamente o desvelar da direção hegemônica. Sem isso fica difícil pensar uma articulação do bloco emancipatório que possa se estabelecer a longo prazo e vencer o discurso hegemônico.

Chamaremos estas traduções de *Ampliadas e Diretivas*. Ampliadas por uma dupla razão. Primeiro por se estabelecerem numa escala societal. Segundo, propositadamente, para inferir a conceituação gramsciana de Estado-Ampliado. A utilização do termo *diretivo* também se estabelece por um par de razões. Acreditamos que a necessidade do embate da função diretiva da hegemonia já foi contemplada em toda a tese.

Falta ainda nos debruçarmos sobre a questão da direção do bloco contra-hegemônico nos termos de Gramsci, ou das constelações emancipatórias nos termos de Santos. Quem deve ou pode dirigir a contra-hegemonia? Um partido

político? Os movimentos sociais? O Fórum Social Mundial? Deve existir uma direção instituída? E os processos de tradução? Quem é o “Príncipe” a quem devemos responsabilizar pela direção das traduções?

Logo a seguir nos debruçaremos sobre o “quem traduz”. Todavia, não traremos aqui respostas definitivas a nenhuma dessas questões. O que efetivamente apontamos é a necessidade desta discussão para além da celebração da pluralidade, ou de sua negação como dogmas – questões intrincadas e a serem superadas.

Em Gramsci a denominação Estado-Ampliado inova ao englobar as inter-relações do Estado ou Sociedade Política com a Sociedade Civil. Esta assimilação, sempre parcial - mas que fatalmente acontece no processo político - é realizada pela hegemonia, mas também quando da conquista do Estado por um partido que represente forças emancipatórias.

Assumido o poder, caberá a ele desenvolver estratégias novas de enfrentamento da hegemonia. A independência frente ao Estado ou a qualquer outra institucionalização é um dos temas mais caros ao campo de estudos sobre os movimentos sociais. Embora Santos o entenda como um procedimento sociológico, o pensar sobre as traduções, uma vez entendido esse terceiro tipo de conformação destas, necessariamente também adentra no campo da ciência política.

Isso nos leva a uma necessária reflexão a respeito da institucionalização. Longe de afirmar os partidos como os príncipes das traduções. A concepção desta instância teórica de pensar as traduções ajuda a evitar as perigosas e insuspeitas argumentações acerca do apartidarismo.

Pensar a conexão da sociedade política com a civil contribui para a diminuição de qualquer possibilidade de legitimação de um pensamento que flerte com o fascismo concebendo o Estado de forma autônoma da sociedade, e o conjunto da nação ou da sociedade civil como superior aos indivíduos e independente da organização partidária.

Pensar as traduções nesse nível ampliado também nos leva, como faz Gramsci, a pensar a sociedade civil como materialidade do processo de hegemonia, e, assim, pensá-la como um conjunto, diminuindo o risco de fragmentação da contra-hegemonia se pressuposta unicamente em termos de pluralidade disforme.

É esta ampliação conceitual das traduções que também permitirá pensar no futuro a infraestrutura midiática interligada ao seu papel diretivo superestrutural. E esta configuração, sob a perspectiva do seu poder superestrutural, conectada ao comportamento da sociedade política e ao condicionamento das políticas de Estado.

A partir da abordagem gramsciana da interligação e da simbiose de funções infra e superestruturais do Estado e da sociedade civil, a questão do poder midiático poderá ser pensada também com maior complexidade, e assim sua influência nas traduções. Embora não tenhamos abordado a questão midiática, acreditamos que esta problematização seja imprescindível as traduções, dado seu poder de perpetuação da hegemonia.

Se outrora pressupôs-se um poder total da mídia, depois relativizado frente a seus receptores, e posteriormente vislumbrássemos a diminuição de seu poder com o advento da internet; o fato é que após a multiplicação de perfis e fontes alternativas de comunicação adeptas as diversas lutas emancipatórias, uma igual multiplicação, um igual sem número de perfis sociais e veículos caracterizáveis como tradicionais nos termos de Gramsci, surgiu em confronto aos primeiros, re-empatando o jogo e restabelecendo à mídia seu papel de aglutinação, sua função de direção e de propagação, sobretudo, da ideia diretiva da hegemonia; e, em última análise, de tradução social.

Dito isso, já apresentado os media também como tradutores, e novamente indicada a necessidade de sua abordagem para os estudos de tradução, passemos a focar a perspectiva do tradutor, do quem traduz.

5.3 A FIGURA DO TRADUTOR

Para a elaboração de respostas a essas questões nos reportamos a Gramsci, ao que reapresentamos uma sua indagação como ponto de partida: “Os intelectuais constituem um grupo social autônomo e independente, ou cada grupo social possui sua própria categoria especializada de intelectuais?” (GRAMSCI, 1978, p. 3).

Para Gramsci, no que concordamos, e também concorda Santos, a priori todos os homens podem constituir-se em intelectuais. Todavia, nem todos se tornarão. Nem todos realizarão a função de pensar o seu grupo e de representá-lo ou traduzi-lo. A abordagem de Gramsci acerca dos intelectuais serve para pensarmos também sobre a figura dos tradutores. Cada grupo social produz seus intelectuais, e assim deve ser e é com seus tradutores.

Todavia, o que concluímos pelas experiências de DRS vividas e pelas entrevistas é que certas características sempre passíveis de serem aprendidas a qualquer momento, na figura de capitais de tradução, podem muitas vezes estabelecer diferentes posturas dos sujeitos tradutores frente ao perfil comumente estabelecido nas lideranças dos movimentos e grupos emancipatórios.

Uma das características mais comuns entre lideranças dos movimentos sociais - sejam sindicais ou dos novos movimentos, - costuma ser o discurso de antagonismo ao opositor identificado. Tal característica, tal força de combatividade, gera a legitimidade de suas lideranças na perspectiva que aponta Touraine de que a identidade do grupo se estabelece justamente na identificação do opositor.

Esta característica deve, sem sombra de dúvidas, se manter na figura de um tradutor, que precisa transmitir a identidade de seu grupo; todavia precisará, em muitos momentos, ser relativizada, seja para o estabelecimento de bases mínimas comuns, seja para o estabelecimento de conteúdos opositores comuns, que não os próprios de seu grupo original. É o momento e a especificidade de cada tradução que determinará isso.

Evidentemente que não se deseja que o tradutor perca a identidade do que traduz ao abandonar completamente o antagonismo de seu discurso; mas, caso a caso, certa flexibilidade pode ter que impor-se visando atingir um dado objetivo, desde que em concordância com o entendimento do grupo original, a partir do entendimento desta necessidade momentânea. Esses momentos podem ser imaginados em circunstâncias em que certo abrandamento da regulação pode ser mais relevante que o antagonismo definidor da relação de dominação.

Sendo difícil de ser imaginado sem o enfraquecimento das lutas emancipatórias, acreditamos que esse processo, todavia, já estava previsto, de certa forma, em Gramsci, no momento que o autor percebe a pluralidade de blocos políticos dentro de um bloco histórico. Na nossa interpretação, Santos ao propor a ideia da tradução, recorre a Gramsci, embora isto não seja reconhecido pelo primeiro. O processo descrito já acontece no processo de articulação política dos movimentos sociais e de outras forças.

O próprio desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores, até a pouco na direção do Estado brasileiro (no momento que finalizamos esta redação a Presidente Dilma Roussef aguarda o julgamento de seu processo de Impeachment) e responsável pela promoção da estratégia DRS, se estabeleceu desta forma. Não fosse assim, movimentos sociais diversos não teriam se articulado com o sindicalismo que se funda na contradição primária do capital-trabalho, e setores da Igreja Católica, por exemplo.

O que aqui destacamos como contribuição aos estudos de tradução é que, na nossa análise, essa flexibilidade está presente no trabalho de articulação das lideranças políticas de todos os movimentos, mas que talvez não esteja mais suficientemente claro como necessário para a articulação de um bloco político emancipatório, sobretudo para as muitas militâncias.

Ao mesmo tempo em que as lideranças já prontas, ou em preparação e formação se tornam conscientes e preparadas para estes processos de tradução em articulação política, acreditamos que estes *capitais de tradução* deveriam ser

reconhecidos também como competências de militância. Hoje em dia, com o advento das tecnologias, da internet e das redes sociais, se poderia extrapolar a ideia de que todos traduzem, no sentido que expressam opiniões e posições no ciberespaço, potencialmente ampliando inteligibilidades.

Não tivemos como abordar esta questão, o que também pretendemos fazer em estudos futuros, mas apenas apontamos o fato de que, também na internet, pode-se conceber espaços, momentos, *posts* de tradução, por exemplo, entre movimentos emancipatórios distintos e também entre grupos opositores onde as lógicas de antagonismo eventualmente prevalecem; mas também pode-se conceber espaços, momentos, e *posts* de tradução com grupos e movimentos que quiçá podem exibir outras abordagens discursivas para obterem êxito nos seus propósitos. Isso em se concebendo abordagens de estratégias para além da livre manifestação de opiniões e marcação de posições.

O que queremos afirmar aqui é que o entendimento de que capitais específicos são necessários para as traduções, nos ajuda a trabalhar a ideia de que estratégias diferentes de discurso são necessárias para cada tradução, de acordo com cada momento, com os objetivos e as instâncias em que se processam estas traduções. Existem Capitais de Tradução que extrapolam o antagonismo e os capitais sociais e culturais que normalmente predominam em um dado momento das lutas emancipatórias.

Podemos daí inferir que, se todos podem ser tradutores, mas nem todos se tornam intelectuais na perspectiva de Gramsci; e da mesma forma que nem todos desempenharão o papel de tradutor de seus grupos, a concepção de uma ideia de tradução-orgânica, entendida na perspectiva de uma atuação consciente de que diferentes discursos são necessários para a articulação política e para as traduções, caso a caso, pode ajudar na construção destes capitais de tradução de militância, que julgamos necessárias para evitar, nos momentos em que a conjuntura exigir, o enfraquecimento de um dado bloco histórico emancipatório.

Um tradutor teria, então, que ter legitimidade e capacidade para representar e traduzir seu grupo e contrapor-se ao antagônico, mas também teria que ter essa percepção orgânica do bloco histórico de forma a se capacitar a direção das demais traduções em que adentrar o seu grupo. Percebe-se aqui, novamente, a importância da conformação das traduções diretas e ampliadas. Por diretas esse entendimento de organicidade. Por ampliadas a consideração do ciberespaço.

Se todos podem traduzir, todos podem desenvolver estes capitais de tradução da perspectiva de organicidade da relevância da tradução de seu grupo e bloco político e da responsabilidade da coesão e fortalecimento do bloco histórico a que se filia. O tradutor-orgânico teria que ter essa compreensão. Do contrário só seria orgânico de seu bloco político, e não de seu bloco histórico.

Mas como desenvolver isso? Como acumular capitais de tradução sem enfraquecer os antagonismos constitutivos das lutas? Para responder a isso, apresentamos nossa perspectiva do papel dos Partidos Políticos para as traduções. O Partido Político não é mais o Príncipe, imaculado e sobre o qual se deposita toda a responsabilidade, mas é ainda imprescindível.

Em Gramsci, o Partido Político é considerado o Príncipe da modernidade. Aquele responsável por elevar as massas do seu senso comum de alienação para um bom senso. Boaventura também trabalha com a ideia da evolução do senso comum para um novo senso comum emancipatório.

Mas então quem é o “Príncipe” da contemporaneidade? Certamente não é mais o partido. Vivenciamos uma descrença dessa figura institucional naturalizada no senso comum. Seriam os movimentos sociais os novos Príncipes Pós-modernos? Por certo que essa afirmação encontraria lastro na fala, talvez não explícita, de muitos colegas cientistas sociais e, sobretudo, entre as militâncias e as lideranças destes movimentos.

É inegável o protagonismo destes movimentos, todavia é preciso ampliar o conjunto possível de tradutores, sob pena de perda de legitimidade das traduções de segunda conformação, sobretudo. Não se pode apontar o sujeito, seja líder ou

somente militante, de um movimento social como um novo sujeito privilegiado, embora isso encontre lastro, em alguma medida, numa certa percepção social do contemporâneo.

Não corroboramos com essa percepção. A militância social particular não confere *status* de tradutor privilegiado. Certamente é condição para as traduções internas no âmbito dos grupos. Seria impensável que a direção dos processos internos não fosse realizada por um sujeito do processo. Mas a elevação deste sujeito a um status de privilégio para dirigir todas as traduções em que se envolver seu grupo encontraria um problema – a sua capacidade para concertar ou conduzir estas traduções.

O que definirá, no nosso entendimento, quem dirigirá as traduções será o conjunto dos capitais de tradução acumulados, e, especificamente, a capacidade de empreender ou dirigir a **Tradução Diretiva**. Por Tradução Diretiva entendemos três diferentes processos. 1) A tradução da própria idéia gramsciana de direção da hegemonia – traduzir o que é a função de direção de uma dada hegemonia; 2) o descortinamento, o desvelar da direção da hegemonia instalada; 3) e alguma forma de concepção da direção da contra-hegemonia, seja na sua concepção de bloco ou entre as constelações emancipatórias.

Para realizar os dois primeiros movimentos faz-se necessário reinstaurar a ideia da primeira contradição capital-trabalho na contemporaneidade. E não temos a(s) resposta(s) sobre como realizar esta tarefa no âmbito da pluralidade das emancipações. Apenas apontamos as metodologias de tradução em ECOSOL como uma possível alternativa. Mas então, finalmente, quem deve dirigir as traduções ampliadas?

Sobre o terceiro processo, excluída a possibilidade de privilégio exclusivo por parte das lideranças dos movimentos no papel de melhores tradutores para todas as conformações de traduções, voltamos à necessidade de pensar a articulação da contra-hegemonia. Não defendemos a ideia do partido como tradutor privilegiado ou único. Mas ainda afirmamos que, na medida em que apontamos a

necessidade de conteúdos opostos comuns para as traduções, e para tanto, imaginamos uma articulação necessária para estabelecer hierarquias mesmo que pontuais, e apesar do senso comum de descrença na instituição partido político, não vemos outra alternativa, até este momento, a não ser estabelecer neste um mínimo grau de direção do bloco contra-hegemônico.

Sobretudo, se consideramos que na desconstrução de um sujeito privilegiado na figura de constelações de sujeitos de seu empoderamento (o que aplaudimos), não foi instituído um novo ponto de confluência comum, que concebemos como necessário. Não defendemos a instituição ou a retomada do partido como Príncipe ou como único articulador político, e muito menos deste como único tradutor da sociedade.

O que afirmamos é que se faz necessário alguma construção de unidade frente à direção da hegemonia. A função de tradutor articulador do comum pode ser exercida pelo partido, e por grupos e movimentos. Também pode ser exercida por jornalistas, órgãos de imprensa ou outros formadores de opinião, como professores e pelas lideranças do movimento. O que poderá definir, caso a caso, será o espaço preponderante em cada tradução.

Todavia, a direção da contra-hegemonia focada na desconstrução do discurso diretivo da hegemonia precisa ser exercida. E é este, no nosso entendimento, especificamente, o novo papel do partido político: dirigir a contra-hegemonia, a direção do bloco contra-hegemônico em conjunto com outros atores, mas ao mesmo tempo assumir o protagonismo dos esforços de desconstrução da direção da hegemonia, e da relevância deste para o conjunto dos esforços.

Não vemos como prescindir do partido político para esse papel, e mesmo de alguma preponderância deste na organização da contra-hegemonia. Ao afirmar isso, lembramos de um momento no FSM de 2002 em Porto Alegre, em que uma discussão relevante se estabeleceu. Tratou-se de certo impasse acerca da instalação ou não de uma ordem de prioridades ou hierarquias para o FSM.

Numa célebre mesa encabeçava a defesa do estabelecimento de prioridades dadas pelo *possível* José Saramago. Argumentando que tais priorizações afetariam a premissa fundamental de agregação das forças emancipatórias advogava Santos. Nas argumentações Saramago enfocava as necessidades das pessoas a frente do pensamento utópico. Santos afirmava as limitações de se fazer isso.

Dado o rumo que tomou o FSM, com uma ampla carta de princípios, mas sem hierarquias, parece ter vencido a posição de Santos que advogava: “não se dispare sobre o utopista”. Não o fazemos, mas afirmamos como necessário que igualmente não se dispare sobre o possível, ou sobre o hoje possível, nem sobre o privilegiar do econômico, já estabelecido aqui como entendido na satisfação das necessidades das pessoas.

No nosso entendimento, a forma para contemplar ambas as perspectivas é o que defendemos aqui. Uma pluralidade propositiva abarcando a(s) utopia(s) em oximoro a um trato unificado para a contra-hegemonia especificamente no desvelar da função diretiva da hegemonia. Alternando-se concentrações e fluxo de energias, para um ou para outro, conforme o momento histórico exigir.

Como já recuperado acima, é chegada a hora de uma “articulação de mais alta intensidade”. Se o Fórum Social Mundial ou outro tipo de agremiação puder fazer essa também essa função de direção do desvelar do diretivo da hegemonia, o legitimaremos. Não temos compromisso com a defesa do papel exclusivo do partido nesta função. Mas, por hora, o mantemos nesse papel com alguma centralidade.

5.4 CONCLUSÕES

Embora muitas das questões apresentadas precisem e todas mereçam outros tratamentos e aprofundamentos, não podemos nos abster de apontar as conclusões parciais e nunca absolutas a que chegamos até este momento. A crença, por exemplo, na força das constelações de atuação comunicacional

proporcionadas pela internet para desvelar o discurso midiático veio por terra na perspectiva que o campo hegemônico também produz suas constelações de influências e relações, produzindo também nós de influência.

Ao aproximarmo-nos do encerramento deste estudo, nos perguntamos se há em Santos uma concepção central, mas não afirmada como, dada sua preocupação com a pluralidade das emancipações, de que a emancipação passa pelo confronto do eurocentrismo patriarcal? Na nossa interpretação sim. Concordamos com Santos que existe uma dominação cultural instituída no patriarcalismo e no eurocentrismo, e que, embora mais discutível, também existe um certo privilegiar epistêmico instituído a partir da cosmovisão ocidental.

Não pretendemos de forma alguma negar essas perspectivas, nem a necessidade do seu desvelamento. Mas isso nos leva a outra questão. Certamente as dominações não se restringem a este dueto. Também certamente existem dominações dentro de uma mesma etnia ou dentro de um mesmo gênero. Mas discordamos da possibilidade que a dominação “branca”, eurocêntrica e patriarcal seja a forma de dominação diretiva de todas as outras dominações.

Acreditamos que a teoria de Santos nos ajuda a entender que os esforços emancipatórios devem ter uma articulação frente a essa dominação cultural. Mas, após nossa experiência sobre nosso objeto empírico, que se deu em processos de tradução orientados para a satisfação de necessidades e o desenvolvimento de atividades econômicas, verificamos que a confrontação principal ou final deva ser com relação à direção hegemônica do modelo econômico, na dominação-diretiva da concentração de riqueza e poder pelo sistema mundo da produção capitalista ou, sobretudo, da dominação-diretiva da acumulação neoliberal calcado no livre fluxo e concentração de capitais.

Nossas conclusões podem então ser aglutinadas em três percepções. A primeira trata da utilidade e por vezes necessidade de instituição de um COC – Conteúdo Opositor Comum – para as traduções. E que, como último recurso, em

havendo esta necessidade, pode-se identificar este no discurso neoliberal para tanto.

Segundo, que metodologias de implementação de grupos de ECOSOL podem ser muito úteis como metodologia de tradução. Aliar processos de inteligibilidade, sejam quais sejam, com processos de trabalho solidário, pode facilitar os entendimentos e mesmo sugerir articulações até então não suscitadas. E isto pode mesmo emergir como uma premissa geral para as traduções, embora nunca total.

E terceiro, propomos que, aliado à pluralidade emancipatória de Santos, se deve, em algum grau, instituir a crítica à direção da hegemonia, sob pena de reforçá-la. Não há contradição nisso com a perspectiva de Santos da impossibilidade de uma teoria geral. Isso seria apenas um elemento de aplicabilidade geral. Tratar-se-ia de um oxímoro epistêmico, para que a pluralidade emancipatória não se perca na sua liquidez frente a um discurso diretivo concreto e coeso de hegemonia.

Neste sentido, se há um opositor comum privilegiado este não deve ser o patriarcado eurocêntrico, donde brotaram reflexões sobre as dominações de gênero, étnicas e religiosas, entre outras; mas sim a da dominação econômica, quiçá entendida pela legitimidade do enriquecimento infinito sem diminuição da desigualdade, que persiste até hoje e que se encontra relativamente abandonada frente ao descobrimento de outras lógicas de dominação, igualmente imprescindíveis de serem abordadas. Para cada tradução, uma ou mais lógicas de oposição comum pode ser útil, mas, no nosso entendimento, para todas as traduções, a lógica de oposição a dominação econômica pode ser útil, e até servir como metodologia prática de educação-trabalho para todas as traduções. Consideramos as premissas de pluralidade da abordagem de Santos essenciais, mas incompletas, como todas as abordagens serão, mesmo segundo sua maior premissa, que aqui modificamos a redação de forma a fechar este estudo: A única teoria geral é a da impossibilidade de teorias gerais totais!

5.5 ESTUDOS FUTUROS

Durante o desenvolvimento desta tese, e mesmo antes, algumas problematizações surgiram e não puderam ser aqui trabalhadas. Já destacamos a questão do trato do poder midiático na contemporaneidade. No nosso entendimento este trato é fundamental para o desenvolvimento dos estudos de tradução.

A partir da percepção dos DRSs como metodologia de Economia Solidária ou de práticas de aplicação da filosofia da cooperação, percebemos que a assunção das traduções calcadas na matéria viva do trabalho não só é facilitadora das primeiras, como pode também representar um grau ou um nível mais profundo de assimilação dos *topoi* de entendimento e, sobretudo, de uma maior tolerância multicultural, que se objetiva com as traduções.

Essas metodologias, uma vez adotadas, podem conter dentro delas a desconstrução da direção hegemônica, a crença de que a economia se fundamenta numa única forma de funcionamento – a acumulação. Desta tese brota a vontade de aprofundar a relevância da afirmação da pluralidade de lógicas econômicas, baseada em lógicas de reciprocidade, cooperação e mesma da dádiva, para o aprofundamento dos processos de tradução multicultural.

Também fica o desejo de realizar um estudo sobre a consistência das traduções como processos essencialmente educomunicacionais. Processos que se caracterizariam na confluência das ciências da comunicação e da educação e de suas sociologias correlatas, tema sobre o qual já nos debruçamos e desejamos regressar. O possível campo da Sociologia da Tradução talvez se desenvolva intrinsecamente ao desenvolvimento de um campo da Sociologia da Educomunicação.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Francisco; ZAPATA, Tânia. *A importância da estratégia de desenvolvimento local/territorial no Brasil*. In: DOWBOR, Ladislau; POCHMANN, Marcio. Políticas para o desenvolvimento local, São Paulo, 2010, Editora Fundação Perseu Abramo, p. 211-225.

ALENCAR, Maria Diana de, *As dimensões da sustentabilidade mais relevantes nos assentamentos 10 de abril, Jenipapo e Malhada localizados no município de Crato/CE*. UFBA, Fortaleza, 2011.

ALENCAR, Maria Diana de. *As dimensões da sustentabilidade mais relevantes nos assentamentos 10 de abril, Jenipapo e Malhada localizados no município de Crato/CE*. UFBA, Fortaleza, 2011.

ALMEIDA, Ana Paula Caldas de. *Iniciativa de DRS – SINCAAB*. UNB, Brasília, 2011.

ANDERSON, Perry. *Las antinomias de Antonio Gramsci: Estado y revolución em Occidente*. Barcelona: Editorial Fontamara, 1981.

BANCO DO BRASIL. *Apostila DRS*. Brasília, 2013.

BANCO DO BRASIL. *Caderno DRS, Módulos I e II*. Brasília, 2007.

BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1982

BOURDIEU, P. *Coisas Ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990. 234 p.

BOURDIEU, P. *O Campo Científico*. In: Ortiz, Renato (org.). Pierre Bordieu: Sociologia, Coleção Grandes Cientistas Sociais, n 39, Editora Ática, São Paulo, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990. 234 p.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand, 1998a

CARVALHO, Adalberto Costa. *Apicultura e Comercialização: DRS da Associação dos Apicultores de Araras e região*. UNEPAD, São Paulo, 2011.

CARVALHO, Adalberto Costa. *Apicultura e Comercialização: DRS da Associação dos Apicultores de Araras e região*. UNEPAD, São Paulo, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. *GRAMSCI: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

JOHANN, Joni J. *A Educomunicação cooperativa e o novo senso comum emancipatório*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. UNISINOS, São Leopoldo, 2007.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. *Estratégias para o Desenvolvimento: um enfoque sobre arranjos produtivos locais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste brasileiros*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2005.

LEISTNER, Rodrigo. *Proximidades e apartamentos entre Bourdieu e Touraine: algumas imbricações teóricas*. Composição: Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, v. 5, p. 81-99, 2009.

MACEDO, Luis Inácio de. *A Administração Estratégica aplicada ao plano DRS Cabeleleiros de Palmas*. UFMT, Palmas, 2011.

MANACORDA, Mario Alighiero. *O princípio educativo em Gramsci: americanismo e conformismo*. 2ª Ed. Campinas: Editora Alínea, 2013

MARTINS, Jose de Souza. *Sociologia e sociedade: leituras de introdução a sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1977.

MENESES, Jaldes Reis de; MENESES, Maria A. Ramos de. Sotaque lusitano, cidadão do mundo. Disponível em <www.acesa.com/gramsci: http://www.acesa.com/gramsci/?id=590&page=visualizar> visualizado em 09/07/2016.

MOSKOVITCH, Luna Galano. *Gramsci e a escola*. São Paulo: Ática, 3ª Ed. 1992

POLANYI, Karl. *A grande transformação*. As origens da nossa época. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2002) *A Crítica da Razão Indolente: Contra o desperdício da experiência*. 4ªed. São Paulo: Editora Cortez, 2002

SANTOS, Boaventura de Sousa (2002a), [Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências](#), Revista Crítica de Ciências Sociais, Nº 63, pg. 237-28, 2002

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. O FSM – Manual de uso. Madison, 2004a. Disponível em <<http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/fsm.pdf>>

SANTOS, Boaventura de Sousa (2005), [O futuro do Fórum Social Mundial: o trabalho da tradução](#). Revista Coleção OSAL, Nº 15, p. 77-90. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. [Prdouzir para viver: os caminhos da produção não capitalista](#). Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005(a).

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes* em Revista Crítica de Ciências Sociais, Nº 78, Outubro, pg. 3-46, 2007

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos*. São Paulo. Cortez. 2014

SCHNEIDER, José Odelso. *Democracia, Participação e Autonomia Cooperativa*. São Leopoldo: Unisinos, 2003

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*, S. Paulo: Cia. das Letras, 2000.

STACCONI, Giuseppe. *Gramsci: bloco histórico e hegemonia*. São Paulo: CPV – Centro de Pastoral Vergueiro, 1987

TAPIA, Jorge R. Biton. *Desenvolvimento local, concertação social e governança: a experiência dos pactos territoriais na Itália*. São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 1, p. 132-139, jan./mar. 2005.

THOMPSON, John. B. *Ideologia e cultura moderna. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes 1998

THOMPSON, John. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes 1998

TOURAINE, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1999

TOURAINÉ, Alain. *Os Movimentos Sociais*. In: FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Souza. Sociologia e sociedade: leituras de introdução a sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 1977..

TOURAINÉ, Alain. *Poderemos Viver Juntos?* Petrópolis: Vozes, 1998.

VALLADARES, Lícia. *Os dez mandamentos da observação participante*. Revista brasileira de Ciências Sociais vol.22, no.63. São Paulo Fevereiro/ 2007. Disponível em <<http://ref.scielo.org/3yddv6>>, acessado em 27/07/2016.

VERONESE, Marília Veríssimo. *A psicologia na transição paradigmática: um estudo sobre o trabalho na economia solidária*. Tese de doutorado em Psicologia, PUCRS, Porto Alegre, 2004

VIANNA, Luis Werneck. *A propósito de uma apresentação*. In GRUPPI, Luciano. O conceito de hegemonia em Gramsci. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

VIEIRA, Ana Carolina Dall Zoto Taborda. *O Processo Produtivo de Biodiesel de soja em Joviânia/GO*. UFMT, Porto Alegre, 2011.

WHYTE, William. *Sociedade da esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 2005.

ANEXO A: MAPA SOCIEDADES CAPITALISTAS NO SISTEMA MUNDIAL

ANEXO A: Mapa de estrutura-ação das sociedades capitalistas no sistema mundial

DIMENSÕES ESPACOS ESTRUTURAIIS	UNIDADE DE PRÁTICA SOCIAL	INSTITUIÇÕES	DINÂMICA DE DESENVOLVIMENTO	FORMA DE PODER	FORMA DE DIREITO	FORMA EPISTEMOLÓGICA
ESPAÇO DOMESTICO	Diferença sexual e geracional	Casamento, família e parentesco	Maximização da afetividade	Patriarcado	Direito doméstico	Familismo, cultura familiar
ESPAÇO DA PRODUÇÃO	Classe e natureza capitalista	Fábrica e empresa	Maximização do lucro e maximização da degradação da natureza	Exploração e "natureza capitalista"	Direito da produção	Produtivismo, tecnologismo, formação profissional e cultura empresarial
ESPAÇO DO MERCADO	Cliente- consumidor	Mercado	Maximização da utilidade e mercadorização das necessidade	Fetichismo das mercadorias	Direito de troca	Consumismo e cultura de massa
ESPAÇO DA COMUNIDADE	Etnicidade, raça, nação, povo e religião	Comunidade, vizinhança, região, organizações de base, Igrejas	Maximização da identidade	Diferenciação desigual	Direito da comunidade	Conhecimento local, cultura da comunidade e tradição
ESPAÇO DA CIDADANIA	Cidadania	Estado	Maximização da lealdade	Dominação	Direito territorial	Nacionalismo educacional e cultural, cultura cívica
ESPAÇO MUNDIAL	Estado Nação	Sistema inter- estatal, organismos e associações internacionais, tratados internacionais	Maximização da eficácia	Troca desigual	Direito sistêmico	Ciência, progresso universalístico, cultura global

Fonte: (SANTOS, 2001, p. 273)

ANEXO B: JORNAL ZERO HORA – GUAJUVIRAS – CANOAS/RS

6 □ DC

ESPECIAL

 BIBLIOTECA
 Bus 2 - Área Verde Um
 Guajuviras # Canoas

Sábado, 19

Um exemplo de higiene e defesa do verde

O aposentado Oscar Soares Pereira, de 80 anos, limpou um terreno baldio de lixo e fez uma área verde

"Eu cheguei aqui há nove e um ano depois comecei a limpar a terra e tirar o lixo que era colocado no local. No ano seguinte comecei a plantar árvores." afirmou o aposentado de 80 anos Oscar Soares Pereira. Ele lembra que é bastante difícil alterar o hábito popular de colocar lixo em terrenos baldios. O aposentado mostrou um animal enterrado ao lado da área que preserva e conta de uma história interessante. Uma senhora colocava os papéis de banheiro no terreno. Um dia ele reuniu a molecada do bairro e pediu ajuda para saber que era pessoa que fazia isso. Um dos meninos informou que era a sua mãe a responsável. Nunca mais colocaram nada. Mesmo assim, até hoje, meninos continuam a jogar pedras nas árvores. Oscar garante que eles não são da vizinhança.

Além de diversas variedades de árvores, existem algumas plantações de subsistência como milho, mandioca, tempero verde e também frutas como goiaba e figo. "Álvore e passarinho são a minha vida", afirma o agricultor, que tem origem campeira e fala a palavra árvore com uma pronúncia típica do pessoal do interior, da campanha. Uma vez, seis garotos vieram pedir para pegar uma goiaba e "dei um balde inteiro e só pedi para não atirarem pedras". Ele conta que além da família, os vizinhos também ganham parte da produção que nunca é vendida. O aposentado um agradece a todos os moradores que colaboram para que não seja estragada essa área verde de Guajuviras, especialmente o vizinho Luiz Adalberto Fernando, que é o seu principal parceiro.

Com orgulho, diz que trabalha a partir das seis horas da manhã e faz tudo sozinho no terreno de 50x200 metros. Para ele, as pessoas de Guajuviras têm que ajudar a prefeitura na manutenção da limpeza do bairro. Muita gente coloca lixo, animais mortos tão próximo das residências, deixando um cheiro horrível. Ele entende que o lixo deve ser posto no local adequado para que o caminhão da prefeitura o pegue. O morador reconhece que ainda não é a maioria que tem esse cuidado com a higiene e com a própria segurança do bairro. O exemplo de Oscar que transformou um terreno baldio numa área verde pode ser repetido em outros locais do Guajuviras.



A origem do bairro é uma fazenda, desapropriada pelo Estado, e o verde deve ser preservado

Fonte: www.historiaguajuviras.blogspot.com.br

ANEXO C: BOLETIM DA OCUPAÇÃO – GUAJUVIRAS – CANOAS/RS

MOBILIZAÇÃO DOS MORADORES

COMISSÃO DE OCUPAÇÃO CONJUNTO
Nº 5 HABITACIONAL GUAJUVIRAS 12.05.87

DIREITO A MORADIA

Para que nossas reivindicações sejam aceitas, precisamos levá-las a público.

A Comissão de Ocupação e os Coordenadores de Quadra junto com a Frente Gaúcha pelo Direito de Morar, está convidando todos os moradores do Conjunto Habitacional Guajuviras para uma caminhada, sexta feira, dia 15 de maio, com saída do Guajuviras até a Prefeitura onde será entregue um documento reivindicando condições de moradia.

MORADORES BEM INFORMADOS JAMAIS SERÃO DERROTADOS.

SE CHEGAR ALGUÉM COM PAPEL PARA VOCÊ, MOSTRE PRIMEIRO AOS VIZINHOS, À SUA COMUNIDADE E ASSINE PAPÉIS QUE VOCÊ NÃO ENTENDE DIREITO O QUE ESTÁ ESCRITO.



SOMENTE ACEITE PAPÉIS QUE TENHAM ASSINATURA DO JUIZ E NESTE CASO PROCURAR LOGO UM ADVOGADO DE CONFIANÇA.

Fonte: www.historiaguajuviras.blogspot.com.br

ANEXO D: ASSEMBLÉIA DE OCUPAÇÃO – GUAJUVIRAS – CANOAS/RS



Assembléia decisiva onde foram discutidos vários pontos do acordo com a COHAB - 1988.

Fonte: www.historiaguajuviras.blogspot.com.br

ANEXO E: EXEMPLO DE PLANO DE NEGÓCIOS DRS

PROMOVER A CULTURA DO ASSOCIATIVISMO E DA COOPERAÇÃO

1. REALIZAR PALESTRA SOBRE A CULTURA DA COOPERAÇÃO/COOPERATIVISMO.

Responsável: SESCOOP

Data inicio prevista: 01/03/2009 Prazo (dias): 730 - 8 turmas de 20 pessoas.

Valor do Orçamento: -

2. REALIZAR PALESTRAS:"A COOPERAÇÃO COMO ESTRATÉGIA PARA SOBREVIVÊNCIA" (INFORMAIS/PQ SALÕES);"A FORÇA DO TRABALHO EM EQUIPE"(GRANDES SALÕES).

Responsável: SEBRAE

Data inicio prevista: 01/03/2009 Prazo (dias): 730 - 24 turmas de 15 pessoas.

Valor do Orçamento: -

3. REALIZAR CURSO "JUNTOS SOMOS FORTES".

Responsável: SEBRAE

Data inicio prevista: 01/03/2009 Prazo (dias): 730 - 8 turmas de 20 pessoas.

Valor do Orçamento: -

FORMALIZAR PROFISSIONAIS E EMPRESAS NOS SEUS DIVERSOS ASPECTOS

1. REALIZAR PALESTRAS DE ORIENTAÇÃO DOS PROFISSIONAIS NO PROCESSO DE FORMALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES.

Responsável: SEBRAE

Data inicio prevista: 01/03/2009 Prazo (dias): 730 - 24 turmas de 50 pessoas.

Valor do Orçamento: R\$ 2.000,00

2. MINISTRAR CURSO "PROGRAMA PRÓPRIO".

Responsável:SEBRAE

Data inicio prevista: 01/04/2009 Prazo (dias): 730 – 8 turmas de 20 pessoas.

Valor do Orçamento: -

3. VISITAR SALÕES PARA ORIENTAR SOBRE AS NORMAS LEGAIS DOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE ESPAÇO PROFISSIONAL.

Responsável: SINCA

Data inicio prevista: 01/10/2008 Prazo (dias): 365

Valor do Orçamento: R\$ 25.000,00

4. DEMANDAR A DRT AUTORIZAÇÃO PARA OS SALÕES DE BELEZA CONTRATAREM ESTAGIÁRIOS EM SEU QUADRO FUNCIONAL.

Responsável: SINCA

Data inicio prevista: 01/10/2008 Prazo (dias): 90

Valor do Orçamento: -

ANEXO F: FORMULÁRIO DIAGNÓSTICO DRS

1 DIAGNÓSTICO DE SERVIÇOS - DRS

1.1 IDENTIFICAÇÃO

1.1.01 Sub-Setor da Atividade:

1.1.02 Nome da Atividade:

1.1.03 Descrição da Atividade:

1.1.04 Motivos que levaram à escolha da atividade

1.1.04.01 Super Estadual

1.1.04.02 Agência

1.1.05 Município(s) da jurisdição da agência onde a atividade escolhida é desenvolvida.

| Estabelecimento de Ensino |

+-----+-----+-----+-----+-----+-----+-----+-----+
 | Municípios | População | Bancos | Hospitais. | Fundamental | Médio | Superior |
 | | | | | | | |

_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____

1.1.06 Histórico da atividade no(s) município(s) indicado(s):

1.1.07 Principais serviços ou grupo de serviços prestados pela atividade (Registrar um serviço ou grupo de serviços por linha):

1.1.08 Quantificar os agentes da atividade no(s) município(s) indicado(s)

Tipo	Quantidade	Média de pessoas ocupadas por empresa	Clientes do BB (quantidade)	%
Microempresas	_____	_____	_____	0
Pequenas Empresas	_____	_____	_____	0
Médias Empresas	_____	_____	_____	0
Grandes Empresas	_____	_____	_____	0

Autônomos	_____	_____	_____	0
Informais	_____	_____	_____	0
Outros				

+-----+-----+-----+-----+-----+

1.1.09 Indicar principais agentes da atividade que são clientes do BB:

1.1.10 Quantificar os agentes que mantém relacionamentos comerciais com a atividade indicada.

+-----+-----+-----+-----+-----+					
Tipo	Total	Local	Regional	Nacional	Exterior
+-----+-----+-----+-----+-----+					
Fornec máquinas e equip	_____	_____	_____	_____	_____
Fornecedores de insumos	_____	_____	_____	_____	_____
Prestadores de Serviços	_____	_____	_____	_____	_____
Clientes Pessoa Física	_____	_____	_____	_____	_____
Clientes Pessoa Jurídica	_____	_____	_____	_____	_____
Gov. e Órgãos Públicos	_____	_____	_____	_____	_____
Outros	_____	_____	_____	_____	_____
+-----+-----+-----+-----+-----+					

1.1.11 Relacionar as empresas/entidades ligadas a promoção e desenvolvimento da atividade.

Nome Área de atuação

1.1.12 Existem ações de formação de cultura empreendedora? Sim / Não

1.1.13 Foram identificadas lideranças representativas? Sim / Não

Se afirmativo, indicar

1.1.14 Existe integração (ex: central de compras) dos agentes da atividade formando parcerias na aquisição de insumos? Sim / Não

1.1.15 Existe integração (ex: central de vendas) dos agentes da atividade formando parcerias na venda dos serviços? Sim / Não

1.1.16 A atividade está estruturada a partir de empresa(s) âncora? Sim / Não

1.1.17 Existe compartilhamento de estruturas? (ex: transporte, armazenagem)

Sim / Não

Se afirmativo, indicar .

1.1.18 Existe integração para formação e transmissão de conhecimento?

Sim / Não

Se afirmativo, indicar _____

1.1.19 Outras informações relevantes a respeito do item identificação

1.2.01 Serviços prestados pelos agentes da atividade no(s) município(s) indicado(s)

+-----+-----+-----+-----+-----+				
Agentes da		Custo		Margens
Atividade	Receitas	Globa l	Participação	de Ganho
		%		%
+-----+-----+-----+-----+-----+				
Microempresas	_____	_____		
Peq. Empresas	_____	_____		
Médias Empresas	_____	_____		
Grandes Empresas	_____	_____		
Autônomos	_____	_____		
Informais	_____	_____		
Outros				
+-----+-----+-----+-----+-----+				

1.2.02 Existem outros tipos de serviços que podem ser prestados?

Sim / Não

1.2.03 Quais os principais insumos da atividade e sua origem?

(mão-de-obra, combustíveis, etc.)

INSUMOS	Muni- cipal	Micror- region.	Regio- nal	Esta- dual	Naci- onal	Inter- nacio.
-----+-----+-----+-----+-----+-----		___	___	___	___	___
		___	___	___	___	___
		___	___	___	___	___
		___	___	___	___	___
		___	___	___	___	___
		___	___	___	___	___

1.2.04 Existe risco de interrupção no fornecimento ou esgotamento das fontes de insumos da atividade? N Sim / Não

1.2.05 Distribuição das entradas e saídas de recursos (em %)

+-----+-----+-----+-----+-----+

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
+-----+												
	Rec.: 420.000,00			Des.: 42.000,00								
+-----+												
Receitas.....:	05	05	10	10	10	05	05	10	10	10	10	10
Despesas.....:	05	05	10	10	10	05	05	10	10	10	10	10
+-----+												

1.2.06 Quais os prazos médios praticados na atividade?

1.2.06.01 Nas vendas (concedido aos clientes) ____ dias

1.2.06.02 Nas compras (recebido dos fornecedores) _____ dias

1.2.07 Qual a origem de recursos para capital de giro e investimentos usualmente utilizados na atividade?

+-----+				
	Origem dos recursos 'em %'			
	Recursos	Banco d	Outros	Outras
Volume	Próprios	Brasil	Bancos	Fontes
+-----+				
		—	—	— —
+-----+				

Comentar:

1.2.08 Na atividade, foram identificadas demandas de crédito ainda não atendidas
S Sim / Não

Se afirmativo,

+-----+-----+-----+-----+-----+				
		Volumes demandados em R\$		
	Número de	-----		
Demandantes	demandantes	Capital de Giro	Investimento	Comercialização
+-----+-----+-----+-----+-----+				
Microempresas	_____	_____	_____	_____
Peq. Empresas	_____	_____	_____	_____
Méd. Empresas	_____	_____	_____	_____
Grd. Empresas	_____	_____	_____	_____
Autônomos	_____	_____	_____	_____
Informais	_____	_____	_____	_____
Outros		20.000	60.000	50.000
+-----+-----+-----+-----+-----+				

1.2.09 Existe política de incentivos fiscais para a atividade?

N Sim / Não

1.2.10 Existem programas específicos voltados para o desenvolvimento da atividade? N Sim / Não

1.2.11 Qual a participação da atividade no PIB do(s) município(s) escolhido(s) para as ações de DRS? _ %

1.2.12 Informações complementares sobre os aspectos econômico-financeiros

1.3.01 A atividade tem potencial para:

melhorar a produtividade

melhorar a qualidade dos serviços prestados

reduzir custos

desenvolver novos serviços

exportar seus serviços

Outras potencialidades _____

Comentar

1.3.02 O parque tecnológico está atualizado em relação ao mercado? N Sim/Não

Se negativo, onde não está atualizado?

() Nas Micro e Pequenas Empresas

() Nas Médias Empresas

() Nas Grandes Empresas

() Nas Cooperativas e Associações

() Nos Autônomos

() Nos Informais

1.3.03 Outras Informações relevantes a respeito do item anterior, contemplando (ex.:tipo, vida útil, capacidade, etc.)

1.3.04 Existem tecnologias alternativas?

Sim / Não

Se afirmativo, quais, procedência e disponibilidade?

1.3.05 Existe necessidade/possibilidade de adotá-las?

	Necessidade	Possibilidade
Microempresas	<input type="checkbox"/> Sim / Não	<input type="checkbox"/> Sim / Não
Pequenas Empresas	<input type="checkbox"/> Sim / Não	<input type="checkbox"/> Sim / Não
Médias Empresas	<input type="checkbox"/> Sim / Não	<input type="checkbox"/> Sim / Não
Grandes Empresas	<input type="checkbox"/> Sim / Não	<input type="checkbox"/> Sim / Não
Autônomos	<input type="checkbox"/> Sim / Não	<input type="checkbox"/> Sim / Não

Informais	<input type="checkbox"/> Sim / Não	<input type="checkbox"/> Sim / Não
Outros	<input type="checkbox"/> Sim / Não	<input type="checkbox"/> Sim / Não

1.3.06 Informações complementares sobre os aspectos técnicos

1.4.01 No(s) processo(s) produtivo(s) da atividade, qual(is) a(s) forma(s) de energia utilizada(s)?

Energia elétrica / concessionária

Energia elétrica / geração própria

Queima de lenha/carvão

Queima de resíduos

Uso de combustíveis fósseis

Animal

Não se aplica

(_____) Outras

1.4.02 O uso dessa(s) forma(s) de energia gera algum impacto ambiental negativo?

Se afirmativo, qual(is) Sim / Não

1.4.03 Existe risco de interrupção no fornecimento ou esgotamento da(s) fonte(s) de energia? Sim / Não

1.4.04 Nos municípios envolvidos, os agentes são abastecidos adequadamente com energia para a condução da atividade? Sim / Não

Comentar

1.4.05 Qual(is) é(são) o(s) meio(s) de transporte utilizado(s) na atividade?

Rodoviário

Ferroviário

Marítimo

Fluvial

Lacustre

Aéreo

Tração Animal

Outros _____

1.4.06 As condições das vias de transporte dificultam ou impedem a prestação do serviço? Sim / Não

Se sim, Comentar

1.4.07 Qual é a origem da água utilizada no(s) processo(s) produtivo(s) da atividade?

- Rede pública
- Poço artesiano com licença
- Poço artesiano sem licença
- Cisterna
- Poço Amazonas
- Cacimba
- Pluvial
- Rio ou riacho
- Açude ou lagoa
- Não se aplica

1.4.08 O uso dessa(s) fonte(s) de água causa(m) algum impacto ambiental negativo? N Sim / Não

1.4.09 Existe risco de interrupção no fornecimento ou esgotamento da(s) fonte(s) de água? N Sim / Não

1.4.10 Existe capacidade ociosa na atividade? N Sim / Não

Índice de ociosidade

Serviços em %

Serviços	em %
-----	-----
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____

Comentar

1.4.11 Foi identificada necessidade/oportunidade de implantar, reativar, ampliar ou modernizar alguma(s) unidade(s) de serviço? Sim / Não

Se afirmativo, indicar

Tipo de Unidade Necessidade/Oportunidade Objetivo

Comentar

1.4.12 Quais as formas de comunicação utilizadas na atividade?

() Telefone

(_) Correios

(_) Rádio

(_) Internet

(_____ _)

Outros

1.4.13 Informações complementares sobre infra-estrutura:

1.6.01 Quantas pessoas estão envolvidas na atividade? _____

1.6.02 Como está distribuída a renda per capita mensal?

Faixa salarial	%
Até um salário mínimo	
De um a dois salários mínimos	
De dois a três salários mínimos	
De três a cinco salários mínimos	
Acima de cinco salários mínimos	

1.6.03 A mão-de-obra envolvida na atividade é: 100 % familiar ____ % terceiros

1.6.04 Quantos empregos formais são gerados pela atividade? _____

1.6.05 Quantos empregos informais são gerados pela atividade? _____

1.6.06 Os trabalhos realizados expõem as pessoas a riscos de saúde?

S Sim / Não

Se afirmativo, comentar?

1.6.07 Foi verificado o uso de trabalho forçado ou degradante na atividade?

N Sim / Não

Se afirmativo, comentar?

1.6.08 Existem casos em que o trabalho impede a frequência das crianças à escola? N Sim / Não

Se afirmativo, comentar?

1.6.09 As crianças são privadas de atividades recreativas em função do trabalho? N Sim / Não

Se afirmativo, comentar?

1.6.10 Característica(s) predominante(s) no(s) município(s) envolvido(s), no aspecto educação:

1.6.10.01 Existem escolas para atender a demanda da população? S Sim / Não

Se negativo, comentar

1.6.10.02 Qual o percentual de crianças em idade escolar que freqüentam a escola? %

1.6.10.03 Quais os níveis de escolaridade dos envolvidos com a atividade?

Em %

	Analfabetos	Fundamental	Médio	Superior
Jovens	___	___	___	___
Adultos	___	___	___	___

1.6.11 Existe assistência médica e odontológica às pessoas envolvidas?

Sim / Não

Comentar:

1.6.12 As empresas envolvidas na atividade oferecem benefícios sociais a seus funcionários? Sim / Não _ Não se aplica

1.6.13 As pessoas envolvidas na atividade recebem orientações sobre práticas de higiene e saúde? Sim / Não

Se afirmativo, quem orienta?

1.6.14 Existem problemas nas condições de moradia das pessoas envolvidas na atividade? Sim / Não

Se afirmativo, descreva os problemas verificados

1.6.15 Informações complementares sobre os aspectos sociais

1.7.01 A atividade está sujeita a licença ambiental para o funcionamento de algum de seus processos de prestação de serviços?

Sim / Não Não se aplica

Se afirmativo, qual(is)

1.7.02 As empresas envolvidas na atividade atendem as exigências legais no que se refere a reserva legal e área de preservação permanente?

Sim / Não Não se aplica

1.7.03 A atividade está sujeita a outras regulamentações/licenças (ex. SIF, ANVISA) para o funcionamento de algum de seus processos produtivos?

Sim / Não Não se aplica

Se afirmativo, qual(is)

1.7.04 Os órgãos ambientais estão em condições de atender a demanda gerada pela atividade?

Sim / Não Não se aplica

1.7.05 Houve algum tipo de impacto ambiental negativo causado pelo desenvolvimento/implementação da atividade?

Sim / Não _ Não se aplica

1.7.06 As alterações ambientais causadas, comprometem a viabilidade futura da atividade? Sim / Não _ Não se aplica

1.7.07 A atividade gera resíduos: S Sim / Não _ Não se aplica

SE AFIRMATIVO

+-----+-----+-----+

| Tipo de resíduos | SIM/NÃO | Destinação (+)

Sólidos		NÃO	
TRATADO _____			

Líquidos		NÃO	
TRATADO _____			

Gasosos			

+-----+-----+-----+

1.7.08 Existe deficiência de orientação técnica quanto ao uso sustentável dos recursos naturais, resíduos, efluentes, emissões de poluentes e materiais não degradáveis? S Sim / Não _ Não se aplica

1.7.09 Informações complementares sobre aspectos ambientais

1.8.01 (_) Aumento de custo para o setor

- 1.8.02 () Carga tributária alta
- 1.8.03 () Concentração de renda
- 1.8.04 () Concorrência predatória no setor
- 1.8.05 () Descasamento de moedas
- 1.8.06 () Dependência de condições climáticas
- 1.8.07 () Necessidade de elevados investimentos em infra-estrutura
- 1.8.08 () Regulação do setor ainda incipiente
- 1.8.09 () Falta de acesso ao crédito
- 1.8.10 () Outros: _____
- 1.9.01 () Facilidade de aquisição de insumos
- 1.9.02 () Custo de execução competitivo
- 1.9.03 () Compromisso de instituições de apoio à atividade
- 1.9.04 () Compromisso dos intervenientes
- 1.9.05 () Demanda não atendida
- 1.9.06 () Elevado potencial do mercado doméstico
- 1.9.07 () Incremento na Demanda Domestica
- 1.9.08 () Potencial de crescimento da atividade
- 1.9.09 () Políticas Públicas de incentivo á atividade
- 1.9.10 () Disponibilidade de recursos
- 1.9.11 () Apoio do terceiro setor
- 1.9.12 () Outras
- 1.10.01 () Espírito associativista e/ou cooperativista
- 1.10.02 () Capacidade de geração de caixa
- 1.10.03 () Capacitação técnico-operacional
- 1.10.04 () Gestão administrativa

- 1.10.05 () Gestão financeira
- 1.10.06 (_) Parcerias com fornecedores
- 1.10.07 (_) Produtividade
- 1.10.08 (_) Qualidade dos serviços
- 1.10.09 (_) Uso de tecnologias adequadas
- 1.10.10 (_) Eficiente controle gerencial
- 1.10.11 (_) Elevado nível de organização dos envolvidos
- 1.10.12 (_) Outros _____
- 1.11.01 (_) Serviços de baixa qualidade
- 1.11.02 () Tecnologias obsoletas
- 1.11.03 () Equipamentos sucateados/obsoletos ou inadequados
- 1.11.04 () Capacitação técnica-operacional
- 1.11.05 () Capacitação gerencial
- 1.11.06 (_) Morosidade e ineficiência na entrega
- 1.11.07 (_) Dependência forte do governo como cliente
- 1.11.08 () Dependência forte de intermediários para comercialização serviços
- 1.11.09 (_) Dependência de condições creditícias diferenciadas
- 1.11.10 (_) Falta de compromisso dos intervenientes
- 1.11.11 (_) Baixo grau de cooperativismo/associativismo
- 1.11.12 (_) Outros _____

Fonte: Sistema DRS BB.

